LIBERDADE DE EXPRESSÃO
AFRODESCENDENTE
LEGITIMIDADE
TRULHA IDEOLÓGICA
EXCLUSÃO
SEXISMO
CRENTE
GAY
SAPATÃO
ALEIJADO
POBRE
CEGO
ÍNDIO
NEGRO
VICIADO
HOMOSSEXUAL
INVISIBILIDADE
PROPOSITIVO
PROGRAMA
CENSURA
FAVELA
DO LAR
MACHISMO
TERCEIRA IDADE
DOMÉSTICA
DEFICIENTE
RAÇA
COR
POLITICAMENTE CORRETO
GAROTA DE
TABU
SURDO
DIREITOS HUMANOS
DIREITA
ESQUERDA
EUFEMISMO
SILENCIAMENTO
LINGUAGEM
GORDO
EMPREGADA
COMUNIDADE
PRECONCEITO
INTOLERANCIA
HOMOFOBIA
PROSTITUIÇÃO
GÊNERO

CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.
Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo
Descrição baseada em: N. 93 (2012)
ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

ISSN 0103-9989 115 outubro/novembro/dezembro 2017

dossiê politicamente correto

5 Editorial

9 Apresentação *Cicero Araujo*

11 "O mundo tá chato": algumas notas sobre a dimensão sociocognitiva do politicamente correto na linguagem *Edwiges Morato e Anna Christina Bentes*

29 Metamorfoses dos direitos humanos *José A. Lindgren-Alves*

41 O politicamente correto e a topologia da exclusão *Silvana de Souza Ramos*

51 Esquerda, direita e o politicamente correto: breve estudo comparado *João Feres Júnior*

textos

69 Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira *Antônio Pedro Tota*

77 Os *Contos* antes de *Sagarana*: desdobramentos da participação de Guimarães Rosa e Graciliano Ramos no Prêmio Humberto de Campos *Gustavo Milano e Thiago Mio Salla*

89 Doença de Chagas – mais de 100 anos depois de sua cientificamente brilhante descoberta, há poucas razões para se comemorar? *J. Antonio Marin-Neto*

arte

106 O Pavilhão Japonês de São Paulo *Kengo Kuma*

livros

125 Os primórdios da geografia como ciência *Magali Gomes Nogueira*

130 Um livro de cavalarias *Isabel Almeida*

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor MARCO ANTONIO ZAGO
Vice-reitor VAHAN AGOPYAN

Superintendência de Comunicação Social

Superintendente EUGÊNIO BUCCI

revistausp

Editor chefe FRANCISCO COSTA
Editor executivo JURANDIR RENOVATO
Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA
Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA
SILVIA SANTOS VIEIRA
Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE
Colaboradores MARCOS SANTOS (fotografia)
SAULO ADRIANO (tradução)

Conselho Editorial
ALBÉRICO BORGES FERREIRA DA SILVA
ANA LUCIA DUARTE LANNA
BELMIRO MENDES DE CASTRO FILHO
CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO
EDUARDO VICTORIO MORETTIN
EUGÊNIO BUCCI (membro nato)
FERNANDO LUIS MEDINA MANTELATTO
FLÁVIA CAMARGO TONI
FRANCO MARIA LAJOLO
JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO
OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento
Globalprint Editora Gráfica

Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar – sala 411
CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP
Telefax: (11) 3091-4403
http://jornal.usp.br/revista-usp
e-mail: revisusp@edu.usp.br

Caro leitor(a), o dossiê estava programado para se chamar "Esquerda, Direita e o Politicamente Correto". Não conseguimos. E o mais interessante é que, se há "culpa" nisso, não podemos imputá-la a ninguém.

Não conseguimos porque, como dizia Camões, "um brado mais alto se alevanta". No nosso caso, o que gerou esse "brado" foi o "politicamente correto". Mas o que é o politicamente correto e por que gera tantas polêmicas? Essas perguntas são muito bem respondidas pelos autores do presente dossiê, coordenado de forma habilidosa e atenta aos meandros da vida prática acadêmica, por Cicero Araujo. Segundo ele, aliás, uma das coisas a se tomar cuidado era justamente o fato de que não poderíamos prescindir da participação das mulheres em nosso dossiê – isso foi cumprido plena e brilhantemente nos ensaios das colaboradoras.

Outro veio, que inclui desde logo a questão, foi uma discussão – alguns autores dizem que o termo não comportou até hoje essa esperada agudeza, resvalando unicamente para a "polêmica" desde seu início, nos EUA dos anos 60 e depois lá se articulando, definitivamente, nos anos 90 – sobre se o agente do politicamente correto provém da esquerda ou da direita. Muito rico esse debate, que se espraiou pelas páginas da seção. A Cicero Araujo, portanto, nossas mais efusivas congratulações.

Não posso deixar de mencionar aqui o trabalho, na seção Arte da Revista, muito bem realizado, sobre o Pavilhão Japonês no Parque do Ibirapuera, do arquiteto Sutemi Horiguchi. Assinado por Kengo Kuma, considerado um dos maiores arquitetos do Japão hoje, o artigo aponta a dificuldade de Horiguchi ao conceber o projeto do Pavilhão, em papel e madeira – unindo o novo e o clássico de seu país –, ao lado dos trabalhos ondulados e de concreto de Niemeyer. Confira tudo isso nas próximas páginas.

Francisco Costa

politicamente
correto

Apresentação

Cicero Araujo

A questão do "politicamente correto" tem suscitado intensa controvérsia na opinião pública brasileira. Ecoa, até certo ponto, polêmica desencadeada anteriormente em outras paragens, em particular nos Estados Unidos e na Europa. Em sua recepção nacional, contudo, revela peculiaridades.

Os quatro artigos que compõem o presente dossiê buscam esclarecer o leitor a respeito dos diferentes contextos históricos e sociais de sua emergência, assim como entender o fundo político e ideológico dos embates que provoca. Ao fazê-lo, porém, não deixam de tomar posição, retomando (e enriquecendo) a própria polêmica.

Os autores destes artigos foram provocados a elaborar uma reflexão sobre o tema, a partir de suas diferentes perspectivas disciplinares. O resultado, como se verá nas páginas a seguir, ficou muito interessante, não só porque enriquece de fato a compreensão do problema, mas também porque, ao embasar posições nuançadas ou mesmo divergentes, qualifica-o academicamente.

Edwiges Morato e Anna Christina Bentes, linguistas, situam a polêmica do politicamente correto dentro de seu próprio campo de especialidade, uma vez que questões relevantes sobre a natureza da linguagem estão no centro da controvérsia. Da perspectiva não apenas de estudioso dos direitos humanos, mas de seu engajamento prático, o embaixador José A. Lindgren-Alves toma o politicamente correto como ponto de partida para discutir os caminhos e descaminhos da política internacional dos direitos humanos nas últimas décadas. Silvana de Souza Ramos, filósofa, inspirada no pensamento de Claude Lefort, resgata a importância da controvérsia para questionar a desigualdade social nos processos de ocupação do espaço público. E o cientista político João Feres Júnior retoma análise dos usos do termo em ambiente brasileiro, encontrados em artigos de imprensa e nas redes sociais, para anotar correlações entre seu sentido afirmativo ou negativo e a clássica dicotomia esquerda/direita.

Cumprida a missão proposta pelo editor da *Revista USP*, cabe, por fim, registrar nossa profunda gratidão a ele pela oportunidade e pela paciência, assim como aos articulistas convidados, pela excelente reflexão coletiva com que nos brindaram.

CICERO ARAUJO é professor de Teoria Política do Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP.

"O mundo tá chato": algumas notas sobre a dimensão sociocognitiva do politicamente correto na linguagem

Edwiges Morato

Anna Christina Bentes

resumo

Tendo por escopo questões que se colocam na interação entre linguagem, cognição e sociedade, este ensaio tem o objetivo de refletir sobre os sentidos sociocognitivos do politicamente correto, considerando determinadas práticas discursivas no contexto brasileiro contemporâneo. A tese que defendemos neste ensaio é a de que o politicamente correto, como regulador de práticas discursivas e sociais, pode ser tomado num sentido fraco – como um recurso pragmático fundamentalmente associado à tentativa de promover um grau alto de reflexividade dos atores sociais em relação à produção de determinadas categorizações e/ou enunciados – ou num sentido forte – tanto como um sistema normativo, capaz de assinalar regimes simbólicos desejáveis da vida em sociedade, quanto um norteador de situações a serem superadas, como a desigualdade social, a injustiça, o preconceito, a discriminação, a violência.

Palavras-chave: politicamente correto; práticas de linguagem; reflexividade social; sociocognição.

abstract

Drawing from issues of the interaction between language, cognition and society, this essay aims to reflect on the socio-cognitive dimensions of political correctness by taking into account some discursive practices in contemporary Brazilian context. We argue that political correctness, as a regulatory body of discursive and social practices, can be taken in a weak sense as a pragmatic resource fundamentally associated to the attempt to promote a high degree of reflexivity of social actors in relation to the production of certain categorizations and/or statements, or in a strong sense - both as a normative system, capable of pointing to desirable symbolic ways of living in society, and as a guide to situations to be overcome, such as social inequality, injustice, prejudice, discrimination, and violence.

Keywords: *political correctness; language practices; social reflexivity; socio-cognition.*

Em outubro de 2017, o deputado federal Jair Bolsonaro foi condenado judicialmente por declarações proferidas contra quilombolas em abril do mesmo ano, em palestra realizada no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro[1].

Segundo relatos da imprensa, entre os enunciados proferidos pelo deputado, que foi condenado a pagar R$ 50 mil por danos morais à comunidade ofendida, estava o que afirmava que os quilombolas "não servem nem para procriar". Na ocasião, o deputado ainda teria afirmado, ao comentar que havia feito uma visita a uma comunidade quilombola, que "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas". A arroba, como sabemos, é uma antiga medida de massa e volume utilizada para pesar produtos comerciais como animais vivos, porcos e bois, por exemplo. Ainda segundo relatos da imprensa, ao comentar sua condenação por danos morais, Bolsonaro alegou, em relação à ação que sofrera, que se tratava de "demanda com flagrante cunho político", lembrando ainda que gozava de "imunidade parlamentar, sendo inviolável, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, conforme dispõe o artigo 53 da CRFB". A juíza do caso, Frana Elizabeth Mendes, afirmou em sua sentença:

"Impende ressaltar que, como parlamentar, membro do Poder Legislativo, e sendo uma

1 Disponível em: http://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2017/10/justica-condena-bolsonaro-por-fala-sobre-quilombolas-1014102246.html.

O título deste ensaio é também o título de um vídeo dos humoristas do programa *Porta dos Fundos* (coletivo de humor brasileiro criado em agosto de 2012), vídeo este que busca tematizar os limites do humor a partir da exibição de uma série de comportamentos verbais e sociais, performatizados pelo protagonista, considerados homofóbicos, machistas, racistas e infratores pelos outros participantes do esquete. Tal como mostra o vídeo, o enunciado faz parte da *performance* verbal de sujeitos comuns no contexto do questionamento de suas atitudes, consideradas politicamente incorretas. Uma menção ao significado social desse vídeo será feita na parte final deste ensaio.

EDWIGES MORATO e ANNA CHRISTINA BENTES são professoras do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp.

pessoa de altíssimo conhecimento público em âmbito nacional, o réu tem o dever de assumir uma postura mais respeitosa com relação aos cidadãos e grupos que representa, ou seja, a todos, haja vista que suas atitudes influenciam pessoas, podendo incitar reações exageradas e prejudiciais à coletividade".

Tanto a interpretação quanto a sanção social aplicadas aos enunciados proferidos pelo deputado são licenciadas por vários processos que interatuam na construção da relação entre categorias linguísticas e sociais por ele aventadas de forma explícita e implícita. Tais processos envolvem: 1) o sistema linguístico e o seu modo de funcionamento; 2) o conhecimento social sobre a figura do deputado Jair Bolsonaro e sobre a comunidade ofendida; 3) o reconhecimento de todo um conjunto de conhecimentos compartilhados e coletivizados em torno do racismo brasileiro e de suas formas de manifestação e contenção, mesmo que esses conhecimentos sejam distribuídos de forma desigual e estejam, atualmente, no centro das disputas político-ideológicas; 4) o contexto situacional de produção dos enunciados do deputado e a reação pública a eles. Todos esses processos dão-se em um espaço simbólico marcado pelo papel mediador da linguagem, sendo que essa mediação, nas práticas discursivas[2], se deixa ver em várias ordens de relação: entre indivíduo e sociedade, entre categorias da língua e categorias do pensamento, entre práticas discursivas e práticas sociais.

A necessidade de existência de um protocolo linguístico e comportamental em relação ao que se considera como sendo politicamente correto não apenas nas ações de Estado, mas especialmente em distintos contextos, interações e práticas discursivas e sociais cotidianas, assinala o caráter sociopolítico do fenômeno aqui destacado. Um dos traços desse caráter é sua função atenuadora e conciliatória, algo providencial às democracias modernas, especialmente as que se caracterizam por desigualdades e tensões sociais constantes e profundas. Outro traço é sua iniciativa republicana, emancipatória, empoderadora, inclusiva. Nesse caso, a existência do politicamente correto é capaz de desvelar e/ou combater certos pressupostos espraiados na sociedade e também aquelas situações e práticas que, naturalizadas, permaneceriam silenciadas ou tomadas como consensuais. Trata-se, como vemos, de uma expressão polissêmica.

No entanto, o politicamente correto, mais do que uma expressão é, como veremos mais adiante, uma estratégia política fundamental das sociedades pós-modernas. Ele não é apenas um conjunto de eufemismos e/ou regras de etiqueta pouco espontâneas que induzem à boa e tolerante convivência nas práticas sociais, de modo a irritar constantemente

2 Em consonância com uma perspectiva de base sociocognitiva, assumiremos ao longo deste ensaio a concepção de discurso resumida na formulação de Garay, Íñinguez e Martinez (2005, pp. 110-11): "[...] um conjunto de práticas linguísticas que mantém e promove certas relações sociais". O interesse desse grupo de pesquisadores é o de investigar como os próprios atores sociais elaboram suas interações sociais e verbais a partir de perspectivas variáveis e diversas do mundo social, considerando que a "orientação do discurso para funções específicas é uma indicação de seu caráter construtivo" (Garay, Íñinguez & Martinez, 2005, p. 111). O grupo também dialoga com autores que consideram centralmente três premissas: a do interesse sobre como as pessoas constroem a realidade social; a da consideração da linguagem não como uma descrição da realidade, mas como uma construção dessa realidade; e a da compreensão da linguagem como uma prática social (Garay, Íñinguez & Martinez, 2005, p. 112).

com seus paroxismos, vigilâncias ideológicas e excrescências linguísticas, tanto os intelectuais e militantes progressistas quanto os conservadores.

O politicamente correto tem se mostrado certamente um sistema de pressão a partir do qual pressupostos ideológicos e evidências empíricas de violência contra determinados grupos sociais são desvelados de forma particular; dizer dele que é um sistema de opressão sobre a liberdade de expressão e de (inter)ação é negligenciar os motivos pelos quais ele se fez e se faz necessário.

Tendo por escopo questões que se colocam na interação entre linguagem e sociedade, este ensaio tem o objetivo de refletir sobre os sentidos sociocognitivos do politicamente correto, considerando determinadas práticas discursivas no contexto brasileiro contemporâneo. Mais especificamente, a tese que defendemos neste ensaio é a de que o politicamente correto, como regulador de práticas discursivas e sociais, pode ser tomado num sentido fraco, isto é, como um recurso pragmático fundamentalmente associado à tentativa de promover um grau alto de reflexividade[3] dos atores sociais em relação à produção de determinadas categorizações e/ou enunciados, ou num sentido forte, isto é, tanto como um sistema normativo, capaz de assinalar regimes simbólicos desejáveis da vida em sociedade, quanto um norteador de situações a serem superadas, como a desigualdade social, a injustiça, o preconceito, a discriminação, a violência. Tanto um sentido quanto outro indicam uma dimensão não apenas linguística do politicamente correto, mas também sociocognitiva. Queremos dizer com isso que o politicamente correto na linguagem (e a discussão sobre ele) está vinculado à construção sociointeracional de objetos simbólicos, largamente mediada pelas práticas discursivas.

ALGUNS ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DO POLITICAMENTE CORRETO

Uma das hipóteses ou narrativas sobre a origem do "politicamente correto" (Beard & Cerf, 1992; Handke, 2001; Mangeot, 1997; Friedman & Narveson, 1995; dentre outros) é a de que a expressão teria sido aventada com o objetivo de descrever a linha partidária pós-Revolução de Outubro de 1917. Como política de Estado, teria sido importante para os revolucionários russos a construção de um novo tempo social e cultural, moldado por uma linguagem à altura desse desafio. No entanto, a expressão teria sido utilizada bem antes do século XX, o que pode significar que a sensibilidade política (concebida aqui como um tipo de reflexividade) em relação à linguagem, ao seu contexto de produção (como, por exemplo, as esferas públicas parlamentar, jurídica, médica, religiosa, universitária, midiática, etc.) e seus impactos sobre a categorização social de

3 Koike e Bentes (no prelo), ao analisarem as *tweetstorms* de Donald Trump, consideram fundamental discutir a exibição de práticas reflexivas, concebidas como um traço social da pós-modernidade (Adams, 2006). Para este último autor, a reflexividade origina-se de uma diversidade de mudanças sociais, dentre elas, a expansão de estruturas e tecnologias de comunicação, a nossa exposição aos outros e a relativização de nossas práticas socioculturais mais estabilizadas. Para autores clássicos como Giddens (1992) e Beck (1992), a reflexividade é um requisito necessário à estruturação de identidades e subjetividades sociais. Para Bourdieu e Wacquant (1992), a reflexividade faz parte do *habitus*, sendo um constituinte fundamental, necessariamente requerido para a participação em determinados campos, como o científico e o acadêmico. Ainda para estes últimos autores, a reflexividade se mostraria mais fortemente em tempos de crise.

indivíduos e comunidades inteiras, é antiga. Já aí se nota o desafio de identificar o escopo de *correção*: mais do que a enunciação em si de uma palavra, expressão ou enunciado, o que importa de fato é a ação sociopolítica a ela associada, evocada ou formulada: assim, importa não apenas o que é dito, mas quem diz o quê, para quem e como e com qual propósito.

Stuart Hall, em seu texto *Some Politically Incorrect Pathways to PC*, de 1994, afirma que, de acordo com uma determinada narrativa, a expressão teria tido origem em uma brincadeira interna de estudantes universitários de esquerda nos diferentes *campi* universitários americanos. Ao criticarem comportamentos machistas ou sexistas de seus colegas, diriam em um tom que imitava os guardas vermelhos da Revolução Cultural: "Não é politicamente correto, camarada!".

Ainda a esse respeito, Stuart Hall conta uma história interessante: em meados dos anos 1980, ele estava dando uma conferência em uma universidade americana quando foi avisado de que deveria ficar atento ao que dissesse porque, nos novos tempos das eleições pós-Reagan, a direita tinha estabelecido comitês para monitorar os palestrantes e tomar notas sobre tudo o que eles dissessem que pudesse ser interpretado como solapamento da Constituição americana ou da fibra moral da melhor e mais iluminada nação. Para o autor, isso constituía o uso do politicamente correto por parte da direita americana – e não mais da esquerda autoritária – como uma reação dos anos 1980 contra os anos 1960. "Era a direita e a Maioria Moral que estavam tentando prescrever o que poderia ser pensado e dito nas salas de aula da academia" (Hall, 1994, p. 165). Enquanto isso, como tática, ainda segundo o autor, o politicamente correto parecia empoderar minorias militantes apenas no interior da esfera escolar (básica e/ou superior).

Como é possível perceber, o politicamente correto foi sempre disputado e assim continua nos dias de hoje. Para Hall (1994), o politicamente correto é uma das questões que atravessam a divisão esquerda/direita e que seguem separando certos setores da esquerda de outros. O autor defende a tese de que, na esteira das rápidas modificações políticas dos anos 1980 e 1990, o fator mobilizador para a crítica à sociedade capitalista por parte dos sujeitos passou a ser não o interesse material ou a desvantagem coletiva, mas sim a identidade (étnica e/ou de gênero, por exemplo) compartilhada. Essa é uma das fragmentações do cenário político e social apontadas por Hall que se reflete nas práticas do politicamente correto, especialmente em função do fato de o pessoal ter "invadido" a esfera política – "O pessoal é político", *slogan* feminista da época e de hoje.

Um outro fator levantado pelo autor para a emergência do politicamente correto é o reconhecimento, a partir dos anos 1980, do papel mediador da linguagem na percepção de nós mesmos e do mundo social: "O politicamente correto surge no interior de uma cultura intelectual que passou pela chamada 'virada linguística'" (Hall, 1994, p. 168). Nesse sentido, o politicamente correto é caracterizado pelo autor como uma estratégia política e um estilo político, sendo que este último seria reconhecido como uma "voz" em modo permanente de confrontação e de exibição de uma autorretidão. Ao dar continuidade à sua argumentação, Hall (1994) afirma que o politicamente correto traz em si um paradoxo: ele permitiria a emergên-

cia de lutas novas com armas antigas. As novas lutas sociais dizem respeito às lutas contra a invisibilidade de questões sociais tais como racismo, homofobia e machismo, trazendo à baila novas visões sobre gênero, sexualidade, etnicidade, etc. As armas antigas seriam justamente a atitude de policiamento da linguagem e a tentativa de substituição de um conjunto de verdades e identidades por outro conjunto de identidades e/ou verdades mais corretas. Para o autor, a proposta deveria ser a de desarranjar permanentemente todas as configurações de poder e, ao mesmo tempo, aceitar e negociar a diferença.

Anne-Charlotte Husson (2014), por seu turno, salienta que a ideia inicial das chamadas práticas linguísticas politicamente corretas era restaurar o poder a determinados grupos sociais; era "mudar a sociedade". Afinal, como reconhecem muitos autores dentro e fora da linguística, linguagem é poder ou, em outras palavras, "o exercício do poder também passa pelo exercício das práticas de linguagem", em consonância com os tipos de relações de força que são possíveis de ser estabelecidos.

A consideração de uma estreita relação entre língua, linguagem e modos de perceber e constituir a realidade social tem sido explorada pela linguística sobretudo a partir de meados do século XX, na esteira da chamada hipótese de Sapir e Whorf, segundo a qual, nas categorias da língua inscrevem-se categorias do pensamento[4]. Essa percepção do poder da linguagem na construção da/e na intervenção sobre a realidade social é aprofundada no campo linguístico sobretudo a partir dos trabalhos do filósofo inglês John Langshaw Austin (1962) acerca dos atos de fala. De acordo com essa abordagem de natureza pragmática, falar não é apenas descrever ações e estados de coisas do mundo, mas sim agir sobre ele. Ao falar, realizamos atos com consequências sociopolíticas, sociocomunicativas e sociocognitivas. Trata-se, pois, de saber como a linguagem é capaz de, a um só tempo, informar e ser informada pela realidade de falantes reais em situações reais de uso e de interação social.

A nosso ver, ao ser empregado no contexto dos novos movimentos sociais norte-americanos e ingleses emergentes nas décadas de 1980 e 1990, o politicamente correto estaria mais dirigido à implementação de uma constante reflexividade (nos termos postulados anteriormente) por parte dos atores sociais em relação à significação e ao uso de determinadas expressões linguísticas, ou mesmo à avaliação do seu uso, do que propriamente às orientações de conduta social. A correção a que se alude nesse emprego parece querer indicar a necessidade de observação de princípios cooperativos essenciais às normas culturais e sociopolíticas de convivência desejáveis ou recomendadas no âmbito das democracias modernas.

Ainda que a preocupação com práticas tidas como politicamente corretas não seja uma novidade, o que aconteceu nas duas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI parece ter incrementado o sentido social de que o politicamente correto pressupõe forte controle/

4 Em breves linhas, a chamada "hipótese Sapir-Whorf" (HSW), formulada por Harry Hoijer em 1954, é atribuída a Edward Sapir e a Benjamin Lee Whorf. No contexto do relativismo linguístico, a HSW, creditada a reflexões de ambos os autores no começo do século XX, postula que a estrutura da língua afeta ou condiciona nossa conceitualização do mundo e a forma pela qual pensamos.

avaliação[5] sobre a linguagem a ser performatizado pelos militantes dos novos movimentos sociais no interior dos quais emergiu. Como resultado, tanto a ideia de controle/avaliação como a sua rejeição têm marcado a recepção social do politicamente correto, transformando-o em um espaço de lutas e/ou disputas em torno dessa estratégia política, tal como a categorizou Hall (1994).

Passadas décadas da nossa experiência com os vários sentidos da expressão "politicamente correto", vale a pena refletir sobre sua vitalidade conceitual e política e passar uma vista d'olhos sobre como ela ainda pode ser tomada nos dois sentidos acima mencionados. Ao final desse empreendimento reflexivo, talvez possamos desenhar um cenário no qual o politicamente correto, longe de embaraçar as interações nos planos micro e macrossocial, pode mesmo expandi-las e, de certo modo, explicá-las.

VISÕES SOBRE O POLITICAMENTE CORRETO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Como sabemos, as palavras podem discriminar, ofender e humilhar, de maneira mais ou menos consciente e voluntária. Se é certo que a reificação ou o uso trivial do politicamente correto tem incorrido de algum modo em seu esvaziamento semântico e social, resta forte a impressão de que, como pondera a linguista Maria Helena Moura Neves (2014, p. 140), ele – o politicamente correto – nem sempre tem tido êxito em tentar governar "equilibradamente" as avaliações do uso linguístico.

Outra reflexão importante é desenvolvida pelo linguista Kanavillil Rajagoplan em artigo de 2000, no qual lança uma pergunta que ainda está a exigir uma resposta: qual o "porquê de tanto ódio" (escárnio, aversão, menosprezo, ridicularização, mofa), pergunta o autor, em relação ao politicamente correto? Uma resposta a essa questão poderia vir de ponderações como a de Luiz Eduardo Soares (1998), que vincula a rejeição ao politicamente correto às atitudes misógina, racista e homofóbica da sociedade brasileira.

Para gáudio de poucos que pretendem dominar muitos (sob a forma de deploração de seus estilos, de sua variedade linguística, de seu perfil sociolinguístico, de suas características étnicas, sexuais, culturais ou ideológicas) ou arbitrar como os demais devem se sentir ao serem categorizados de forma social e subjetivamente inaceitável, o politicamente correto, que tem lá seus problemas, como de resto toda e qualquer regulação socialmente construída, tende a chamar a atenção para uma dimensão de empatia e coesividade intersubjetiva a ser integrada ao nosso capital cooperativo em tempos local e globalmente conturbados.

Por outro lado, talvez preocupado com o cerceamento de liberdades individuais e outras questões tão caras a um país marcado pelas agruras históricas do preconceito e da discriminação social, bem como por intolerâncias político-ideológicas, o pensamento mais progressista não tem deixado de

5 As práticas de linguagem baseadas no politicamente correto podem ser compreendidas no contexto em que concepções culturais não apenas sobre a língua e a variação que lhe é inerente, mas também sobre a natureza e o propósito da comunicação e sobre comportamentos coletivos como representação de uma ordem coletiva, são estudadas, especialmente por linguistas antropólogos, como práticas que constituem o fenômeno da ideologia linguística. A respeito dos estudos sobre essa ligação entre linguagem e ideologia, ver Schieffelin, Kroskrity & Woolard (1992), Cameron (1995; 2006), Van Dijk (2008).

apontar uma diligente crítica (na esteira do arrazoado feito por Stuart Hall na década de 1990, apresentado na seção anterior) à censura e ao patrulhamento ideológico, que tanto pode recair sobre o sistema linguístico (o *dictus)* quanto sobre seu funcionamento em uso efetivo nas práticas sociais cotidianas (o *modus)*.

Contudo, ao levarmos em conta as inflexões gerais observadas no campo linguístico a respeito do politicamente correto na linguagem, procurando proceder a um exame do que está nele envolvido ou requerido, somos levados a considerar que também no campo mais progressista a reflexão não deixa de resvalar num relativismo teórico que pouco ajuda a entender de forma dialética as relações entre o individual e o social, entre liberdade de expressão e compromisso social, entre legitimação e deslegitimação de enquadramentos ou categorizações de classe de indivíduos, grupos sociais e práticas discursivas. Sem o advento da "praga" do politicamente correto, tais enquadramentos não seriam desvelados, (re)conhecidos e modificados.

Vejamos, a propósito, algumas posições a respeito do politicamente correto no campo dos estudos da linguagem.

Uma primeira posição, representada pelos trabalhos de Possenti (1995) e Possenti e Baronas (2006), por exemplo, destaca os limites do "etimologismo" e da ilusão denotativa. Aponta-se, nesse tipo de crítica ao politicamente correto, certos equívocos teóricos sobre o funcionamento da língua:

"O movimento por um comportamento politicamente correto tem méritos políticos óbvios. Mas, em relação à linguagem, comete alguns equívocos relativamente banais. Por exemplo: a) considera que a troca de palavras marcadas por palavras não marcadas ideologicamente pode produzir a diminuição dos preconceitos. Trata-se de uma tese simplista, já que é mais provavelmente a existência dos preconceitos que produz aqueles efeitos de sentido, embora não se possa desprezar o fato de que o discurso pode servir para realimentar as condições sociais que dão suporte às ideologias e aos próprios discursos. A hipótese das palavras 'puras' é certamente ingênua; b) em certos casos, adota um 'etimologismo' insuportável, como quando considera que palavras como *history* se relacionam ao ponto de vista masculino, com base na identificação da primeira sílaba dessa palavra com a forma pronominal 'bis' [...]; c) frequentemente, quando não há uma palavra sinônima que determinado movimento possa considerar politicamente correta (como é o caso de 'homossexual' ou 'homófilo', ao invés de 'bicha', por exemplo), para evitar mesmo assim o uso de palavras marcadas, sugerem-se eufemismos de certa forma cômicos, ou verdadeiras definições [...]" (Possenti, 1995, pp. 138-9).

Reação crítica próxima a essa suscitou o documento publicado em 2004 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, intitulado *Politicamente Correto e Direitos Humanos*.

Na *Cartilha do Politicamente Correto*, como ficou conhecido esse documento, busca-se chamar a atenção dos leitores para uma série de expressões que, de uso cotidiano e corriqueiro nem sempre consciente, veiculam preconceitos, estigmas e estereótipos. No documento são assinaladas 96 expressões linguísticas consideradas politicamente incorretas, tais como "denegrir" e "judiar". Veja-

mos, a título de exemplo, um dos comentários extraídos do documento: "[...] a coisa ficou preta – a frase é utilizada para expressar o aumento das dificuldades de determinada situação, traindo forte conotação racista contra os negros" (Queiroz, 2004, p. 7). Apesar de pretender contribuir para a construção de uma cultura de direitos humanos no país, o documento da Secretaria de Direitos Humanos, hoje extinta, foi fortemente criticado tanto por escritores, professores universitários e jornalistas, quanto por setores do próprio governo, o que levou à suspensão imediata de sua distribuição.

O que teria faltado à sensibilidade linguística da referida cartilha e mesmo de um governo que soube criar, no período de 2003 a 2014, vários setores institucionais com vistas à proteção de direitos sociais? Ao que parece, uma visão mais sociolinguística de linguagem. Faltou a compreensão de que língua não é só signo; é também e, sobretudo, ação, prática, cognição social.

Uma segunda posição observada no campo dos estudos da linguagem, bastante próxima à primeira, é a que requer para o politicamente correto uma região de equilíbrio entre o sociopolítico e o uso linguístico. O arrazoado da linguista Maria Helena Moura Neves expressaria esta posição:

"O 'politicamente correto' é, atualmente, bandeira que se levanta para interpretar atos do dia a dia, numa onda de patrulhamento que tem presença notável na sociedade, com dupla influência e significação: bem-intencionada que é, cria a impossibilidade de qualquer refutação, parecendo intolerável que seja condenada, ou que seja sequer questionada; por outro lado, mal inserida nas mais diversas atividades, como indiscriminadamente vem sendo, é tão intolerável quanto as próprias incorreções políticas (Neves, 2012, p. 203).

Algumas decisões politicamente corretas, como sugerem vários autores brasileiros que se dedicaram ao tema (Possenti, 1995; Possenti & Baronas, 2006; Ribeiro, 2000; Fiorin, 2008; Neves, 2014, dentre outros), malogram na compreensão pouco sutil e/ou de complexidade desse fenômeno que relaciona estreitamente língua e sociedade. Tomemos o exemplo do uso do termo "surdo", por exemplo. O termo nem sempre foi tido como insultante ou pejorativo pela comunidade de pessoas surdas, mesmo porque ele foi sendo historicamente esvaziado de conteúdo negativo e tomado como fator identitário (como é possível perceber pela postulação de uma "cultura surda", por exemplo). Já a expressão "deficiência auditiva", alternativa por vezes tomada como politicamente correta, nem sempre é bem-aceita por surdos e ouvintes, uma vez que, menos precisa, faz referência a pessoas com redução de audição por distintos motivos, como a idade ou alguma condição física de ordem funcional, por exemplo.

Numa perspectiva mais pragmática da relação entre linguagem e mundo social, Rajagopalan (2000) não hesita em caminhar em direção a uma clara defesa do politicamente correto nas práticas discursivas cotidianas. Indo ao ponto da celeuma, o autor se pauta menos por querelas linguísticas procurando, antes, proceder a um diagnóstico sociocultural mais preciso a respeito do que está em questão. Rajagopalan concentra-se não no que a linguagem ("em si") contém, mas em seu uso social e sua capacidade de construir e destruir formas de perspectivar o outro e (inter)agir com ele. Nesse texto,

Rajagopalan instaura essa discussão já no título: "Sobre o Porquê de Tanto Ódio Contra a Linguagem 'Politicamente Correta'". Sua posição é algo diferente da de Possenti (1995), autor ao qual se reporta para admitir críticas aos exageros e erros cometidos em nome do politicamente correto, como a afirmação segundo a qual a língua em si carrega sentidos com preconceito, estigma, estereótipo, etc.

Uma pergunta a ser lançada neste ponto da reflexão aqui desenvolvida é: nossos pensamentos são modificados mesmo que a linguagem não se modifique? A resposta para essa questão é possivelmente negativa, ou seja, não mudamos inteiramente nossa compreensão do mundo se não mudamos, pelo menos, e de algum modo, a forma de nos referirmos a ele.

Para Rajagopalan, há situações em que a linguagem tem, sim, impacto sobre as coisas e os acontecimentos aos quais ela se refere. Ele põe em discussão, assim, alguns aspectos da reflexão empreendida por alguns linguistas sobre o politicamente correto com base no uso da noção saussuriana de arbitrariedade do signo. Rajagopalan (2000, p. 99) considera que os objetos simbólicos estão presentes "em nossa consciência junto com a imagem que cada um deles adquiriu ao longo dos tempos". O autor considera que o objeto percepcionado não está preso num mundo extralinguístico impossível de ser recuperado pelas categorias linguísticas. Para ele, os sentidos estão estreitamente ligados ao seu "modo de apresentação". Assim, ao substituirmos termos pelos quais identificamos ou construímos um determinado referente, podemos modificar também seu sentido social e a forma como são conceitualizados. Nesse sentido, considerando o terreno das práticas discursivas politicamente corretas, é possível pensar que não deixamos de combater preconceitos e discriminações ao monitorar, via regulação social, os efeitos de sentido da nossa própria linguagem e/ou da linguagem alheia.

Rajagopalan, como outros autores do campo de estudos linguísticos, também reconhece os limites do politicamente correto na linguagem enquanto correção consciente da ordem social, dado que "a linguagem politicamente correta não é nenhum remédio milagroso contra os preconceitos que estão fortemente arraigados em nossa sociedade" (Rajagopalan, 2000, p. 101). Certamente, o preconceito, a discriminação e toda sorte de violência simbólica arraigados socioculturalmente não dependem diretamente da linguagem para existir, e não deixarão de existir sob a forma de uma contenção linguística:

"[...] o combate aos nossos preconceitos pode ter na nossa própria linguagem um bom começo. O que não quer dizer que os preconceitos simplesmente sumam como em um passe de mágica, assim que eliminamos da nossa linguagem certas práticas que denunciam a existência de tais preconceitos. [...] Entretanto, uma das maneiras mais eficazes de combater os preconceitos sociais que, ao que tudo indica, sempre existirão, é monitorando a linguagem por meio da qual tais preconceitos são produzidos e mantidos e obrigando os usuários, em nome da linguagem politicamente correta, a exercer controle sobre sua própria fala e, ao controlar sua própria fala, constantemente se conscientizar da existência de tais preconceitos. Intervir na linguagem significa intervir no mundo" (Rajagopalan, 2000, p. 102).

A julgar pelo debate que a expressão suscita muito especialmente no atual contexto sociopolítico brasileiro, julgamos que a reflexão sobre o politicamente correto é pertinente e nos ajuda a compreender temas de grande relevância contemporânea, como a cognição social, a moralidade, a questão da avaliação dos usos linguísticos. Esta seria, a nosso ver, uma terceira posição do campo dos estudos da linguagem a respeito do politicamente correto, ou seja, aquela que procura conciliar a linguagem com processos afeitos a ela, como a ação política, a reflexividade, a cognição social.

ALGUNS PRINCÍPIOS PARA A COMPREENSÃO DO POLITICAMENTE CORRETO NA LINGUAGEM

Longe de defender o politicamente correto enquanto uma espécie de Eldorado linguístico ou social e, do mesmo modo, longe de dizer dele que é uma afronta à liberdade de expressão ou de opinião de "cada um", forjada num relativismo providencial aos tempos neoliberais, podemos tomá-lo *grosso modo*, como já afirmamos anteriormente, como uma disposição (seja ela institucional ou não) orientada pela percepção de que o emprego de certas categorias linguísticas e/ou enunciados pode causar danos a indivíduos e comunidades minoritárias ou socialmente vulneráveis e desprestigiadas, como negros, mulheres, indígenas, deficientes, homossexuais, etc.

O princípio do politicamente correto nas práticas discursivas parece partir da ideia de que: 1) a escolha das palavras pode encorajar, promover ou mesmo estabelecer certas relações sociais; e que 2) os resultados obtidos por sua aplicação beneficiam a sociedade como um todo. Essa observação sobre a correção política parece dizer respeito a certos movimentos e partidos políticos (incluídas suas políticas institucionais) identificados com o campo progressista, bem como ao conjunto historicamente constituído de reivindicações de entidades e movimentos de direitos humanos. Sendo assim, a expressão "politicamente correto", na forma como é usada na maioria das vezes, implica que uma proporção significativa de atores sociais faz uma escolha política (mais) consciente de determinadas expressões linguísticas usadas em suas práticas discursivas orais cotidianas e em seus textos escritos, com a intenção de divulgá-las mais amplamente e, assim, melhor objetivar as relações sociais.

No caso do contexto sócio-histórico brasileiro, o politicamente correto tem desenvolvido uma "educação pela pedra" no âmbito da nova, inconstante e pouco segura democracia brasileira, marcada por um passado escravagista, uma história colonial predatória e assaltos constantes ao processo de redemocratização pelo qual estamos a passar desde o fim do longo período de regime militar. Por exemplo, o primeiro presidente da República depois da ditadura militar saudava em 1985 os cidadãos do país com a expressão "brasileiras e brasileiros", marcando o início de um tipo de interlocução específica com as mulheres, alçadas ao *status* de interlocutoras diretas, interpeladas a serem copartícipes da construção do futuro do país àquela época, pelo menos no modo de endereçamento enunciativo. Deixou também avanços no terreno sociopolítico, como a elaboração de políticas públicas voltadas para o empoderamento feminino e para a contenção de práticas de discriminação e preconceito de várias ordens

(etnia, credo, gênero, idade, dentre outras), fortemente implementadas nos governos do Partido dos Trabalhadores (2002/2016) por meio da criação de diversas secretarias com estatuto de ministério, bem como de portarias específicas (como a que trata do Estatuto do Idoso, de 2003)[6].

Dentro desse contexto, a defesa de práticas de linguagem de orientação politicamente correta tem procurado tornar cada um dos usos discriminatórios, injuriosos ou preconceituosos já naturalizados e inconscientes em função de sua reificação nas práticas discursivas cotidianas em usos conscientes e reflexivos.

É o caso, por exemplo, da proposta de uso em documentos oficiais da expressão "pessoa com deficiência", que substitui a expressão "portador de deficiência" por recomendação da Portaria Sedh nº 2.344, de 3 de novembro de 2010, que segue uma decisão da Convenção Internacional para a Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, de 2007[7].

Recorrentes até os anos 1980, termos como "inválido", "defeituoso" ou "incapacitado" foram substituídos, sob influência do Ano Internacional e da Década das Pessoas Deficientes estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, pelo termo "deficiente" e, posteriormente, pelas expressões "pessoa com necessidades especiais" e "portador de deficiência".

Valorizando-se a pessoa (que não apenas "porta" sua condição como uma excrescência ou um objeto estranho, mas convive com ela) e políticas inclusivas, a expressão "pessoa portadora de deficiência" tornou-se social e epistemologicamente limitada, assim como o modelo estritamente biomédico que a norteia. Nesse caso, os processos que levaram às mudanças descritas acima, envolvendo as formas de categorização de um grupo social específico, podem ser considerados como elementos fundamentais de políticas públicas de linguagem que tomam como base os princípios do politicamente correto, ou seja, que buscam dar voz e fazer respeitar as visões dos grupos a respeito de si mesmos e de suas reivindicações para serem vistos de forma mais adequada e não preconceituosa pela sociedade.

Como podemos observar, práticas de avaliação dos usos linguístico-discursivos de orientação politicamente correta não se referem apenas a princípios comunicativos centrados em eufemismos e modalizações cheios de exageros e proselitismos, inócuos na modificação do *status quo* social. A questão é, pois, de natureza conceitual, e não apenas terminológica.

De forma a refutar o argumento de que o politicamente correto poderia colocar em risco a liberdade de expressão, é possível dizer que as práticas a ele relacionadas têm por base o republicanismo, a convivência democrática e uma visão progressista da experiência política e da vida social. Contudo, um argumento ainda tão ou mais forte que esse seria o de que o debate público suscitado pelo politicamente correto em torno de processos por vezes sutis de discriminação, preconceito e incitação ao ódio não pode – em si mesmo – constituir algum tipo de censura, constrangimento ou diminuição da liberdade de expressão.

O traço forte do *politicamente correto na linguagem*, tal como estamos defen-

6 Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

7 Disponível em: http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf.

dendo, foi invocado no episódio da penalidade imposta ao deputado Jair Bolsonaro, tendo funcionado não apenas para questionar, quanto para prescrever sanções contra o uso de vocabulário empregado para designar com desprezo e desrespeito minorias ou comunidades inteiras, bem como revelar, em termos linguísticos e sociocognitivos, algo hoje socialmente intolerável, o racismo. Nesse caso, uma reação social apoiada no sentido fraco de politicamente correto, tal como mencionamos anteriormente, colocaria em risco todo um regime simbólico de vida social baseada em valores constitucionais que envolvem, entre outras coisas, igualdade civil, indistinção de qualquer natureza, sanção contra crimes de ódio, discriminação étnico-religiosa, injúria qualificada e racismo.

Um aspecto particular de práticas de linguagem politicamente *incorretas*, tais como as que vêm sendo implementadas por movimentos de direita brasileira de forma bastante ampla e contundente, é a sua relação com a violência verbal, o insulto e a repetição do insulto.

Em seu texto "Des visées de l'injure" (2008), Patrick Djian pondera que a violência verbal está ligada a uma espécie de contenção do ato violento, do afrontamento físico. Assim, a violência, segundo o autor, estaria potencialmente alojada no "coração de todo discurso que a permite moderar". Essa ponderação sobre a relação entre linguagem e violência pode ser vista também na obra de Paul Ricoeur, que, em artigo de 1967, afirma: "[...] a violência que fala é já uma violência que procura ter razão; é uma violência que se coloca na órbita da razão e que já começa a se negar como violência" (Ricoeur, 1967, p. 87).

Também a filósofa norte-americana Judith Butler destaca a relação entre violência e linguagem ao questionar onde se situa a ofensa, no insulto em si mesmo ou em sua enunciação por alguém. Para a autora, em sua obra *Le pouvoir des mots. Politiques du performatif* (1997/2004), a responsabilidade ético-discursiva está ligada à repetição do insulto. Tal repetição, vale dizer, ancora-se não raramente na reprodução de uma violência (social) já sistêmica.

NOTAS SOBRE A DIMENSÃO SOCIOCOGNITIVA DO POLITICAMENTE CORRETO

Longe de dissociar a língua de todo tipo de ação performatizada pelos falantes (inclusive as de natureza avaliativa), certos processos linguístico-sociocognitivos, como a categorização, por exemplo, base de nosso sistema conceitual (Lakoff, 1987), são fundamentais para os modos de emoldurar a nossa compreensão do mundo e as nossas ações sociais. Se concebemos o mundo de maneira altamente motivada, a língua é certamente uma de nossas possibilidades para perspectivar as coisas, compartilhar intenções, estabelecer relações entre elas, presidir interações sociais e reconhecer nossos semelhantes como seres sociocognitivamente iguais a nós (Tomasello, 1999; 2014).

Portanto, os processos de significação (explícitos ou implícitos, verbais e não verbais) mobilizados e construídos pela língua são um bom domínio empírico para entender, entre outras coisas, o caráter performativo e sociocognitivo da linguagem, por meio do qual acionamos e compartilhamos conhecimentos de mundo e experiências psicosso-

ciais, consolidamos, negociamos, conciliamos e disputamos perspectivas e pontos de vista, identificamos esquemas de ação conjunta, enquadramos conceitualmente contextos sociointeracionais ou estruturas figurativas (como as metáforas, as analogias, as alusões, etc.).

Observando a trajetória e os sentidos sociocognitivos da expressão "politicamente correto", vemos bem que não apenas etiquetamos, concebemos ou significamos as coisas do/no mundo por meio da linguagem; nós também construímos versões públicas do mundo (Mondada & Dubois, 1995). Assim, por meio da linguagem não apenas percepcionamos o mundo extralinguístico, mas o constituímos e nele atuamos, com o concurso de outras semioses, não verbais, e outras formas de conceitualizar[8] o mundo.

Dificilmente poderíamos pensar em formas de interação humana, ou mesmo em conteúdos cognitivos, social e culturalmente constituídos, sem uma participação direta ou indireta da linguagem – falada e/ou escrita. Nesse sentido, como preconiza a linguística interessada na análise de práticas discursivas e sociocognitivas centradas no uso real da língua (em contextos reais, com interlocutores reais), *dizer é fazer.*

Nossa exposição ao longo deste texto buscou focalizar o politicamente correto no interior de um entrecruzamento teórico de perspectivas sobre a linguagem que a consideram como uma forma de ação sociocognitivamente motivada e perspectivada, à qual são incorporados graus distintos de reflexividade. Nesse sentido, o politicamente correto seria apenas uma das facetas que dá visibilidade, talvez de forma mais ampla e contundente, a processos cotidianos relativos à natureza acional e reflexiva das práticas de linguagem. No entanto, porque envolve necessariamente a explicitação e a defesa de posições (mais ou menos visíveis) nos diferentes campos sociais, ele também envolve lutas mais ou menos legitimadas pela manutenção e/ou conquista dessas posições, mais especialmente nos campos político, midiático e jurídico, se considerarmos tanto o contexto brasileiro quanto o contexto internacional de disputas por naturalização e/ou questionamento de determinadas categorizações ou enunciados.

No encaminhamento das palavras finais deste ensaio, chamamos a atenção para a asserção presente em nosso título. Na perspectiva do personagem principal do esquete humorístico a que fazemos alusão, o mundo estaria *chato* ou *politicamente correto* porque tudo está sob questionamento, o que acaba por inviabilizar a comunicação e o direito de determinados atores sociais de simplesmente dizerem o que pensam, dada a hipercriticidade ("mimimi") e/ou mesmo a censura das "minorias".

Ao final do esquete, enquanto os créditos vão passando, uma outra cena é mostrada. Ao ser interpelado por um outro personagem (uma pessoa com deficiência), pelo fato de ter colocado o seu carro em uma vaga para deficientes, o personagem principal categoriza essa sua ação no mundo como apenas uma piada, um "sarcasmo", "humor inglês", mandando-o "pesquisar". A cena é, a nosso ver, uma metáfora interessante para o tipo de futuro que se desenha caso não lutemos para

8 Citamos aqui apenas alguns dos trabalhos brasileiros que se enquadram na perspectiva da análise sociocognitiva das práticas linguísticas: Salomão (1999; 2005); Koch (2002); Marcuschi (2007); Miranda (1999); Koch, Morato & Bentes (2005); Falcone (2008); Morato & Bentes (2013); Morato (2016); Bentes, Mariano & Accetturi (2015); Bentes, Ferreira & Accetturi (2017).

que as motivações atuais do politicamente correto na linguagem sejam compreendidas como uma busca pelo exercício da chamada "democracia radical", no interior da qual o conceito de liberdade de expressão possa ser identificado com o de aceitação e negociação das diferenças, e afastado dos contornos atuais pelos quais vem sendo retomado no contexto sociopolítico contemporâneo: o de liberdade para oprimir ou destruir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, no escopo deste ensaio, tecer algumas considerações sobre uma tese que defendemos: a de que o politicamente correto na linguagem pode ser tomado em um sentido mais *forte* e/ou mais *fraco*. A nosso ver, a crítica de Stuart Hall e de outros setores da esquerda a essa estratégia política relativa ao policiamento da linguagem e à tentativa de substituição de um conjunto de verdades e identidades por outro conjunto de identidades e/ou verdades mais corretas pode ser vista em outros termos. Essas disputas e reivindicações por parte dos atores e/ou grupos sociais por verdades ou identidades podem ser consideradas como parte de um fenômeno típico da pós-modernidade, a saber, o da exibição de um alto grau de sensibilidade política (reflexividade), especialmente (mas não só) em relação às categorizações sociais produzidas nos mais diversos contextos e interações.

Tanto no sentido mais fraco (a exibição e promoção da reflexividade) como no sentido mais forte (fomento de regimes simbólicos que superem situações de desigualdade, preconceito e injustiça social) do politicamente correto e das ações que nele se baseiam, o fenômeno linguístico e sociocognitivo é central. Sendo este o fenômeno central na compreensão do politicamente correto, demos saliência aos processos de construção de estabilizações referenciais historicamente contingenciadas a partir da emergência das disputas sobre certas categorizações sociais por expressão nominal.

Vale ainda salientar que as mudanças na conceitualização de certas categorias linguístico-cognitivas por parte dos diversos atores sociais ao longo do tempo são capazes de mostrar a relação dialética existente entre os dois sentidos postulados ao longo deste texto para o politicamente correto. Considerando-se as expressões nominais "surdo" e "pessoa com deficiência", tomadas inicialmente, como reivindicação de certas comunidades específicas (pacientes, clínicos, familiares), é possível dizer que as mudanças nas categorizações e as lutas a elas relacionadas, pela força da adesão social mais ampla, transformaram-se em elementos-chave na construção das políticas públicas deste campo específico, o da saúde.

Pelo que evoca não apenas em relação ao conceito de correção, como também ao de política, salientamos neste ensaio a articulação entre os sentidos forte e fraco dessa estratégia nomeada "politicamente correto". Essa posição, a nosso ver, salienta certas características do fenômeno em termos sociocognitivos, tais como: reflexividade, contextualização, intersubjetividade, conhecimento compartilhado, perspectivação, intencionalidade. Essas características podem e devem encontrar-se conjugadas nas ações sociais de construção de novos ordenamentos, mais justos, democráticos e pluralistas. Enfim, um mundo menos chato.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, M. "Hybridizing *Habitus* and Reflexivity: Towards an Understanding of Contemporary Identity", in *Sociology*, vol. 40 (3), 2006, pp. 511-28.

ADKINS, L. "Reflexivity: Freedom or Habit of Gender?", in *Theory, Culture & Society*, 20 (6), 2003, pp. 21-42.

AUSTIN, J. L. *How to do Things With Words*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1962.

BEARD, H; CERF, C. *The Official Politically Correct Dictionary and Handbook*. New York, Villard Books, 1992.

BECK, U. *Risk Society*. London, Sage, 1992.

BENTES, A. C.; FERREIRA-SILVA, B.; ACCETTURI, A. C. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 59 (1). Campinas, 2017, pp. 175-96.

BENTES, A. C.; MARIANO, R. D.; ACCETTURI, A. C. "Temas e Estratégias Referenciais em Conexão: Analisando Processos de Estabilização e de Mudança em um Programa Televisivo", in *ReVEL*, v. 13, n. 25, 2015, pp. 316-54.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Cambridge, Polity Press, 1992.

BUTLER J. *Le pouvoir des mots*. *Politique du performatif*. Trad. C. Nordmann. Paris, Éditions Amsterdam, 2004.

CAMERON, D. *Verbal Hygiene*. New York, Routledge, 1995.

_____. "Ideology and Language", in *Journal of Political Ideologies*. Vol. 11 - Issue 2: Special Tenth Anniversary Issue: The Meaning of Ideology: Cross-Disciplinary Perspectives, 2006, pp. 141-52.

DIJK, T. A. Van. *Discurso e Poder*. São Paulo, Contexto, 2010.

DJIAN, P. "Des visées de l'injure", in E. Desmons; M-A. Paveau (orgs.). *Outrages, insultes, blasphèmes et injures: violences du langage et polices du discours*. Paris, L'Harmattan, 2008.

FALCONE, K. (*Des)legitimação: Ações Discursivo-Cognitivas para o Processo de Categorização Social*. Tese de doutorado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

FIORIN, J. L. "A Linguagem Politicamente Correta", in *Linguasagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem*, v. 1. São Carlos, Ufscar, 2008, pp. 1-4.

GARAY, A.; ÍÑIGUEZ, L.; MARTINEZ, L. M. "La Perspectiva Discursiva en Psicologia Social" in *Subjetividad y Processos Cognitivos*. Uces, 2005, pp. 105-30.

GIDDENS, A. *The Transformation of Intimacy*. Cambridge, Polity Press, 1992.

FRIEDMAN, M.; NARVESON, J. *Political Correctness: For and Against*. Lanham, Rowman & Littlefield, 1995.

HANDKE, K. *Political Correctness in the U.S. – Its Effects on Language, Its Use, and Attitudes Toward the Movement*. Eichstatt, Katholische Universitat Eichstatt, 2001.

HALL, S. "Some 'Politically Incorrect' Pathways Through PC", in S. Dunant (ed.). *The War of the Words: The Political Correctness Debate*. London, Virago Press, 1994, pp. 164-84.

HUSSON A. C. "Genre et violence verbale. Le cas de 'l'affaire Orelsan'", in *Pratiques*, 2014, pp. 163-64.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os Segredos do Texto*. São Paulo, Cortez, 2002.

KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. "Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo", in F. Mussalim; A. C. Bentes (orgs.). *Introdução à Linguística*: *Fundamentos Epistemológicos*. São Paulo, Cortez, 2004, pp. 251-300.

KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M; BENTES, A. C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo, Contexto, 2005.

KOIKE, D.; BENTES, A. C. *Tweetstorms e Processos de (Des)legitimação Social na Administração Trump* (no prelo).

LAKOFF, G. *Women Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal About the Mind*. Chicago, University of Chicago Press, 1987.

MANGEOT, P. "Bonnes conduites? Petite histoire du 'politiquement correct'" (1-2), in *Vacarme*, n. 1-2, 1997 (*on-line*).

MARCUSCHI, L. A. *Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2007.

MIRANDA, N. S. "Domínios Conceptuais e Projeções entre Domínios: Uma Introdução ao Modelo dos Espaços Mentais", in *Veredas* 3 (1), 1999, pp. 81-99.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. "Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation", in *Tranel*, n. 23, 1995, pp. 273-305.

MORATO, E. M.; BENTES, A. C. "*Frames* em Jogo na Construção Discursiva e Interativa da Referência", in *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 55 (1). Campinas, 2013, pp. 125-37.

_____. "Das Relações entre Linguagem, Cognição e Interação – Algumas Implicações para o Campo da Saúde", in *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 16, n. 3. Tubarão, set.-dez./2016, pp. 575-90.

NEVES, M. H. M. "Do 'Politicamente Correto' ao Incorretamente Polido", in *Delta* 30 (1), 2014, pp.137-60 (*on-line*).

ORWELL, G. *1984*. São Paulo, Nacional, 1991.

POSSENTI, S. "A Linguagem Politicamente Correta e a Análise do Discurso", in *Revista de Estudos da Linguagem* 4 (2). Belo Horizonte, UFMG, 1995, pp. 23-140.

POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. "A Linguagem Politicamente Incorreta no Brasil: Uma Língua de Madeira?", in *Polifonia* 12 (2), 2006, pp. 47-72.

QUEIROZ, A. C. *Politicamente Correto & Direitos Humanos*. Brasília, Sedh, 2004.

RAJAGOPALAN, K. "Sobre o Porquê de Tanto Ódio Contra a Linguagem 'Politicamente Correta'", in F. L. Lopes da Silva; H. M. M. Moura (orgs.). *O Direito à Fala – A Questão do Preconceito Linguístico*. Florianópolis, Insular, 2000, pp. 93-102.

RICOEUR, P. *La violence*. Paris, Desclée de Brouwer, 1967.

RIBEIRO, R. J. "Grandeza e Miséria do 'Politicamente Correto'", in R. J. Ribeiro. *A Sociedade Contra o Social*: *o Alto Custo da Vida Pública no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 26-44.

SALOMÃO, M. M. M. "A Questão da Construção do Sentido e a Revisão da Agenda dos Estudos da Linguagem, in *Veredas* 3 (1), 1999, pp. 61-79.

_____. "Razão, Realismo e Verdade: o que nos Ensina o Estudo Sociocognitivo da Referência", in I. G. V. Koch; E. M. Morato; A. C. Bentes (orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo, Contexto, 2005, pp. 151-68.

SCHIEFFELIN, B.; WOOLARD, K.; KROSKRITY, P. *Language Ideologies*: *Practice and Theory*. Oxford, Oxford University Press, 1998.

SOARES, L. "Politicamente Correto: o Processo Civilizador Segue seu Curso", in P. Pinto et al. (orgs.). *Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998, pp. 217-38.

TOMASELLO, M. *The Cultural Origins of Human Cognition*. Harvard University Press, 1999.

_____. *A Natural History of Human Thinking*. Harvard, Harvard University Press, 2014.

Metamorfoses dos direitos humanos

José A. Lindgren-Alves

resumo

Modificações do conceito de direitos humanos, associadas a exageros do "politicamente correto" voltado para minorias, depreciam ambas as expressões. Historicamente de esquerda, seu abuso serve de munição às posições de direita, absorvidas por cidadãos inseguros. Diante de criminalidade, em cultura de sedução consumista sobre estrutura econômica profundamente desigual, direitos particularistas, em substituição à política, são contrários à integração com progresso. Para evitar derrotas eleitorais é melhor regressar à defesa dos direitos de todos.

Palavras-chave: direitos humanos; politicamente correto; eleições.

abstract

Changes taking place in the concept of human rights, related to exaggerated political correctness towards minorities diminish both expressions. Political correctness is historically a left-wing idea, and its abuse mobilizes right-wing attitudes taken up by insecure citizens. Faced with criminality, in a consumerist culture grounded on a deeply unequal economic structure, particularist rights, replacing politics, oppose integration to progress. To avoid defeats in ballot, one had better defend rights to everyone again.

Keywords: *human rights; political correctness; elections.*

VISITA A EX-CENTRO DE TORTURA

Em setembro de 2017 tive a oportunidade de participar de seminário em Santiago do Chile para comemorar 20 anos de abertura ao público da Villa Grimaldi, utilizada nos anos 1973-78 como centro clandestino da ditadura, restaurada como sítio de memória do terrorismo de Estado. Na visita a esse local, muito aprazível apesar de apresentado por sobreviventes que relatavam suas experiências como prisioneiros, o que mais me impressionou não foram descrições de sevícias como interlúdio a "desaparecimentos" finais. Nem as ínfimas dimensões das celas em que eram postos, amontoados ou em isolamento, desprovidos de qualquer direito. Tudo isso era conhecido, na pele ou indiretamente, por minha geração de brasileiros. O que mais me tocou foram detalhes transmitidos por aqueles homens e mulheres, militantes ou não da resistência armada, encarcerados com vendas e correntes: a batida do portão de ferro ao se fechar, reiterando sua desesperança; o ruído de pés descalços no cascalho, a indicar novas fornadas de detidos; o perfume de rosas no percurso por onde eram levados, às cegas.

Mais marcantes do que a torre da caixa d´água como câmara de tortura, a piscina vazia como esconderijo dos presos durante inspeções da Cruz Vermelha ou o jardim em que nomes de mulheres mortas fazem as vezes das rosas nunca vistas, foram, para mim, os "mausoléus" de desaparecidos. Com fotografias em hastes cravadas na terra a perguntarem *¿donde está?*, tais "flores" são plantadas em covas coletivas, demarcadas por símbolos dos movimentos a que os ausentes pertenciam. Uma delas, com lâminas de vidro arranjadas na forma de mapa da América do Sul, é do Partido Socialista; outra, do Partido Comunista, é assinalada por bandeira vermelha com foice e martelo nas cores do Chile; uma terceira tem o estandarte rubro-negro do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

JOSÉ A. LINDGREN-ALVES é embaixador, secretário executivo do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul (Buenos Aires) e membro do Comitê para Eliminação da Discriminação Racial (ONU-Genebra).

Ao observar esses túmulos sem corpos, indagava-me se os respectivos movimentos, antes "progressistas", hoje anacrônicos e "politicamente incorretos", seriam sequer considerados "de esquerda". Doía-me pensar que, em passado não distante, pessoas como as de agora eram capazes de tanto sacrifício por causas sociais abrangentes. Comparava aquele tempo de utopias, vistas como realizáveis, com o ceticismo contemporâneo, acomodado a um cenário ainda mais perigoso. Apavora-me notar que a normalização da ganância pela lógica do mercado é contrabalançada por obsessões diferenciais limitadas, crenças religiosas ambíguas e fanatismos retrógrados. Sem contar o paliativo humanitário e o "realismo" da direita mais tacanha. Custa-me crer que os direitos usados para derrubar ditaduras sejam os mesmos hoje, brandidos como panfleto nos mais diversos sentidos.

AVATARES DO CONCEITO DE DIREITOS

Para quem acompanha a evolução ideológica do mundo contemporâneo pela ótica dos direitos humanos, a mudança de sentido da linguagem neles empregada é fenômeno marcante, que passa despercebido. A começar pela própria expressão "direitos humanos", versão corrigida dos "direitos do homem" registrados nas declarações norte-americanas e francesas do século XVIII, "naturalmente" excludentes das mulheres, dos escravos e de indivíduos de baixa renda.

Conquanto considerada burguesa e "liberal de direita" ao longo de toda a Guerra Fria, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, das Nações Unidas, programaticamente inclusiva, foi instrumento valioso tanto para os militantes de esquerda da América Latina e da Europa Ocidental contra os sistemas militares respectivos, como para os dissidentes dos regimes comunistas da Europa Oriental. Constituiu, além disso, fonte de conscientização importante para os movimentos de libertação nacional dos povos colonizados, assim como para o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e para o combate ao *apartheid* na África do Sul.

Apesar da interpretação de Marx, no século XIX, preocupado com a legitimação da exploração capitalista dos trabalhadores com base na declaração francesa, os direitos humanos sempre foram restrições político-jurídicas ao arbítrio dos detentores do poder. Eram, portanto, construções históricas "de esquerda", ainda que o avanço fosse dos burgueses contra a monarquia absoluta. Isso nunca impediu a utilização seletiva dos direitos fixados na Declaração Universal das Nações Unidas pelos liberais e social-democratas como instrumento contra adversários comunistas. Mas foi somente na década de 1970 que os direitos civis passaram a ser utilizados também como elemento de pressão do Ocidente para a liberação de prisioneiros políticos e a redemocratização na América Latina.

Tendo em conta que nas batalhas de propaganda a versão ocidental prevaleceu, é surpreendente a afirmação atual "da direita" de que "direitos humanos são coisa de comunistas". Precedida com outros termos pela velha Doutrina da Segurança Nacional, essa inversão de atribuições tem sido exumada em campanhas eleitorais de diversos continentes. Surpreendente porque incomum e supostamente anacrônica, a distorção des-

picienda, certamente desinformada, do real, não é desprovida de base histórica.

Um pouco inspirado pela referida inversão, um pouco provocado pelo radicalismo da mudança ideológica ocorrida na Europa Oriental, decidi agir de maneira heterodoxa, em agosto de 2017, ao examinar, no órgão de tratado competente – o Cerd[1] –, relatório periódico da Federação Russa. Levando em conta informações abundantes de que as discriminações raciais têm crescido assustadoramente no país, perguntei aos delegados, todos "produzidos" à maneira de *yuppies* nova-iorquinos, como estariam planejando celebrar a contribuição da Revolução de Outubro de 1917 aos direitos humanos, no centenário que se avizinhava[2]. A delegação sorriu e, como esperado, não respondeu[3]. Provavelmente as integrantes femininas nem sabiam que seus direitos civis, sexuais e reprodutivos, e à igualdade com o homem, eram observados em sua terra muito antes dos países do Ocidente. Estes últimos preferiam utilizá-los como espantalho anticomunista até os anos 80, não hesitando em ridicularizar as diretoras de empresas soviéticas, na imprensa e por outros meios, como "camaradas" grotescas em trajes pesados e malfeitos. O estereótipo somente foi superado com o aparecimento da "primeira-dama" Raissa Gorbatchov, fulgurante ao lado de Nancy Reagan, sem se atinar para a implicação antifeminista da posição de "primeira-dama". Disso, aliás, até hoje, o Ocidente modelar parece não ter consciência. Talvez os delegados chiques, homens e mulheres jovens da restabelecida "Rússia Eterna", desvinculada da Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, de 1918, tampouco tivessem conhecimento da liderança que o extinto bloco socialista sempre mantivera na promoção dos direitos econômicos e sociais nas normas internacionais de direitos humanos.

Se, por um lado, a inversão discursiva feita pela direita dessas "coisas de comunistas" pode ter um sentido literal que ela desconhece, por outro, os aspectos emancipatórios do conceito não justificam a vulgarização da expressão "direitos humanos" para tudo o que se queira obter para grupos e categorias. A luta contra privilégios é política. A igualdade de direitos individuais e coletivos é condição jurídica necessária da democracia. Aumentos salariais, escolas adequadas, creches, centros de saúde e outros avanços são objetivos para a realização de direitos, assim como proteção policial eficaz e administração equitativa de justiça. Não se deve confundir o "progressismo" dos movimentos atuais de promoção de minorias com o igualitarismo "de todos os membros da família humana", conforme a Declaração Universal. Esse documento fundador, de 1948, omitia o termo "minorias" para ser observado por todos os Estados. E os países das Américas eram os primeiros que o consideravam contrário à nacionalidade respectiva, criada pela fusão constitucional de grupos diversos. Fossem ou não miscigenadas as populações.

Reivindicações de minorias podem ser pertinentes por muitas razões não genera-

1 Cerd são as iniciais em inglês pelas quais é conhecido o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, integrado por 18 peritos eleitos pelos Estados-partes da convenção respectiva.

2 Não fui eu o único membro do Cerd a recordar a situação anterior. Alguns mencionaram a Universidade Patrice Lumumba como formadora de líderes africanos.

3 Meu colega de comitê Alexis Avtonomov, professor de Direito em Moscou, veio, contudo, agradecer a indagação, contando que ele próprio causara perplexidade ao propor seminário sobre esse tema.

lizáveis. Não se confundem com o "direito de ter direitos", explicitado por Hannah Arendt, denegado pelos totalitarismos, no caso da Alemanha nazista até pela retirada da nacionalidade alemã dos judeus. Ao contrário do que visava a Declaração Universal, o "progressismo" atual das diferenças é, por definição, particularista. Destinado a elas como identidade distinta no corpo social, esse particularismo pode ser útil para a adoção de medidas especiais, temporárias, para a equalização de condições concretas[4]. Pode também ser egocêntrico, propiciador de crispações defensivas e discriminações agravadas. Elevado a extremos, gera separatismos políticos e repressões violentas, de que foi exemplo o fim da Iugoslávia nos anos 90, que outros vêm seguindo. Sem falar na regressão fundamentalista que tal particularismo extremado, consciente ou inadvertidamente, estimula.

Por mais que o "comunitarismo" se justifique como defesa contra discriminações, as práticas por ele exigidas em nome da identidade não correspondem, como dito por alguns teóricos, a uma "versão atualizada" dos direitos humanos. Tal interpretação é vista como "progressista" porque politicamente correta na ótica pós-moderna do multiculturalismo hegemônico, sem misturas.

A LINGUAGEM COMO PODER/SABER E COMO CAMISA DE FORÇA

Conquanto a interpretação da linguagem como suporte da dominação advenha do pós-estruturalismo, de Michel Foucault a denunciar a capilaridade do poder na sociedade moderna, a expressão "politicamente correto" parece haver derivado do "ambientalmente correto". Ambas vêm da academia, que, funcionando como *intelligentsia*, inspira e orienta a ação social.

Muito usado no final dos anos 80, na mobilização para a Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, o "ambientalmente correto" era de significado ecológico preciso, literal. Correspondia, por exemplo, a fontes de energia limpas e a produtos não poluentes. O "politicamente correto", originalmente feminista, exigiu, desde logo, para a Conferência de Viena de Direitos Humanos, de 1993, reparação da denominação "Direitos do Homem", já então em desuso, pois a palavra "homem" não podia ser significante da espécie. E foi no contexto da Conferência de Beijing (Pequim) sobre a Mulher, de 1995, que se generalizou a expressão "igualdade de gênero", sendo "gênero" uma construção cultural, diferente de "sexo", de conotação biológica.

No âmbito da linguagem dos direitos humanos as adaptações a novas interpretações sempre ocorreram. Algumas novas criações vernaculares, traduzidas do inglês, correspondiam a ajustes inteligíveis. Foi o caso do "empoderamento", barbarismo anglófono aparecido também na preparação da Conferência de Beijing, como tradução para *empowerment*. Em se tratando de ação para e pela mulher, é inegável que os termos correspondentes "capacitação" ou "habilitação" soavam fracos diante de outro que tem como raiz *power*, "poder". Depois o termo se estendeu para a participação de qualquer grupo em decisões que o afetem. *Harassment* foi

4 Analisei as medidas especiais previstas na Convenção em "Cinquenta Anos da Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial: Uma Apreciação Crítica de Dentro", in *Lua Nova*, São Paulo, 2017.

corretamente traduzido por "assédio", em espanhol *acoso*, geralmente sexual, mas não "de gênero". O *bullying*, como provocação grupal com base em características da vítima (cor, gordura, tendência sexual, origem, descendência, religião, etc.), não chegou a ser traduzido, entrando no vocabulário "da mídia", como o *merchandising* e o estilo *fashion*. Outros estrangeirismos felizmente não prosperaram, como o uso de "caucasiano" no lugar de "branco", em que insistem os ingleses, canadenses e outros membros brancos da Comunidade Britânica nos relatórios ao Cerd. Esquecem ou não sabem que a origem dessa substituição terminológica remonta a antropólogo alemão do século XVIII[5], precursor da falsa "ciência" da frenologia, usada pelos racistas até meados do século XX. Assemelha-se, portanto, à ideia dos "arianos", cultivada miticamente ao extremo pelos nazistas. Estes últimos, por sinal, estão voltando à moda.

Aparentados à construção de mitos menos inquietantes, há outros termos padronizados para "a esquerda", inclusive na academia, como "politicamente corretos": *roma* para os ciganos, embora o nome seja autorreferente apenas na Europa Central e Oriental; *dalit* para a casta hinduísta dos párias; LGBTI para o movimento de homossexuais e variações assemelhadas, englobados pelas iniciais de cada tipo em inglês[6]. "Afrodescendentes" é neologismo oriundo da Conferência de Durban sobre o Racismo, de 2001, para abranger os negros e mulatos – não os mestiços de outras ascendências, nem os negros da África –, conforme as posições do movimento norte-americano, incorporadas pelas lideranças de outras áreas.

Tendo em conta que todos esses grupos foram ou são realmente vítimas de discriminações, não vejo problema em chamá-los pela denominação que eles consideram respeitosa. No Brasil, muito antes da teorização pela qual "preto" é cor e "negro" é raça – e malgrado a negação contemporânea do conceito de raça pela ciência genética –, já quase ninguém chamava os negros de "pretos", a não ser carinhosamente – "preta, preta, pretinha", cantavam os Novos Baianos. "Crioulo", que na América Hispânica sempre foi o filho de espanhol, no Brasil era termo racial essencialmente jocoso, que os negros também usavam entre eles[7], assim como "branquela" era o branco sem graça, que não "pegava uma cor". Embora "afro-brasileiro" seja expressão pouco usada como designação para compatriotas de ascendência africana, menos aceitável para nós devia ser a rejeição a "mulato", tipo que era ícone de nossa brasilidade, sem que a etimologia da palavra preocupasse ninguém[8], como ninguém rejeita "moreno", do espanhol *moro*, em português "mouro", inimigo medieval muçulmano, de pele mais escura, na Península Ibérica.

Fenômeno semelhante abarca palavras de significado deslocado, como "comunidade"

5 Friedrich Blumenbach, que identificou cinco raças a partir de características físicas: a mongólica ou amarela, a vermelha dos nativos da América, a malaia marrom, a negra dos etíopes e a caucasiana ou branca (os caucasianos por ele estudados eram da Geórgia e os brancos não eram necessariamente europeus).

6 LGBTI são iniciais de *Lesbians, Gays, Bi-sexuals, Transgender, Inter-sexuals*

7 Paulinho da Viola surgiu no cenário musical carioca do final dos anos 60 cantando, com três outros músicos geniais, o delicioso samba "Quatro Crioulos".

8 Não faço aqui a apologia sexista da "mulata", com conteúdo racial, embora entenda que o louvor popular não justifique o furor que acarreta.

no lugar de "favela", que antes era lugar romantizado de pobres, mas não necessariamente território de gangues narcotraficantes; "etnia" em lugar de "raça", aludindo a uma "etnicidade negra" projetada. "Indígena" parece mera adaptação erudita do "índio" de Colombo. "Diversidade" se tornou essência do multiculturalismo, por mais opressivas e discriminatórias que sejam as culturas protegidas, em lugar de miscigenação e sincretismo como tendência natural. A isso se acrescem termos rebarbativos como "islamofobia", replicado por "cristianofobia"; "homofobia", que etimologicamente seria "horror ao igual", como preconceito contra homossexuais; "afrofobia", etc.

As novas designações e posições podem ser imprecisas, desnecessárias ou tolas, mas se tornam problemáticas quando elevadas a extremos, como obrigações e tabus. Além de facilmente exploradas por cabotinos, alguns talentosos como Michel Houellebecq, provocam iras em contrário de quem nem seria espontaneamente contra elas. Por volta de 2003, causou celeuma no Brasil, envolvendo escritores revoltados, a publicação pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos de um manual de termos politicamente corretos e termos interditos que deveriam ser observados. A publicação mal chegou a ser distribuída, sustada pelo titular da secretaria. Não obstante, orientações congêneres continuaram a multiplicar-se, no Brasil e no exterior, transformando-se mais em fator de irritação para não militantes do que de apoio simbólico às causas defendidas.

Também se enquadram no "politicamente correto" as interpretações de fatos do passado com visão particularista e simplória do presente. No Cerd já ouvi de um colega, em plenário, ao cobrar ações em favor de minoria étnica não reconhecida, referência à Guerra do Vietnã como conflito pela identidade vietnamita. Será que os americanos intervieram brutalmente e perderam uma guerra vergonhosa só por isso? Como também testemunhei tentativa de condenação ao Papa Francisco pela canonização de missionário espanhol do século XVII, primeiro catequista dos nativos da Califórnia, lá objetada em manifestação indígena. Que ambos os eventos pudessem ser contestados pelos que se achavam afetados não era de surpreender. Inaceitável era não ser considerado incorreto que um órgão laico de tratado se imiscuísse em ato religioso sem qualquer efeito fora da Igreja[9].

O descobrimento da América pela Europa foi o acontecimento mais marcante do milênio para o mundo inteiro, independentemente dos episódios terríveis que também propiciou. Conscientes da destruição de civilizações como a dos incas, os Estados da América Hispânica deixaram de celebrar a "Conquista da América", ou o "Dia da Raça", em 12 de outubro, optando por comemorar um eufemístico "Encontro de Culturas". Menos aceitável foi o Brasil fingir desconsiderar seu descobrimento por Cabral com o testemunho de Caminha, ciente de que, sem esse fato, o país como tal não existiria. Nem para Policarpo Quaresma! Enquanto isso os Estados Unidos continuam a apropriar-se do nome "América" e da chegada de Colombo a uma ilha caribenha para festejar o Columbus Day. Os colonizadores europeus, em particular espanhóis e portugueses, além de violentos e vorazes como todos os agentes de impérios,

9 Para descrição detalhada, ver texto indicado na nota 4 *supra*.

russos, alemães, ingleses, franceses e otomanos, assim como romanos, mongóis, astecas e outros, passaram a ser vistos somente como genocidas, escravocratas, estupradores e inventores do racismo. Que tudo isso seja dito pelos herdeiros das vítimas pode ser compreensível. Que tivesse sido espalhado pela esquerda quando lutava pela independência dos povos seria até previsível. Que seja ensinado em favor de meras asserções diferenciais é contraproducente. Na intenção de promover a autoestima de grupos justificadamente ressentidos, o reducionismo oficial encampado eleva continuamente as cobranças, cuja totalidade nunca será satisfeita, dando força a preconceito aumentado.

No Cerd, temos examinado relatórios de Estados cujos governos não cessam de se escusar por abusos do passado. Os preconceitos e discriminações, contudo, continuam, assim como as cobranças. Em agosto de 2017, por exemplo, de um total de seis Estados, os que receberam maior número de recomendações para superar discriminações alegadas foram o Canadá e a Nova Zelândia, ambos de fama excelente[10]. As queixas do movimento negro canadense eram tão semelhantes às que escuto no Brasil[11] que cheguei a indagar como se explicava o fato de a imagem do país ser tão boa. A resposta da ONG afirmava ser resultado de grande investimento do Estado em mera propaganda.

A proliferação de iniciativas simbólicas "politicamente corretas" nas Nações Unidas agrava-se pela adoção de gestos demagógicos de autoridades de estado, políticos variados, membros de órgãos de tratado e outros agentes influentes. Vai-se criando assim uma situação discursiva que leva os defensores dos direitos universais e da liberdade de expressão a temer a assunção de posições dissonantes. Sentem-se inseguros, passíveis de ser tachados de racistas, machistas, homófobos e islamofóbicos.

Como resultado desses fatos, os direitos humanos se encontram em situação análoga à arte conceitual, desde Marcel Duchamp: é arte aquilo que o artista declara como tal, respaldado no restrito, mas milionário, mercado comprador. São hoje "direitos humanos progressistas" todos aqueles requisitos assim cobrados por entidades selecionadas da sociedade civil, repetidos "pela mídia", magnificada ou contraposta em termos ofensivos pelas redes sociais.

O "POLITICAMENTE CORRETO" COMO CRÍTICA OU TÁTICA DE LUTA

Nas condições presentes, "politicamente correto" passou a ser expressão utilizada como galhofa por críticos e opositores, para assinalar falsidades e exigências fúteis. Os críticos não são necessariamente "de direita". É de Slavoj Zikek, que já denunciava absurdos antes de se tornar estrela *cult*, a qualificação do "politicamente correto" como uma forma de autodisciplina que não é mais do que "racismo oprimido e controlado"[12]. E é de Camille Paglia a afirmação de que "o pensamento independente foi universalmente silenciado", havendo ela, desde os

10 Todos os documentos do Cerd se encontram na página do Alto Comissariado: www.ohchr.org.

11 Encarceramento judicial exagerado, mortes pela polícia, "genocídio" de crianças negras, etc.

12 Disponível em: https://lanotasociologica.wordpress.com/2017/04/26.

anos 90, "declarado guerra contra o estalinismo do politicamente correto no *establishment* feminista"[13].

Seguramente soa mais convincente do que os ativistas de direitos quem critica a unilateralidade das denúncias de execuções pela polícia sem interesse pelas mortes de agentes policiais em operações legítimas de repressão à criminalidade. E são inaceitáveis, em qualquer fase pós-Bakunin, os argumentos que explicam o assalto e esfaqueamento de transeuntes por adolescentes em função do que "eles devem ter passado". Com isso se justificaria também o terrorismo "jihadista". Igualmente leviana é a atitude de políticos que postulam direitos de minorias e se eximem de propostas para controlar a violência. Nestes tempos pós-revolucionários, pós-liberalismo, pós-verdade, pós-tudo, em que convivem com a perpetuação da miséria tanto a corrupção e o crime como frivolidade e provocações incontidas na esfera daquilo que ainda chamamos "cultura", declarações em favor de uma nova ética parecem caricatura. Excessos do "politicamente correto" constituem munição oportuna para a direita habitual, e presente valioso para a extrema-direita, que se elege democraticamente em qualquer país.

A visível rejeição popular atual aos direitos humanos, expressada pelo voto, traz-me de volta o seminário do Chile. Diante de um centro de memória como Villa Grimaldi ou o da antiga Esma (Escola de Mecânica da Armada), local onde agora trabalho, na Argentina, é quase inacreditável que o conceito de direitos de todos possa ser entendido. Ou será que os que os utilizam com insistência em contexto tão adverso têm objetivos diferentes do que costuma ser esperado?

Ao voltar da reunião do Cerd, em agosto de 2017, li em jornal de Buenos Aires declaração significativa de conhecida cantora brasileira com programação portenha. Dizia ela que, no Brasil de hoje, o fato de haver um governo "de direita" parece incitar as pessoas a "revelar as verdadeiras personalidades. Nas ruas, elas não têm vergonha de praticar o racismo. E o feminicídio nunca esteve tão exacerbado"[14]. Não sei até que ponto as formas radicais da violência criminal brasileira se acham mais agravadas especificamente contra a mulher. Comparto, porém, a sensação de que o Brasil se mostra visivelmente mais racista, em todos os sentidos. Mas isso eu já noto há anos, com governos não "de direita". Como observo o crescimento do racismo alhures, na Europa e nos Estados Unidos, há mais de duas décadas. Lembro, a propósito, trecho particularmente expressivo de entrevista da respeitável ativista Sueli Carneiro, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra:

"[...] o que temos atualmente é um racismo que se torna cada vez mais direto, explícito e violento, sem mediações nem medo de dizer seu nome. Minha geração se empenhou em desmascarar o mito da democracia racial. A geração atual terá que engendrar novas formas de luta e organização política para fazer frente a essa radicalização do conflito racial que parece se anunciar. Boa sorte às futuras gerações!"[15].

13 Entrevista a Leila Suwwan, in *Folha de S. Paulo*, 27/3/2006.

14 Entrevista de Maria Gadu a Gabriel Plaza, in *La Nación*, Buenos Aires, 6/9/2017.

15 *Margem Esquerda – Revista da Boitempo*, 27, segundo semestre de 2016, p. 20.

Não tenho dúvida de que essa posição é de esquerda. Sei que é adotada por lideranças importantes do Movimento Negro Brasileiro, fora e dentro de governos sucessivos. Não sei se, com a clareza exposta por Sueli Carneiro, ela corresponde àquilo que se ensina na matéria. Adaptação racial do conceito hoje descredenciado de "luta de classes", por mais que eu respeite essa forma de batalha, não a posso incluir na concepção de "antirracismo" com medidas integradoras de iniciativa estatal. Espero, sobretudo, que a posição expressada, compreensível ainda que transposta da experiência americana, não requeira revitalização no modelo dos Estados Unidos. Nem que reproduza no Brasil aquilo que se reviu há pouco em Charlotteville, na Virgínia.

DE VOLTA À VILLA GRIMALDI

O objetivo do seminário em Santiago era explicado no título: "Crimes Contra a Humanidade e Terrorismo de Estado – Existem Garantias de Não Repetição?". A conclusão unânime dos oradores foi de que não há garantias. Que a experiência dolorosa do Cone Sul pode, sim, ser repetida. De minha parte, fiz o que devia. Descrevi sumariamente iniciativas da região em matéria de reconstrução da memória e a esperança de harmonização de políticas no sentido oposto ao da Operação Condor, dos anos 70. Lembrei, porém, dificuldades do cenário contemporâneo, recomendando alguns pontos de reflexão. São eles:

1) O mundo de hoje não é o dos anos 90, quando terminou a Guerra Fria e os direitos humanos pareciam uma utopia universal realizável. Tampouco nossos países têm as mesmas urgências que os concidadãos sentiam nos anos 80.
2) As conquistas em matéria de direitos humanos, obtidas pela Conferência de Viena de 1993, nunca foram respaldadas pelo sistema econômico.
3) Em função dos desequilíbrios sociais e outros fatores, a violência global não para de crescer, em guerras e na criminalidade.
4) Por incapacidade ou falta de vontade do Estado para atuar contra injustiças e conter a criminalidade, a violência incontrolável torna qualquer direito mero exercício discursivo, sem condições de aplicação no real.
5) O que mais preocupa o cidadão rico ou pobre, negro ou branco, mulato ou caboclo, urbanita ou rural, de nossos países, ademais do empobrecimento, é a insegurança comum da vida cotidiana.

Embora a segurança de que falo nada tenha a ver com a Doutrina de Segurança Nacional, em cujo nome operavam os agentes estatais nos Anos de Chumbo, não é difícil para os oportunistas ganhar simpatias do povo inseguro falando daquele período como época tranquila. A maioria dos habitantes de nosso país nasceu depois, não havendo conhecido a opressão das ditaduras. Não pode saber o que elas representavam na vida diária de todos em termos de medos, desconfiança, falta de liberdade e alternativas. Precisamente em função desse fato, é imprescindível que os atores da sociedade civil encontrem novas maneiras de agir pelos direitos humanos. Patrulhar excessivamente a linguagem é inútil. Limitar-se a fazer denúncias contra a atuação do Estado não constrange mais detentores de poder. Constrange os que defendem a ideia da "família

humana". Se a história se repetir, não será em tom de farsa, como dizia Marx. A farsa já está montada, com elementos sinistros para uma enorme tragédia.

Antes que a direita tacanha e a "esquerda progressista" esfacelem ainda mais as sociedades líquidas de Bauman, distanciando as camadas de um conjunto não monolítico, é melhor deixar de lado hipersensibilidades grupais, para não perder eleições. Democracia é forma de governo que administra conflitos. Não os resolve na estrutura, nem os atenua na cultura com imposições de consenso. Mas ainda é melhor do que a força.

Num mundo em que, segundo dados recentes da Organização Internacional do Trabalho, 40 milhões de pessoas se acham em situação de escravidão e 152 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, em trabalho irregular, dito "infantil"[16], é hora de retomar o projeto de direitos de todos. Pelo menos enquanto se espera uma nova utopia terrena que dê ao planeta, aos países, alguma direção salvadora.

16 Disponível em: www.ilo.org, em setembro de 2017.

O politicamente correto e a topologia da exclusão

Silvana de Souza Ramos

resumo

O artigo pretende explorar a hipótese de que o desconforto com relação à linguagem politicamente correta é resultado de uma incompreensão do sentido democrático da liberdade de expressão. Partindo de alguns lugares-comuns, buscamos mostrar que até agora prevalece a polêmica e não a discussão sobre o assunto, pois os atores que se sentem atingidos pela linguagem preconceituosa não podem frequentar a esfera pública de debate e, se nela conseguem adentrar, não a ocupam sob as mesmas condições dos que lá já estavam. Há assim uma topologia da exclusão que precisa ser considerada e, mais que isso, transformada, para que se estabeleça um verdadeiro debate sobre essa questão.

Palavras-chave: democracia; liberdade de expressão; esfera pública; politicamente correto.

abstract

The article intends to investigate the hypothesis according to which the discomfort related to politically correct language is a result from not understanding the democratic sense of freedom of expression. Starting from some commonplaces, we tried to show that up to now, controversy prevails and not the discussion on the subject, because the actors who feel affected by the language of prejudice cannot take part in the public sphere of debate, and those who manage to do it don't join it on the same conditions as those who have already been there. Therefore, there is a topology of exclusion that needs to be considered and also transformed so as to establish a real debate on this issue.

Keywords: *democracy; freedom of expression; public sphere; political correctness.*

POLÊMICA E DISCUSSÃO

O debate sobre o discurso politicamente correto na verdade não conseguiu alcançar ainda o estatuto de uma verdadeira discussão pública. Na maioria das vezes, as reclamações por conta do desconforto gerado em torno do uso de expressões preconceituosas de cunho classista, racista e sexista no máximo alimentam polêmicas estéreis que em nada contribuem para um esclarecimento do que está em jogo aí. Para muitos, elas surgem como uma oportunidade para destilar ódio e violência em nome de uma pretensa liberdade de expressão. Para outros, trata-se de uma investida estéril que toca apenas a superfície do problema social abarcado pela discriminação e pelo preconceito.

Por um lado, aqueles que defendem o direito à liberdade de expressão sentem-se tolhidos por uma camisa de força que os impede de apregoar antigos modos de se referir a determinados grupos sociais, modos que em si mesmos não denotariam preconceito, dado que nada mais fariam do que ecoar expressões inocentes ou tradicionais. Afinal, que problema haveria em elogiar a beleza de uma mulher, mesmo que isso a incomode, satirizar com desrespeito os gestos afeminados de homossexuais ou, ainda, dizer num momento de descontração que algo malfeito é sempre "coisa de preto"? Essa linguagem e esse comportamento não seriam a verdadeira causa do preconceito, pois este estaria em outro lugar, isto é, na cabeça e na ideologia de quem se incomoda. Substituir o costume vigente por um código de conduta politicamente correto nada mais faria do que criar preconceito onde há apenas admiração, piada e comentário inocente. O confisco da liberdade dessa expressão seria então a negação de um direito fundamental em nome de uma fantasia que ganharia ares de realidade por conta de sua mera enunciação.

SILVANA DE SOUZA RAMOS é professora do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP e autora de *A Prosa de Dora: Uma Leitura da Articulação entre Natureza e Cultura na Filosofia de Merleau-Ponty* (Edusp).

Por outro lado, aqueles que se sentem agredidos pelo teor discriminatório dessas falas parecem não conseguir convencer a audiência de que a violência social que sofrem cotidianamente passa também pelo uso das palavras. Boa parte da esquerda sente dificuldade ela própria de defender a pertinência de um código politicamente correto no intuito de evidenciar que há nesse uso uma verdadeira faceta política de combate contra a injustiça. Na verdade, muitos intelectuais defendem que a mera discussão sobre a linguagem é estéril para dar conta de opressões emaranhadas na estrutura social. Dar polimento à linguagem em nada contribuiria para a transformação dessa estrutura. Seria como se buscássemos eufemismos para enunciar uma situação degradante no intuito de fazê-la parecer mais humana. Há nessa percepção do problema certo descaso com relação ao universo simbólico do discurso e a sua função no interior da luta política. Ao mesmo tempo, essa investida é incapaz de reverberar nas esferas de debate a voz daqueles que se sentem vítimas de preconceito, pois em nada contribuem para que esse sentimento ganhe verdadeiro sentido público.

Em resumo, se levamos em conta essas duas posições antagônicas, percebemos que na verdade elas têm um ponto em comum. Afinal, ou a polêmica sobre o politicamente correto visa a denunciar a criação de uma realidade inexistente, uma sociedade classista, racista e sexista, ou ela acredita que o assunto tem pouca importância pois deixa intacta essa realidade, sendo incapaz de transformá-la. Nos dois casos, porém, o testemunho daqueles que afirmam sofrer a violência da linguagem preconceituosa permanece sem eco. Eu gostaria de analisar esse problema a partir da seguinte hipótese:

se os que sofrem preconceito não se sentem ouvidos, isso significa que a mera polêmica em torno do caráter político da linguagem não se elevou ao nível de uma discussão pública. Decerto, os que se sentem atingidos pelo preconceito não participam de uma verdadeira discussão, exatamente porque sua voz é cotidianamente impedida de adentrar na esfera pública de debate. Para que a polêmica dê lugar ao debate é preciso que a voz desses atores encontre espaço nessa esfera e que ela faça parte de um diálogo mais amplo sobre o assunto.

A ESFERA PÚBLICA NÃO É UM DADO

Desde os gregos antigos, a experiência política da *polis* democrática exigia a visibilidade da esfera pública, espaço reservado ao debate e à decisão sobre os assuntos que afetavam a vida na cidade. A Assembleia do Povo era a principal instituição responsável por oferecer esse espaço político aos cidadãos. Embora se trate de uma experiência de inegável importância na história – pela primeira vez uma comunidade heterogênea de cidadãos arcava com a tarefa de decidir coletivamente sobre assuntos comuns – não podemos nos esquecer do caráter excludente aí em vigor. Mulheres, escravos e estrangeiros não podiam assumir magistraturas na Atenas antiga, pois não pertenciam ao universo dos cidadãos. Uma vez excluídos dos espaços de participação política, a fala e a opinião destes não carregavam um sentido público. Porque não podiam ocupar o âmbito das instituições democráticas, mulheres, escravos e estrangeiros não tinham voz nos debates promovidos pela cidade, tampouco sua ação poderia almejar visibilidade e sentido político.

Ora, um dos marcos instituintes da democracia moderna foi o seu apelo ao universal. A invenção democrática, termo cunhado por Claude Lefort para caracterizar a boa nova, abre o horizonte de universalidade da cidadania instituída a partir do direito a ter direitos (Lefort, 1991; Arendt, 1958). A vida democrática não poderia dar corpo ao cidadão ou nomeá-lo segundo características identitárias exatamente para impedir que fosse negada a cidadania a qualquer membro da comunidade. A partir daí ser cidadão significa participar de uma humanidade portadora de direitos universais e inalienáveis, e é por isso que a democracia moderna dá ensejo, no século XVIII, a uma nova concepção de direito, cujo marco inaugural encontramos nas declarações universais dos direitos do homem e do cidadão. Assim, a recusa da instituição monárquica, especialmente em solo francês, tem como traço decisivo a crítica enfática à noção de privilégio, este que pode ser desfrutado por *um* ou por *alguns*, nunca por *todos*. Ora, uma vez destruída a estrutura do privilégio, transforma-se o jogo entre inclusão e exclusão no interior do campo democrático. Se na *polis* antiga a exclusão discriminava explicitamente o campo da cidadania, a sociedade democrática moderna entra na história sob a prerrogativa da universalização dos direitos. Mas até que ponto a democracia pode garantir a realização universal desses direitos?

Ao recusar a noção de que os direitos universais nada mais são do que ideologia responsável por mascarar as injustiças que tecem a sociedade burguesa, mero conjunto de mônadas mediadas pelo Estado, para as quais o único valor sagrado é a propriedade privada (Marx, 2010), Lefort nos convida a refletir sobre o direito à expressão. Em pri-

meiro lugar, o filósofo francês afirma que os direitos do homem não são uma espécie de véu, pois sua função não é mascarar a dissolução dos liames sociais em função da prevalência do indivíduo, mas sim atestar e, ao mesmo tempo, suscitar uma nova rede de relações entre os homens (Lefort, 1991, pp. 47-8). Em outras palavras, a liberdade de expressão não deve ser concebida a partir do modelo da propriedade dos bens materiais, cujo portador é o indivíduo burguês, pois ela é, em seu aspecto mais fundamental, uma liberdade de relações. A liberdade de expressão admite que a cada qual seja dada a possibilidade de se dirigir aos outros, e de ouvi-los: eis que um espaço simbólico se institui, sem fronteiras definidas, subtraído a toda autoridade que pretenda regê-lo ou decidir em seu lugar sobre o que é ou não pensável, sobre o que é ou não dizível. Nesse espaço, a fala enquanto tal mostra-se independente da sanção de qualquer indivíduo particular, quer dizer, ela não é propriedade de ninguém, e não deve ser, por isso mesmo, privilégio de alguns.

Essa formulação não deve ser lida como uma simples descrição do regime democrático, como se estivéssemos diante de seu quadro acabado. Pelo contrário, o que está em jogo aqui é o *horizonte* a partir do qual a experiência democrática visa a realizar o debate público. Esse horizonte desvela uma liberdade de expressão que não pode se realizar no interior de uma experiência de isolamento em que a fala de alguém seria livre à medida que se propagasse de maneira espontânea, sem encontrar diante de si, num mesmo espaço e sob as mesmas condições, um outro com o qual estabeleceria um diálogo. Ao compreendermos a liberdade de expressão a partir desse espaço de relações, notamos que esse direito exige a igualdade de condições dos diferentes atores sociais para expressar seus interesses, perspectivas e opiniões (Young, 2000), e para debatê-los em público. Quer dizer, embora a liberdade de expressão esteja no horizonte da experiência democrática moderna, a esfera pública está longe de ser um dado. Ela é tão somente algo a ser conquistado, pois sua instituição é resultado de uma ação coletiva que cava um espaço comum, sendo capaz de sustentá-lo ao longo do tempo. Essa exigência de criação mostra que a igualdade de acesso ao direito à liberdade de expressão não é natural, porquanto depende da construção e da manutenção de um espaço artificial de debate em que todos e todas poderiam gozar desse mesmo direito.

EXCLUSÃO E INCLUSÃO

A democracia moderna, uma vez que ainda não garante a todos os mesmos direitos, deixa entrever, não uma exclusão nomeada e explícita, como no caso da Atenas antiga, mas sim uma exclusão pautada pela invisibilidade e pelo silenciamento de determinados grupos sociais. Iris Young, ao analisar as cinco faces da opressão no interior dos regimes democráticos, a exemplo do estadunidense, toca nesse assunto ao mostrar que a discriminação, a injustiça e a opressão têm um elo estrutural com uma determinada exclusão topológica (Young, 2004). Há muros invisíveis que impedem o livre acesso de todos e todas a lugares de fala e de decisão, tanto no âmbito social quanto nas instâncias políticas. Assim, os marcados por certos traços étnicos e culturais, por diferenças de gênero, de idade, de classe e de formação são cotidianamente impedidos de decidir sobre a organização do

seu próprio trabalho, sobre a manutenção ou destruição de direitos, sobre a existência de leis que afetam diretamente suas vidas, sobre a distribuição das verbas públicas e sobre as regras segundo as quais essas discussões devem operar. E mesmo quando atravessam os muros invisíveis e chegam a essas esferas de decisão, eles não as alcançam sob as mesmas condições dos que lá já estavam, o que compromete sua desenvoltura diante deles. Isso porque esses espaços não foram instituídos por eles e não estão destinados a eles.

É importante salientar que essa exclusão não ocorre de maneira explícita. Em lugar algum está escrito que os não brancos serão os principais responsáveis pelo trabalho não qualificado, que as mulheres farão as tarefas do lar e do cuidado, que os velhos e os muito jovens serão as primeiras vítimas do desemprego quando houver uma crise econômica, que as mulheres, os não brancos e os portadores de necessidades especiais não ocuparão com frequência altos cargos de representatividade na política ou nas grandes empresas. Não é necessário estabelecer regras explícitas para que assim seja, pois a sociedade se estrutura de tal modo que determinados espaços são praticamente inacessíveis para determinados grupos. Além disso, uma vez que essa exclusão é implícita e estruturada, e em certa medida inconsciente, porque nunca enunciada em leis positivas e ou em regras públicas, ela soa natural, o que faz parecer desnecessária a discussão sobre o tema.

O POLITICAMENTE CORRETO

Mas isso não significa que nunca se fale sobre o assunto. Na verdade, desde a emergência no final dos anos 60 de uma série

de movimentos sociais e políticos cuja pauta era predominantemente marcada por uma recusa desse tipo de opressão – não apenas de classe, mas também de gênero, de raça, de cultura, etc. –, há um esforço para que se produzam políticas públicas visando a sanar esse tipo de injustiça. Ao mesmo tempo, há uma constante reivindicação desses grupos para que eles sejam representados e para que seja respeitado o seu lugar de fala. É nesse novo contexto de luta que a expressão "politicamente correto" inicia sua história. Ela aparece no contexto das chamadas guerras culturais dos anos 1980 e 1990, nos Estados Unidos da América. Ainda que ela apareça em alguns textos da New Left, foi seu uso pela direita estadunidense que lhe conferiu o sentido de acusação de certo autoritarismo policialesco da esquerda no uso da linguagem. O ato de experimentar uma nomenclatura alternativa, na tentativa de conformar a linguagem à identidade reclamada pelos grupos sujeitos à opressão, de modo a incluí-los no debate, oferece a oportunidade, aos que defendem uma noção abstrata de liberdade de expressão, de utilizar a seguinte tática: vitimar-se para silenciar esse outro que tenta frequentar um espaço antes inacessível.

Há aqui uma inversão do problema, pois, lembremos, a democracia moderna abre o horizonte de universalização dos direitos. Por consequência, ela não prescreve as características que garantiriam a participação na cidadania, incluindo-se aí o direito à fala pública. Uma vez que está aberta a todos, a cidadania recusa o ato de identificar aqueles que fazem parte da comunidade política. Ela não diz que apenas são cidadãos os homens, os nascidos na cidade, os que possuem determinada renda, os que são livres, por exemplo. Pelo contrário, a democracia moderna pretende-se universalmente inclusiva. Porém, uma vez que os direitos fundamentais ainda não são desfrutados por certos grupos, para dar visibilidade a essa exclusão, estes assumem determinadas identidades – em busca de cidadania, eles se apresentam como mulheres, gays, lésbicas, negros, índios, etc. – para que se torne explícita a injustiça e a opressão sofrida por eles. Ao demarcar identidades, esses grupos dão visibilidade à topologia da exclusão (como se dissessem: "nós, negros, mulheres, gays, pobres, migrantes, etc., nós não estamos aí"). A exclusão cotidiana os torna vulneráveis a uma série de opressões, de modo que o esforço para tornar audível à sociedade discursos aos quais ela não costuma dar voz é uma forma de luta política.

Os que reclamam das exigências do discurso politicamente correto se incomodam com a afirmação dessas identidades. Afirmam, por sua vez, falar em nome de todos, e não do interesse de alguns, acusam os movimentos sociais de exigir privilégios. Mas o que acontece é exatamente o contrário. Ao falar a partir de sua particularidade, de sua identidade enquanto excluídos, esses grupos esclarecem aos demais que somente ao ouvi-los serão capazes de instaurar uma verdadeira universalidade. São esses grupos, portanto, que enunciam a realização da universalidade democrática, ao passo que os incomodados nada mais fazem do que defender uma igualdade abstrata.

Nestes termos, o caráter ideológico que naturaliza a topologia da exclusão é decisivo. As ideologias fornecem uma caricatura do outro, segundo a qual ele é visado e julgado social e moralmente. O outro, no caso, é exatamente aquele que está ausente

da esfera pública e que, portanto, não pode falar de si mesmo e de quem algo sempre é dito. Do negro, é dito que faz algo errado, do índio, que é preguiçoso, da mulher, que é agredida porque provoca. A caricatura do excluído substitui a voz própria e a impede de tornar-se pública. Ela anula a expressão de um determinado sofrimento social. Assim, denunciar o preconceito e a discriminação incutidos em certas práticas discursivas é uma forma de combater essa ideologia e de abrir uma brecha para que os vulneráveis possam se defender de maneira autônoma. Se uma das faces da opressão é a ideologia que caricatura o outro e impede que sua voz tenha lugar na esfera pública, é preciso, sim, garantir que essa voz conquiste o seu espaço. É preciso dar-lhe passagem.

CONCLUSÃO

Quando falamos em esfera pública de debate na verdade pressupomos uma esfera já dada e responsável por sustentar um debate em que todos teriam igualmente uma voz. Não é nada óbvio, porém, que diferentes vozes tenham igual acesso à esfera pública. Daí que não tenhamos sobre isso uma discussão, mas sim mera polêmica. Com efeito, a esfera pública, os lugares oficiais de produção de conhecimento, de debate e de decisão não são igualmente ocupados por aqueles que reclamam do cerceamento do politicamente correto e por aqueles que sofrem o racismo, o sexismo, o classismo e as várias faces da opressão. Se levamos em conta a topologia da exclusão, vemos que cotidianamente é negada ao segundo grupo qualquer liberdade de expressão. Nada lhes é concedido, nem mesmo o direito de escolher o vocabulário a partir do qual a sociedade deve a eles se referir. Eles não desfrutam do direito de dar-se um nome. Assim, a liberdade de usar uma linguagem discriminatória e preconceituosa é afirmada diante da impotência dos que sofrem a discriminação e o preconceito. Afinal, estes sobre quem se fala não estão aí para se defender.

Em suma, não podemos discutir essa questão pressupondo que já estamos em pé de igualdade no que diz respeito ao acesso à fala pública. A polêmica sobre o politicamente correto enuncia a necessidade de instituição de esferas públicas onde de fato possamos estabelecer um debate sobre todas as formas de opressão que atravessam o tecido social. Por enquanto, a voz dos oprimidos tem um efeito semelhante ao do *rolezinho*, prática surgida há alguns anos, quando jovens da periferia começaram a frequentar os *shoppings* das grandes cidades e causaram, por isso, tremendo alvoroço. Esta voz passeia por lugares proibidos e incomoda o público local. O seu trânsito por aí acabará por transformar esses espaços, pois a inclusão sugere sempre alguma transformação.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, H. *Origins of Totalitarianism*. 2nd ed. New York, Meridian Books, 1958.

DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. Trad. de H. R. Candiani. São Paulo, Boitempo, 2016.

FLYNN, B. *Lefort y lo Político*. Trad. de Gabriel Merleino. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2008.

LEFORT, C. *A Invenção Democrática: os Limites da Dominação Totalitária*. Trad. de Isabel Loureiro e Maria L. Loureiro. Apresentação de Marilena Chaui. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

_____. *Pensando o Político: Ensaios sobre Democracia, Revolução e Liberdade*. Trad. de Eliana M. Souza. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

VIDAL-NAQUET, P. *Os Gregos, os Historiadores, a Democracia: o Grande Desvio*. Trad. de Jonatas Batista Neto. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

YOUNG, I. *Inclusion and Democracy*. Oxford University Press, 2000.

_____."Five Faces of Oppression", in L. Heldke; P. O'Connor (eds.). *Oppression, Privilege, & Resistance*. Boston, McGraw Hill, 2004.

Esquerda, direita e o politicamente correto: breve estudo comparado

João Feres Júnior

resumo

A partir de uma análise de estrutura semântica do conceito de "politicamente correto" no contexto de sua criação e desenvolvimento nos Estados Unidos, comparado à breve história do conceito no Brasil, identifico os principais significados associados a ele e as principais forças políticas que dele fizeram uso. Dois momentos do debate sobre o politicamente correto em nosso país foram escolhidos para análise: o debate sobre o *affair Caçadas de Pedrinho*, do começo da presente década, e as páginas das redes sociais sobre o tema do politicamente correto no presente. Tento mostrar que há um forte paralelo entre o desenvolvimento do conceito nos EUA e no Brasil e que, em nosso país, há uma continuidade entre os dois momentos estudados que se assenta na definição do politicamente correto como imposição autoritária da ideologia esquerdista do PT.

Palavras-chave: politicamente correto; direita; PT.

abstract

By analyzing the semantic structure of the concept of political correctness in the context of its emergence and development in the United States, and comparing it to a brief history of the concept in Brazil, we identify the main meanings attributed to it and the main political forces making use of it. Two moments of the debate on political correctness in our country were chosen for our analysis: the debate on the attempt to legally ban the book As caçadas de Pedrinho *in the beginning of this decade, and today's social networking web pages on the issue of political correctness. We seek to show there is a strong similarity between the development of the concept in the USA and in Brazil; and that in our country there is a continuance between the two studied moments that is grounded on the definition of political correctness as an authoritarian imposition from the left-wing ideology of PT, the Worker's Party.*

Keywords: *political correctness; right wing; PT.*

Perguntado sobre o que achava do politicamente correto em entrevista no programa "Roda Viva", da TV Cultura, o humorista Fabio Porchat respondeu da seguinte maneira:

"Dentro da minha cabeça eu posso fazer todo tipo de piada possível, piadas ofensivas, horríveis, piadas [pelas quais] eu poderia ir preso, mas elas estão na minha cabeça. Do mesmo lugar que sai a piada boa, sai a piada ruim. Eu não penso assim: agora vou fazer uma piada boa, agora uma ruim... Eu penso que vou fazer uma piada. E claro que imagino eu que a piada é boa. Mas eu só vou saber depois que ela for ouvida por alguém que fale: 'hmmmm, essa não deu certo'. Então tem um lugar, que o politicamente correto faz e que eu acho ótimo, que é você parar para pensar. Você não fala a primeira coisa que te vem na cabeça. Isso é ótimo para qualquer situação, para qualquer coisa, não só na comédia. Sempre a gente parar para pensar no que vai falar é melhor para a gente poder ter certeza disso e assim falar com mais propriedade. Então, eu acho que o politicamente correto ajuda a piada a ter mais força. Eu falei aquilo e queria ter dito aquilo mesmo".

Porchat mostra em sua resposta um agudo senso analítico, algo que certamente é o produto da reflexão reiterada sobre a prática de seu ofício de humorista – infelizmente não vemos com muita frequência na mídia de entretenimento brasileira dos dias de hoje profissionais com essa capacidade. A intenção do humorista em sua fala me parece ser a de refutar o argumento comumente ouvido nos dias de hoje de que o politicamente correto reprimiria a expressão artística e política. Porchat faz isso chamando a atenção para a natureza comunicativa do humor, isto é, para o fato de que a graça é produzida na mediação entre humorista e audiência. Do

JOÃO FERES JÚNIOR é professor de Ciência Política do Iesp-UERJ, coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa) e do Laboratório de Estudos da Mídia e Esfera Pública (Lemep).

ponto de vista do humorista, ele descreve um processo criativo reflexivo, de introjeção moral do ponto de vista do outro, ao falar de dois momentos da criação: um anterior e mais livre e um posterior de teste mental das ideias por meio de sua submissão a critérios morais advindos do reconhecimento da alteridade do mundo externo. E conclui o seu raciocínio com a frase: "O politicamente correto ajuda a piada a ter mais força". Claro, tal força só pode advir de uma maior aceitação da graça da piada por parte da audiência, ou melhor, da conquista de audiências mais amplas. Em outras palavras, o humorista parece trabalhar com a noção de que o politicamente correto marca um consenso moral social acerca do que deve ser tomado como humor e, portanto, também sobre aquilo que não deve ser dito por constituir ofensa.

No artigo intitulado "Monteiro Lobato e o Politicamente Correto" publicado há alguns anos (Feres Júnior et al., 2013), utilizei o caso do debate público acerca do racismo contido no livro *Caçadas de Pedrinho*, do escritor paulista Monteiro Lobato, para defender argumentos muito similares a esses feitos por Fabio Porchat na entrevista, sem a graça e a leveza típicas da verve humorística, mas com um pouco mais de sistematicidade analítica e detalhe, coisas que o formato artigo acadêmico possibilita com mais facilidade.

No presente ensaio, pretendo não me afastar muito do esquema explicativo de minha contribuição anterior, assim como ressaltar alguns aspectos importantes do que podemos chamar de uma teoria do politicamente correto, particularmente seu aspecto político-ideológico, evidenciado no título do artigo pelas palavras "esquerda e direita". Partamos da questão inicial que propõe tal título: seria o politicamente correto algo de esquerda ou não? Ou: o que há no conceito de politicamente correto que o faz significativo no debate político-ideológico e, assim, capaz de ser localizado neste ou naquele campo?

É sempre bom começar qualquer discussão acerca de um conceito por traçar, mesmo que brevemente, a sua história. Tal exercício tem no mínimo o efeito terapêutico de evitar nossa adesão a ingenuidades e deslumbramentos intelectuais quando não ao erro interpretativo puro e simples[1]. "Politicamente correto" no português brasileiro pertence à categoria das expressões importadas dos Estados Unidos, assim como "ação afirmativa", "igualdade de oportunidades" e tantas outras, e que foram produzidas na segunda metade do século XX. São produto da expansão do Estado de bem-estar social naquele país após a Segunda Guerra Mundial e de vigorosos movimentos sociais que vieram no esteio dessas transformações, particularmente o dos direitos civis e a resistência à Guerra do Vietnã, ambos com seu auge na década de 1960. Como tal, é inequívoco seu pertencimento ao campo político progressista norte-americano, cujos adeptos são frequentemente chamados de *liberals*.

Como declara o *Dicionário do Pensamento Político* da Palgrave:

"[…] *the concept of 'political correctness' has become a topic of intense controversy in the US and elsewhere, those on the right attacking it as a threat to free speech and an excuse for witch-hunts, those on the left endorsing it"* (Scruton, 2007).

1 Para uma discussão sobre as virtudes da contextualização histórica de conceitos, ver Koselleck (1985), Richter (1996) e Tully (1988).

A reação conservadora ao politicamente correto nos Estados Unidos começou na era Reagan, que marca de várias maneiras o fim do grande ciclo progressista iniciado com o término da guerra e que teve como um dos seus principais manifestos intelectuais o livro *The Closing of the American Mind*, de Allan Bloom (1987), intelectual conservador discípulo de Leo Strauss. Helenista e literato, Bloom é um autor de grande sofisticação retórica. O livro como um todo é uma crítica ao relativismo moral, que, segundo ele, está destruindo a liberdade de pensamento dentro dos *campi* universitários norte-americanos. Sua tese sobre a importação e a banalização do pensamento de pensadores alemães como Nietzsche e Weber pela cultura de massas dos EUA é bastante inteligente e sofisticada, mas para o debate público mais amplo, *The Closing of the American Mind* foi consumido como um libelo contra o multiculturalismo, as políticas de ação afirmativa e o feminismo.

Podemos concluir após essa breve incursão histórica que, pelo menos no seu país de origem, o termo "politicamente correto" se associa claramente com a banda esquerda do espectro político, não uma esquerda marxista revolucionária, mas liberal com inclinações igualitárias.

Já que estamos falando de conceitos, é preciso introduzir também algumas palavras de esclarecimento acerca dos outros dois conceitos que compõem o título: o par dicotômico "esquerda-direita". É importante expor algumas características de sua estrutura semântica. Esquerda e direita formam um par de contraconceitos simétricos. Em outras palavras, eles se definem mutuamente em oposição frontal: um significa o contrário ou a negação do outro. Historicamente, contudo, podemos observar alguma estabilidade semântica nessa relação estrutural de exclusão mútua. Descontando usos instrumentais altamente retóricos, a esquerda sempre vem associada à defesa dos muitos e, portanto, do valor da igualdade, e a direita, à defesa do privilégio dos poucos[2]. Como muitos outros conceitos que existiram antes mesmo das palavras que mais tarde os nomearam, noções de direita e esquerda parecem ter existido pelo menos desde o período clássico da Grécia antiga, se podemos nos fiar no relato de Aristóteles, que chama a atenção para os dois princípios fundamentais da política do seu tempo: o oligárquico e o democrático (Aristotle, 1996). A narrativa que Tucídides nos apresenta da Guerra do Peloponeso confirma a interpretação feita pelo estagirita décadas depois. O conflito entre Atenas e Esparta semeou em cada cidade do mundo grego a cizânia entre o partido dos muitos, democrático, e o partido dos poucos, aristocrático (Thucydides, 2013).

O conhecimento mínimo da estrutura semântica e do significado histórico dos conceitos de esquerda e direita não resolve todos os problemas advindos de sua aplicação como ferramentas analíticas. Nós, estudiosos da política, somos frequentemente forçados a enfrentar a fatalidade de adotarmos conceitos analíticos que são também termos nativos da própria política[3].

---

2 A associação da direita com o valor da liberdade, como querem alguns autores e publicistas, é puramente retórica, pois sempre redunda na defesa do gozo máximo da liberdade de poucos em detrimento ou ao arrepio da real capacidade de gozo da liberdade dos muitos.

3 O uso da expressão "má sorte" aqui é puramente retórico, pois o interesse despertado por nossa disciplina advém exatamente do fato de tratar de conceitos tão fundamentais para as teorias, argumentos e ideologias que constituem o aspecto comunicativo da política, que é a atividade que cuida da organização coletiva da vida humana.

"Democracia", "república", "direitos" e muitos outros termos da linguagem política cotidiana são também conceitos analíticos acadêmicos. A complicação em nosso caso é que, por ter a política uma natureza fortemente antagônica, como bem notou Carl Schmitt (Schmitt & Schmitt, 2007), tais termos nativos são quase sempre apropriados para efeito de pugna (*Kriegsbegriffen*), isto é, para ofender, rebaixar e desmoralizar adversários[4].

Tomemos o exemplo do termo *liberal* em inglês: de elogio no século XIX ele se converteu em imprecação no pós-guerra. Originalmente o termo, assim como "liberal" em português, significava generoso e tolerante, algo sempre virtuoso e admirável. Com o surgimento do Estado de bem-estar social no *New Deal*, essas características pessoais da generosidade e da tolerância foram traduzidas em apoio a uma plataforma política que define uma relação entre Estado e sociedade na qual o primeiro cuida para que as desigualdades agudas geradas pelos processos sociais não se traduzam em injustiças para com aqueles menos afortunados. Ou seja, o conceito foi politizado, passando a denominar uma determinada posição no espectro político-ideológico e não mais meramente uma característica de personalidade. Com a onda de conservadorismo que se abateu sobre os Estados Unidos a partir do governo Reagan, *liberal* adquiriu tom pejorativo, associado à suposta adesão irresponsável a um modelo de Estado inflado por políticas assistencialistas que restringem a liberdade dos indivíduos[5].

Não precisamos nos estender muito mais para mostrar que tanto os termos "esquerda" e "direita" como "politicamente correto" sofrem do mesmo "mal": são usados como termos de pugna, de ofensa pessoal e pública. Mas enquanto os termos "esquerda", "direita", "república", "democracia" e tantos outros são frequentemente utilizados em análises acadêmicas, ou seja, têm seu campo semântico demarcado e controlado como conceito analítico, inclusive diferenciando-os de seus usos na linguagem cotidiana da pugna, "politicamente correto" é um conceito *folk*, do debate político, com baixíssima densidade acadêmica. Boa parte do esforço empreendido no artigo "Monteiro Lobato e o Politicamente Correto" foi dar consistência teórica ao termo, algo que será preciso resgatar, ainda que brevemente, no presente ensaio, mais adiante.

Diferentemente do par "esquerda-direita", "politicamente correto" é um termo de pugna particularmente assimétrico; em outras palavras, ele é usado para atacar adversários, mas estes adversários não o aceitam como parte de sua identidade. O mesmo *Dicionário Palgrave* informa que aqueles identificados com a esquerda "raramente usam o termo, pois ele agora adquiriu um sabor pejorativo" (Scruton, 2007). Conceitos como "republicano" ou "civilizado", por exemplo, sempre têm caráter positivo. Assim, quando são usados para desqualificar adversários é sempre pela negação: a prática não é repu-

4 Ninguém melhor que Reinhart Koselleck deslindou as consequências da natureza política para a semântica dos conceitos. (Koselleck & Gadamer, 1987).

5 É interessante notar que em português o termo seguiu direção contrária, passando a denominar pejorativamente pessoas que defendem o Estado mínimo e os interesses do mercado.

blicana, esse ritual é incivilizado. Esquerda e direita (ou conservador) são identidades políticas aceitas por agentes políticos, ainda que os termos sejam usados frequentemente como formas de abuso verbal[6]. Contudo, ninguém parece gostar de levar a pecha de politicamente correto.

Isso não significa, no entanto, que o termo "politicamente correto" seja usado igualmente para atacar direita e esquerda. Pelo contrário, pelo menos no que tange ao uso do conceito nos EUA, é quase sempre uma ofensa brandida por grupos conservadores contra os adeptos de políticas de igualdade de oportunidades, multiculturais, de defesa dos direitos de minorias, de mulheres, etc. Ou seja, ainda que frequentemente rejeitem a pecha de politicamente correto, essas pessoas são acusadas de tal prática.

Será que tal divisão político-ideológica em torno da expressão é a mesma no Brasil, e que a dinâmica da evolução semântica do conceito foi similar? Conceitos são sempre apropriados pelas mais frescas intenções – este é o grande conselho de Nietzsche para os historiadores (Nietzsche, 1990), uma pedra fundamental do historicismo contra idealismos de toda espécie. Se isso é verdade, nada garante que aqui no Brasil o politicamente correto tenha sido recebido da mesma maneira. Contudo, os sinais apontam para uma resposta plenamente positiva à questão levantada, com algumas peculiaridades locais, é claro. Isso não quer dizer que as intenções que aqui se apropriaram do conceito não fossem genuinamente as mais frescas, ou seja, domésticas e localizadas no tempo presente. Elas só são muito similares às norte-americanas.

Voltemos a alguns dados relativos ao *affair Caçadas de Pedrinho*. Antes, contudo, é necessário algum contexto histórico. Em 30 de junho de 2010, ou seja, ao final do segundo mandato do ex-presidente Lula, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) acatou solicitação encaminhada pela Ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) questionando a utilização, pela Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, de livro que veicularia "preconceitos e estereótipos contra grupos étnico-raciais". Tratava-se do clássico *Caçadas de Pedrinho* de Monteiro Lobato (2008)[7]. O mesmo livro, da Editora Globo, era distribuído pelo Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE) e tido há muitas décadas como obra de referência em escolas públicas e particulares de todo o Brasil. A CEB/CNE produziu dois pareceres recomendando a adição de nota explicativa na introdução do livro, explicando o contexto histórico da utilização de seu conteúdo racista. Tais pareceres foram fonte de imensa controvérsia midiática na qual o conceito de politicamente correto teve papel central.

De outubro de 2010 a março de 2012 foram publicados 84 textos jornalísticos sobre o assunto, em um conjunto de 12 meios de mídia impressa de grande circula-

6 No Brasil há uma rejeição histórica às identidades públicas de direitista ou conservador, que nos últimos tempos está sendo mitigada. As razões históricas para tal rejeição estão ligadas, a meu ver, ao fraco desempenho que tal posição explícita teria em termos eleitorais em um regime democrático representativo, particularmente em um país com um enorme contingente de pobres. Mas não há espaço aqui para desenvolver essa tese.

7 Não me escapa a ironia de esse ter sido o primeiro livro que li na vida.

ção no país. Somente na *Folha de S. Paulo* foram 16, em *O Globo*, 15 e no *Estado de S. Paulo*, 8. Desse total de textos, 62 eram de natureza opinativa. Quase metade das matérias opinativas (42%) tratou do politicamente correto. Uma leitura rápida dos trechos em que o conceito é citado confirma as hipóteses que levantamos até aqui. A expressão é claramente usada como instrumento de pugna, frequentemente associado a outros termos derrogatórios, como:

"E aí chegamos a uma questão que me parece muito representativa dos equívocos do debate ao redor da 'questão gay' (um belo exemplo do fascismo do politicamente correto)" (Pondé, 2011);
"Ao lado do avanço nos direitos dos gays, legítimo e importante, a indústria do politicamente correto vai criando um monstro" (Fiuza, 2011);
"Essa é mais uma amostra das 'panes mentais' que a obsessão com ações politicamente corretas costuma produzir" (Editorial, 2010);
"Monteiro Lobato, por sinal outra vítima da sanha persecutória das baterias politicamente corretas" (Editorial, 2011);
"O politicamente correto pode ser perigoso e hipócrita" (Luft, 2010);
"Se a escola fundamental fracassa em suas tarefas elementares, como poderá incluir no currículo as disciplinas inventadas pelos luminares politicamente corretos?" (Kuntz, 2011).

Não é preciso repetir a lista de termos pejorativos associados à expressão "politicamente correto" nas passagens acima para provar nosso ponto, sua mera leitura deixa bastante clara a intenção dos autores. Não basta, contudo, identificar o caráter beligerante associado à expressão, é preciso tentar identificar se os papeis de agressor e alvo da agressão verbal estão associados às posições ideológicas de direita e de esquerda, a fim de compararmos com o exemplo norte-americano. Os textos são também bastante claros acerca desse aspecto, pelo menos no que tange ao alvo. Vejamos abaixo mais alguns exemplos:

"Mas o extenso histórico de medidas com o viés do politicamente correto, em obediência à linha ideológica de áreas do PT e adotadas desde o primeiro governo Lula, recomenda prudência e boa dose de ceticismo em relação ao desmentido. Afinal, não é a primeira vez que o governo federal tenta empurrar goela abaixo da sociedade uma pílula supostamente progressista, que, na realidade, é um composto no qual mal se disfarça o DNA do autoritarismo e da intolerância" (O Globo, 2011);
"Depois que Dilma Rousseff virou símbolo meteórico de afirmação feminina, ninguém mais segura os gigolôs da ideologia" (Fiuza, 2011);
"O parecer que indica o perigo de incentivar preconceito e pede a retirada do livro das escolas é um exemplo de leitura viciada pela ideologia, que perde em dimensão estética e humana para bater continência ao politicamente correto. Para a Abrale, o avaliador extrapolou seu papel, caracterizando um 'policiamento pedagógico e ideológico'" (Werneck et al., 2010).

Fica explícita a associação do politicamente correto à suposta ideologia de esquerda do PT na Presidência da República. O politicamente correto é descrito como

imposição autoritária de valores e padrões culturais por parte de um Estado dominado pela ideologia de esquerda. Em outras palavras, a associação entre politicamente correto e esquerda se repete aqui, também de modo pejorativo. Seria ela enunciada também pela direita? Gostaria de enumerar alguns fatores que apontam para uma inequívoca resposta positiva para essa questão.

Primeiro, em um plano mais geral, boa parte dos textos encontrados em nossa pesquisa – que cobriu todas as instâncias de utilização da expressão "politicamente correto" no período naqueles veículos – tem autores identificados com a direita ideológica. Os editoriais citados acima provêm dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, dois baluartes do conservadorismo político em nosso país, apoiadores do Golpe Militar de 1964 e do regime autoritário que se sucedeu e ferozes opositores de partidos e políticos de esquerda desde o retorno do país ao regime democrático. Os autores das passagens são quase sempre direitistas convictos, como Luiz Felipe Pondé e Guilherme Fiuza, ou colunistas como Lya Luft e Rolf Kuntz, que, a despeito de não serem confessos reacionários, foram críticos acerbos dos governos petistas e defensores de ideais bastante liberais no campo da economia, ou seja, também estão à direita do espectro ideológico.

É irônico notar que essa campanha contra o politicamente correto no *affair Caçadas de Pedrinho* contou inclusive com vários autores que vieram a público negar o racismo de Monteiro Lobato. Ora, a acusação de ideologia feita à esquerda do poder se fez em nome da afirmação de uma inverdade. O entusiasta da eugenia Lobato, além de grande escritor de obras infantis, era, sim, racista para os padrões de sua época e para os de nossa. Não há dúvida acerca da infeliz obsessão do escritor de Taubaté pela questão da raça, sua feroz oposição à miscigenação e seu desprezo pelos negros. Na nossa amostra, 21 textos contêm algum tipo de negação ou relativização do racismo de Lobato. Alguns chegam a ser hilariantes por sua candura. Por exemplo, o próprio Rolf Kuntz diz que o racismo é "uma estranhíssima acusação a Monteiro Lobato" (Kuntz, 2011). Segundo Martha Neiva Moreira, Ruy Castro declarou que "as pessoas que acusam Monteiro Lobato de racismo e de querer 'extinguir a raça negra' certamente nunca leram uma linha do que ele escreveu" (apud Barrucho, 2012). O mesmo Ruy Castro hoje em dia ataca Lula repetidamente em seus artigos de jornal.

A título de teste final para confirmar a tese da similaridade entre o uso do conceito de politicamente correto nos EUA e no Brasil, proponho que saiamos do exemplo do *affair Caçadas de Pedrinho* e cheguemos ao presente, e que troquemos de meio de comunicação. Ao invés de analisarmos os conteúdos veiculados pela mídia tradicional, tomemos as mídias sociais, mais especificamente o Facebook, que é de longe a rede social mais utilizada no Brasil. Segundo dados da própria empresa, 92 milhões de pessoas domiciliadas no Brasil acessam a plataforma todos os meses, sendo que 62 milhões fazem isso todos os dias[8]. A despeito do viés econômico que condiciona esse acesso, isto é, quanto mais pobre, menor a probabilidade de usar o Facebook, é difí-

8 Disponível em: https://www.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acessa-o-Facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes.

cil imaginar fonte mais direta ao uso corrente de termos e expressões na linguagem comum do que os dados recolhidos nessa rede social.

Utilizando a ferramenta Netvizz, provida pelo próprio Facebook para análise de dados de sua rede por parte de terceiros, fizemos uma busca simples da expressão "politicamente correto" nas páginas da rede. Os resultados encontrados podem ser observados na Tabela 1.

Nela filtramos as 15 páginas com maior número de seguidores – que obtivemos usando um número de corte um pouco abaixo de 100. Das 15 páginas que utilizam a expressão "politicamente correto" em seus títulos, endereços ou descrições, somente duas não são claramente de direita, uma não é política, uma é de esquerda e outras duas estão praticamente desativadas. Isto é, nove páginas exibem características que hoje podemos associar à posição política de direita no espectro ideológico brasileiro. Não se trata de uma amostra, mas de todas as páginas com mais seguidores que versam sobre o tema do politicamente correto explicitamente. É digno de nota o texto que descreve a página campeã, com

TABELA 1

Nome	Categoria	Nº seguidores
Brasil, Maior Comunidade do Facebook	Community	37.141
Contra a Ditadura do Politicamente Correto	Community	4.244
Politicamente inCORRETO	Community	1.226
Antro dos Politicamente Corretos	Community	509
Politicamente Correto	Community	311
Politicamente correto	Politician	309
POLITICAmente Correto	Community	283
Politicamente #in-correto	Community	203
Politicamente correto	Interest	183
Politicamente Correto	Community	154
Politicamente correto	News & Media Website	145
Politicamente in Correto	Community	131
Politicamente Correto	Movie/Television Studio	93
NÃO SOU POLITICAMENTE CORRETO	Community	91
Politicamente (in)Correto	Community	91

37.141 seguidores, intitulada "Brasil, Maior Comunidade do Facebook"[9]:

"O brasileiro sempre foi 'educado' para 'calar a boca' para não morrer, não sofrer pressões, etc. Não é possível mais ver o brasileiro calado ao ver tanta corrupção, inflamada pela impunidade. Somente quando todos os brasileiros começarem a falar, essas pressões terminarão... FALE... USE AS REDES SOCIAIS PARA MANIFESTAR A SUA INDIGNAÇÃO. Não é mais possível aceitarmos tanta roubalheira e ficarmos calados. Chega de 'esquecer' do que já passou. Chega de correligionários julgarem seus próprios amigos no governo, CHEGA DE VERMOS POLÍTICOS CALADOS PARA NÃO RESPINGAR EM SEUS TELHADOS DE VIDRO [...] está na hora deste país 'empregar' apenas quem queira o melhor para todos e não apenas para uns poucos! Não... não queremos mudar o mundo, tão pouco somos ideologistas cegos... apenas possuímos o grande sonho de ver o brasileiro reclamar por seus direitos! Agora também através do Twitter: http://twitter.com/PoliticamenteC"[10].

É interessante notar que o foco na corrupção, que na verdade serve como base para o discurso antipolítica e para o antipetismo em todas as páginas aqui identificadas, é tão intenso que a questão do politicamente correto em si sequer é tocada diretamente no texto da descrição. O trecho contém outras dicas sobre o posicionamento político de seus autores, que, ao rejeitarem a ideia de "mudar o mundo" e a pecha de "ideologistas cegos", pretendem se afastar de imprecações comuns atribuídas à esquerda por seus críticos de direita. Isto é, a mensagem, a despeito de se apresentar como mudancista, pois prega o fim da corrupção, deixa bem claro que não se trata de uma agenda de esquerda.

A imagem de capa da página é uma fotografia tirada durante uma manifestação gigante em frente do Congresso Nacional, de junho de 2013[11]. A foto também traz em letras maiúsculas os dizeres "DESCULPE O TRANSTORNO, SÓ ESTAMOS TENTANDO MELHORAR O BRASIL!", celebrizados nas manifestações de junho de 2013. Aqui vemos uma estratégia de apresentação que se repete nas páginas de direita que combatem o politicamente correto: a associação com símbolos de junho de 2013. Não temos dados suficientes para dizer que se trata de uma apropriação da simbologia criada naquele momento ou se aquele momento foi a gênese desse movimento de direita. Deixaremos isso para uma futura contribuição. Para além dessa simbologia, a página é recheada de postagens contra o governo, contra a política, contra o PT e contra a corrupção e a favor da Lava Jato.

Já o segundo lugar da lista vai direto ao ponto. Seu nome é "Contra a Ditadura do Politicamente Correto" e sua descrição é a seguinte:

9 Essa página foi selecionada pelo mecanismo de busca, pois, apesar de o termo "politicamente correto" não aparecer no seu título, ele está em seu endereço: https://www.facebook.com/BrasilPoliticamenteCorreto/.

10 Disponível em: https://www.facebook.com/pg/BrasilPoliticamenteCorreto/about/?ref=page_internal.

11 Disponível em: http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/manifestantes-invadem-cobertura-do-congresso-nacional.html.

"De alguns anos pra cá, uma verdadeira ditadura do politicamente correto tomou conta do nosso país. Dizer o que pensa virou crime, algo inaceitável. Nem mesmo os políticos conseguem debater, tudo é dito com muito cuidado. Quem diz a verdade é estigmatizado, atacado. Resolvemos criar essa página para que aqueles que não concordam com isso, possam abertamente dizer o que se passa em sua mente. Se você apoia temas polêmicos como pena de morte, prisão perpétua, redução da maioridade penal ou simplesmente não compactua em ser mais um boi no meio da boiada, esse é o seu espaço"[12].

Como o trecho indica claramente, essa página tem uma agenda de direita ligada à questão da segurança pública, com um foco forte no punitivismo. É só rolar a barra das postagens para encontrar vários que têm Jair Bolsonaro como personagem principal, entre outros a favor do porte de armas, contra o PT, contra a exibição de arte do MAM e contra as cotas raciais. Mas isso não é tudo. A imagem do perfil da página é uma foto de um rosto de homem com os lábios costurados, ladeado por uma foto de capa que contém somente o rosto risonho do ex-presidente dos EUA, Ronald Reagan, e uma citação atribuída a ele: "Quando uma pessoa ou uma empresa gastam mais do que ganham elas vão à falência. Quando um governo gasta mais do que ganha ele te manda a conta".

Por meio de exame das principais características estéticas e textuais da página (foto de perfil, foto de capa, texto de apresentação e postagens mais recentes) identificamos nas nove páginas características que hoje podemos associar à posição política de direita no espectro ideológico brasileiro, entre elas o discurso da antipolítica (nove páginas), o antipetismo (nove páginas), a ode à Bandeira Nacional como símbolo de luta contra a corrupção política (quatro páginas) e o uso da máscara que se tornou símbolo do grupo Anonymous (duas páginas) e de outras alusões a junho de 2013 (cinco páginas), distribuídas como mostra a Tabela 2[13].

Como é fácil observar, o discurso antipolítica e o antipetismo têm total correlação nessa amostra. Basta ler as postagens para entender que estão de fato misturados em uma narrativa em que o PT e Lula são apresentados como os parteiros da corrupção que assola o Brasil. Essa mesma narrativa é corroborada por *posts* frequentes em defesa da Operação Lava Jato e do juiz Sergio Moro. Os símbolos de junho de 2013 são também bastante frequentes e representam o ativismo de direita que surgiu a partir daquelas manifestações massivas que assolaram nosso país. A simbologia mudancista dos movimentos sociais, antes seara exclusiva da esquerda, agora aparece ao lado de propostas claramente direitistas, como a diminuição da maioridade penal, a pena de morte, o porte de armas e o ataque ao

12 Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ContraADitaduraDoPoliticamenteCorreto/about/?ref=page_internal

13 O Anonymous é um grupo ativista internacional defensor da liberdade *on-line* e alhures. O capítulo brasileiro do Anonymous ganhou visibilidade nas manifestações de junho de 2013 já com um perfil fortemente antigoverno, o qual em muitos pontos se confundia com a agenda antipetista da direita que então começava a se organizar. A máscara que se tornou marca registrada do grupo é emprestada do filme *V de Vingança*, produzido e roteirizado por Andy Wachowski e Lana Wachowski, cujo roteiro é uma adaptação da HQ *V FOR VENDETTA*, escrita por Alan Moore e desenhada por David Lloyd, publicada entre 1982 e 1988 no Reino Unido.

TABELA 2

Nome	Nº	Bandeira	Anonymous	Símbolos 2013	Antipolítica	Anti-PT
Brasil, Maior Comunidade do Facebook	37.141			1	1	1
Contra a Ditadura do Politicamente Correto	4.244			1	1	1
Politicamente inCORRETO	1.226					
Antro dos Politicamente Corretos	509					
Politicamente Correto	311	1	1	1	1	1
Politicamente correto	309					
POLITICAmente Correto	283	1	1	1	1	1
Politicamente #in-correto	203					
Politicamente correto	183					
Politicamente Correto	154				1	1
Politicamente correto	145	1		1	1	1
Politicamente in Correto	131	1			1	1
Politicamente Correto	93					
NÃO SOU POLITICAMENTE CORRETO	91				1	1
Politicamente (in)Correto	91				1	1
TOTAL		4	2	5	9	9

politicamente correto, que pode ser traduzido em ataque aos direitos de mulheres, negros, LBGTQ e outros grupos. Na verdade, trata-se de uma mudança reacionária que pode ser resumida no seguinte raciocínio: a proliferação de direitos de minorias que se deu sob o governo da esquerda petista (corrupta) deve ser não somente barrada, mas desfeita.

Essa agenda reacionária aliada ao antipetismo resume bastante esse conjunto de páginas dedicadas ao politicamente correto no Facebook, mas há um elemento novo nelas que merece ser observado antes que terminemos este ensaio. Ele está bastante presente na página "Contra a Ditadura do Politicamente Correto", segunda colocada no

quesito número de seguidores, e corresponde à fusão entre essa agenda regressista que acabamos de descrever e uma pauta neoliberal, isto é, de defesa do Estado mínimo. Tal fusão está presente em uma profusão de postagens de autoria de Kim Kataguiri, um dos líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), de inclinação neoliberal radical, compartilhadas por essa página. Em uma delas, Kataguiri acusa a *performance La Bête*, do artista carioca Wagner Schwartz, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), empregando tom altamente moralista, em defesa das famílias e dos supostos valores da sociedade brasileira. No mesmo vídeo, o rapaz faz referência à *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, exposição de arte em cartaz no Santander Cultural de Porto Alegre que foi alvo de campanha contrária movida pelo MBL e acabou sendo cancelada.

A fusão entre neoliberalismo e conservadorismo de valores já foi notada por alguns analistas de redes sociais, como Esther Solano e Pablo Ortellado[14]. E o MBL é identificado nessas análises como o principal *hub* das redes sociais fazendo essa fusão. Tal manobra político-ideológica parece ser movida por interesses eleitorais, pois como a agenda neoliberal é historicamente pobre de votos no Brasil, o MBL estaria tentando capturar o voto evangélico ao incorporar a pauta moralista. E o movimento não faz isso sem o respaldo de políticos profissionais. Duas figuras são claramente associadas a essa agenda: Jair Bolsonaro, na página "Contra a Ditadura do Politicamente Correto", e João Doria, na página do próprio MBL – o atual prefeito de São Paulo parece ter decidido que, com ou sem o PSDB, sua maior chance na corrida para a Presidência da República é a radicalização à direita, juntando exatamente sua pauta neoliberal ao conservadorismo de valores típico da agenda evangélica.

CONCLUSÃO

A presente investigação acerca do conceito do politicamente correto não só mostrou que sua estrutura semântica e padrão de politização são bastante semelhantes aos que o conceito experimentou em seu berço, os Estados Unidos, mas também revelou idiossincrasias do caso brasileiro. Em termos concretos, "politicamente correto" é um termo de pugna tanto cá como lá, utilizado pela direita política para atacar políticas públicas e posições normativas de esquerda, sendo que tal esquerda raramente assume o termo como parte de sua identidade. Para além dessas regularidades semânticas, os dados específicos ao caso brasileiro são bastante reveladores.

A análise, mesmo que breve, do *affair Caçadas de Pedrinho* mostra um movimento altamente crítico ao politicamente correto encabeçado pela grande mídia e tendo como arautos publicistas de direita e intelectuais públicos que, ao longo de sua carreira, revelaram um forte pendor contrário aos governos de centro-esquerda do PT. Tais pessoas pintam o politicamente correto como imposição autoritária de valores e padrões culturais por parte de um Estado dominado pela ideologia esquerdista. É difícil ignorar a ironia de que, em sua sanha de criticar a regulação proposta pelo MEC, alguns desses intelectuais chegaram ao ponto de negar o

14 Ver a página "Monitor do Debate Político no Meio Digital". Disponível em: https://www.facebook.com/monitordodebatepolitico/?pnref=lhc.

racismo de Monteiro Lobato: não há nada mais ideológico do que negar uma realidade fática em nome de uma crença normativa.

A segunda parte da análise foi conduzida nas redes sociais do presente, mais especificamente no Facebook. Notamos continuidades e inovações na oposição ao politicamente correto. O termo continua a ser usado para as mesmas funções de contenda ideológica. O politicamente correto continua a ser associado à esquerda e ao PT, mas agora a simbologia das Manifestações de 2013 se incorporaram ao discurso antipoliticamente correto e, na sua esteira, assistimos à tentativa de fusão entre a agenda neoliberal (contrária ao suposto "estatismo" de esquerda) e a agenda conservadora de valores (contrária à defesa de direitos de minorias feita pela esquerda). Mas aqui nos deparamos com outro paroxismo ainda mais perturbador. Ora, o politicamente correto foi tradicionalmente atacado por supostamente cercear a liberdade de expressão – seja pelos libertários dos EUA ou por figuras como Danilo Gentili e Pondé, todos defensores do "direito ao insulto público" de quem quer que seja. Contudo, agora a fusão neoliberal-conservadora atenta exatamente contra o direito de expressão, tentando regulá-lo a ponto de controlar seu conteúdo. Tem razão a ex-ministra da Cultura Ana de Hollanda ao comparar o episódio com a peça de teatro *Roda Viva*, proibida pela ditadura civil-militar, em 1968, após atos de violência cometidos contra o elenco por integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Só falta a repressão estatal para retornarmos àquele triste momento de nossa história. Em suma, os arautos da liberdade de expressão agora se voltam contra a liberdade de expressão?

De fato, os âmbitos da política e da lógica não são inteiramente congruentes; na prática é possível, sim, que os críticos do politicamente correto sustentem as duas posições antagônicas de defensores e críticos da liberdade de expressão, particularmente se esses ataques forem feitos em momentos diferentes e contra alvos diferentes.

O tema do politicamente correto é bastante rico e envolve uma discussão necessária sobre os limites das esferas da moralidade e da legalidade, onde devemos exercitar a escolha coletiva sobre quais coisas moralmente condenáveis devem ser objeto de legislação. Há também a questão da fundamentação filosófica e de teoria social do politicamente correto, que tratei em parte no artigo sobre Lobato, mas que pode ser ainda mais desenvolvida. Todas essas questões devem ser deixadas, por ora, para contribuições futuras.

BIBLIOGRAFIA

ARISTOTLE. "Politics", in S. Everson (ed.). *The Politics and the Constitution of Athens*. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1996.

BARRUCHO, L. G. "Onde Está o Verbete `Bom-Senso'?", in *Veja*, 2012.

BLOOM, A. *The Closing of the American Mind: How Higher Education Has Failed Democracy and Impoverished the Souls of Today's Students*. New York, Simon and Schuster, 1987.

FERES JÚNIOR, J.; NASCIMENTO, L. F.; EISENBERG, Z. W. "Monteiro Lobato e o Politicamente Correto", in *Dados*, v. 56, p. 69-108.

FIUZA, G. "A Ditadura Cor-de-Rosa", in *O Globo*. Rio de Janeiro, 2011.

O GLOBO. "Vírus da Intolerância Ameaça IBC e Ines", in *O Globo*. Rio de Janeiro, 2011.

KOSELLECK, R. *Futures Past: on the Semantics of Historical Time*. Cambridge/London, The MIT Press, 1985.

KOSELLECK, R.; GADAMER, H.-G. *Hermeneutik und Historik: vorgelegt am 6. Dezember 1986*. Heidelberg, C. Winter Universitätsverlag, 1987.

KUNTZ, R. "De Gaulle e a Escolinha", in *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2011.

LOBATO, J. B. M. *Caçadas de Pedrinho*. São Paulo, Globo, 2008.

LUFT, L. «Crucificar Monteiro Lobato?», in *Veja*. São Paulo, 2010.

NIETZSCHE, F. W. *The Birth of Tragedy and The Genealogy of Morality*. New York, Anchor Books, 1990.

O ESTADO DE S. PAULO. "Reedição do 'Febeapá'", in *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2010.

O GLOBO. "Vírus da Intolerância Ameaça IBC e Ines", in *O Globo*. Rio de Janeiro, 2011.

PONDÉ, L. F. "Leave the Kids Alone", in *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 2011.

RICHTER, M. "Opening a Dialogue and Recognizing an Achievement", in E. Rothacker (ed.). *Archiv für Begriffsgeschichte. Bonn, Bouvier Verlag*, v. XXXIX, 1996.

SCHMITT, C.; SCHMITT, C. *The Concept of the Political*. Chicago, University of Chicago Press, 2007.

SCRUTON, R. *The Palgrave Macmillan Dictionary of Political Thought*. 3rd. Basingstoke England/New York, Palgrave Macmillan, 2007.

THUCYDIDES. *The War of the Peloponnesians and the Athenians*. Ed. J. Mynott. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 2013.

TULLY, J. "The Pen Is a Mighty Sword: Quentin Skinner's Analysis of Politics", in J. Tully (ed.). *Meaning and Context: Quentin Skinner and His Critics*. Cambridge, Polity, 1988.

WERNECK, G.; OLIVEIRA, J.; AYER, F. "Professora Dá Bomba em Monteiro Lobato", in *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 2010.

textos

Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira

Antônio Pedro Tota

Quando a Segunda Guerra Mundial acabou, a Europa estava, literalmente, arrasada. A Europa Oriental tinha sido ocupada pelo Exército Vermelho, aumentando o fosso entre os antigos aliados. A parte ocidental, que havia sofrido um pouco menos, estava paralisada pela crise fiscal e monetária. Os Estados Unidos saíram fisicamente intactos do conflito e, indiscutivelmente, muito mais ricos e poderosos. No entanto, o destino do Velho Continente que enfrentava fome, frio e doenças era objeto de atenção especial dos anglo-americanos.

ANTÔNIO PEDRO TOTA é professor titular de História Contemporânea da PUC-SP e autor de, entre outros, *O Imperialismo Sedutor* (Companhia das Letras).

Havia divergências entre os *policy makers* estadunidenses quanto à melhor política a ser adotada em relação à Alemanha, por exemplo. O chamado Plano Morgenthau, que pregava a pastoralização da Alemanha, foi suplantado pela corrente que sugeria ajuda material aos países combalidos.

Os Estados Unidos lançaram um audacioso plano para recuperar a economia europeia: o European Recovery Plan (ERP), mais conhecido pelo nome do secretário de Estado, George Marshall.

Truman, eleito presidente em 1948, incluiu no seu discurso de posse no ano seguinte uma espécie de prêmio de consolação para os que não foram contemplados pela generosa soma de cerca de 12 bilhões de dólares destinados aos europeus. Os não contemplados eram os países não desenvolvidos, ou *underdeveloped* (Andrade, 2015), palavra usada por Truman no documento de janeiro de 1949; alguns estudos indicam ter sido essa a primeira vez em que a palavra foi usada. A melhor tradução ainda é "subdesenvolvido", que prevaleceu até recentemente quando adotamos o conceito mais comportado – ou politicamente correto – "em desenvolvimento".

O "prêmio de consolação" a que me referi foi o chamado Ponto Quatro, um plano de governo pelo qual os Estados Unidos prometiam ajudar áreas atrasadas (*underdeveloped*) com seu conhecimento tecnológico. Truman resumiu-o com as seguintes palavras:

"Nós devemos iniciar num novo e corajoso programa para levar nosso avanço técnico, científico e o grande progresso industrial às áreas subdesenvolvidas que necessitam de melhorias para crescer... Pela primeira vez na história o conhecimento, as conquistas e as habilidades da humanidade serão usados para aliviar a pobreza desses povos. Os Estados Unidos estão entre as lideranças de nações que dominam as técnicas científicas e o desenvolvimento industrial. No entanto, os recursos materiais que nós podemos pôr à disposição para dar assistência a outros povos são limitados. Mas nosso conhecimento técnico é muito grande e inexaurível... O velho imperialismo – exploração para lucros estrangeiros – não tem lugar em nossos planos"[1].

O discurso de Truman, pronunciado durante sua posse e pouco mais de um ano depois do anúncio do Plano Marshall, é um importante referencial da política dos EUA para a América Latina. Na verdade, não foi dirigido unicamente à América Latina, mas sim a todo o mundo subdesenvolvido. Para a Europa foram oferecidas condições concretas para recuperação. Para as áreas subdesenvolvidas, promessas de um mundo em que a tecnologia seria a quimera salvacionista. Promessas anti-imperialistas de uma potência imperialista de novo tipo. Nas palavras de Dean Acheson, secretário de Estado de Truman, "[...] *use material means to a non-material end*"[2].

Resumindo, terminado o conflito, os Estados Unidos voltaram-se mais para a Europa do que para a parte sul do continente americano. O Ponto Quatro esperava compensar isso? Nos últimos dias do governo Dutra (1945-1950), foi assinado um acordo de coo-

1 Truman Inaugural Address, January 29, 1949, Public Papers of the President, 1949, pp. 114-5 apud Gilman (2003).

2 "Point Four", Office of Public Affairs, Department of State apud Gilman (2003).

peração técnica. No segundo governo Vargas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de maio de 1953, esperava dar continuidade ao anterior. Vários convênios foram protocolados nos anos seguintes, como ensino de técnicas para controladores de voo, técnica de construção ferroviária, etc. Houve um considerável aumento do volume de comércio e ajuda ao subcontinente. No entanto, os resultados não chegaram a ser determinantes para uma política de modernização; além disso, os projetos eram criticados tanto por setores nacionalistas como os da esquerda. Como se não bastasse não alcançarmos a posição da Europa ocidental, passamos a ser chamados de áreas subdesenvolvidas, o que, ironicamente, sugeria que poderíamos um dia dispensar o prefixo "sub".

Os anglo-americanos não acreditavam que a União Soviética representava um grande risco militar, mas tinham certeza de que os soviéticos estavam determinados a destruir a credibilidade dos EUA na periferia subdesenvolvida, onde os anglo-americanos tinham alianças políticas e econômicas (Latham, 2000, pp. 2 e segs). O Brasil era um desses aliados.

UMA PROPOSTA PARAESTATAL

No dia 3 de abril de 1946, seis meses antes de desembarcar no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, Nelson Rockefeller convidou Adolf Berle para fazer uma palestra no Council on Foreing Relations, em Nova York. Ele esperava que o antigo alto funcionário – e um dos *brain trust* – do governo Roosevelt explicasse melhor como era o país e seus habitantes. Berle começou dizendo que o Brasil era um grande país com recursos fabulosos, com uma população de mais de 40 milhões de habitantes, com projeções para dobrar a cada 20 ou 25 anos. E disse também que o Brasil poderia, num futuro, se equiparar aos Estados Unidos como fornecedor de alimentos para a Europa faminta do pós-guerra. Era um pouco exagerada a avaliação do estadunidense. Talvez ele estivesse concordando, em parte, com Nelson Rockefeller, que achava que as medidas mais marcantes para modernizar o Brasil haviam sido tomadas por Vargas e sua equipe, em especial com o Estado Novo. Embora Vargas não tenha mudado a estrutura agrária do país, o próprio Nelson avaliava: "O serviço iniciado em 1937 no terreno econômico e social tem alcançado os melhores resultados"[3].

Berle continuou a exposição afirmando que não era recomendável interpretar o Brasil tendo somente os Estados Unidos como modelo. Isto porque, disse ele, "mesmo o brasileiro iletrado procura sintetizar a vida mais de um ponto de vista estético do que pela praticidade. Onde um americano insiste em um produtivo sistema de fornecedor de água para uma cidade, um brasileiro mostra muito mais interesses em embelezá-la" (Adolf, 1946). O anglo-americano continuou seu argumento que esperava enriquecer o entendimento de nosso país, enfatizando o aspecto solidário e generoso do povo brasileiro. Notou também que havia uma forma de cooperação entre os mais pobres que amenizava certas tarefas mais pesadas. Nisso ele percebia que havia algumas diferenças com os norte-americanos, marcados pelo individualismo. Outra diferença dava-

3 *Gazeta do Rio Pardo* de 16 de novembro de 1952, p. 1.

-se, segundo Berle, nas camadas mais altas da sociedade. Aqui havia certo refinamento estético e intelectual, o que não acontecia lá com a mesma frequência. Para ele, os estadunidenses estavam mais bem preparados para transitar no campo da técnica. E os brasileiros esperavam usufruir desse conhecimento. Isso nos faz pensar como Nelson Rockefeller parecia antever a proposição do chamado Ponto Quatro de Truman, anunciado em sua posse menos de dois anos depois. Aliás, assessores do presidente americano emprestaram algumas ideias do grupo do magnata do petróleo.

Aqui reside um paradoxo. Nelson procurava ter os Estados Unidos como modelo para modernizar o Brasil e Berle parecia dizer que seria melhor ir com mais cautela e, talvez, mesclar parte da cultura do americanismo com a cultura ibero-americana/brasileira. Nisso Berle parecia, ironicamente, aproximar-se de um Oliveira Vianna. Segundo a leitura de José Murilo de Carvalho, a formação do cidadão brasileiro de Vianna "devia passar [...] pela implantação de uma sociedade cooperativa [...]" (Carvalho, 1993).

Pode-se dizer que Vargas usou algumas das ideias do americanismo para o *take off* modernizador brasileiro durante a guerra, tirando vantagens das relações com os estadunidenses.

Nelson Aldrich Rockefeller, como que antevendo as dificuldades – em grande parte representadas pela burocracia do Departamento de Estado e instituições como o Eximbank –, iniciou uma proposta pessoal de cooperação com o Brasil, onde desembarcou em novembro de 1946 com muitos projetos em sua bagagem.

A visita ao país estava ligada a um projeto que pretendia compensar a pouca atenção dada, no imediato pós-guerra, pelo governo anglo-americano ao Brasil, importante aliado durante o conflito. Quando era coordenador do Office of Inter-American Affairs (OCIAA), o grupo do jovem milionário queria aproveitar a experiência das relações interamericanas durante a guerra para a modernização do país. Com ajuda e cooperação de parcela da elite, esperava difundir os princípios políticos, econômicos e ideológicos do americanismo. Fundou duas instituições: a American International Association (AIA), com fins filantrópicos, e a International Basic Economy Corporation (IBEC), para gerir os negócios em geral.

Na agricultura e na pecuária, criou condições para o aperfeiçoamento da cultura de sementes de milho híbrido, promoveu pesquisas com novas qualidades de café, fez experiências com pastagens especiais para gado, novas raças de porcos, criação extensiva de frangos, fabricação de adubos e ração para animais. Se fosse detectada a necessidade de se preparar grandes extensões de terra para plantar, a Empresa de Máquinas Agrícolas (EMA) empregaria tratores, arados e colhedeiras para facilitar a tarefa dos agricultores. A Helico, uma empresa de helicópteros, pulverizaria produtos para fertilizar e combater as pragas das plantações. A IBEC Technical Service faria pesquisas para a introdução de novas gramíneas para pastagem e formas mais adequadas de combate à praga do café.

Criou ainda a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), inicialmente em Minas Gerais, que fornecia ajuda financeira aos pequenos agricultores para modernizar a agricultura. Sua inspiração foi a Farmers Security Administration, proposta por Roosevelt, que salvou os pequenos agricultores

americanos da ruína (Reich, 1996, p. 426). A Acar também ensinava rudimentos de higiene para os agricultores brasileiros. Quando Juscelino Kubitschek foi eleito presidente, assinou acordo com Nelson Rockefeller para estender a Acar para todo o Brasil.

Sem dúvida, os projetos de Nelson não foram aceitos com facilidade e encontraram resistências ante a interpretação simplificadora que o americano tinha para contribuir com a modernização norte-americanizada do país (Da Silva, 2015, pp. 29-30).

IBERISMO OU AMERICANISMO?

Podemos dizer que o Brasil não aceitou totalmente os projetos do estadunidense. Aliás, segundo Luís da Câmara Cascudo, arguto observador da cultura brasileira, indicou um caminho para interpretar as relações entre os EUA e o Brasil, lembrando que as trocas culturais não são tão diretas e mecânicas.

Para ele, um povo só incorpora um determinado valor cultural de outro povo se esse valor fizer sentido no conjunto geral da sua cultura. Isso significa que a assimilação cultural não se faz por imitação, mas por um complicado processo de recriação. A assimilação cultural nunca ocorre em bloco. Um povo não aceita todos os elementos culturais do outro, mas apenas uma parte, e, mesmo assim, dando a eles novos sentidos. Essa assimilação envolve, portanto, uma escolha e uma recriação.

Resistência, antropofagia, condição e sincretismo ocorrem simultaneamente. Ou seja, a assimilação cultural não é uma simples imitação, como acentuam alguns de nossos críticos marxistas. A americanização "não é reprodução, nem repetição [...]". Ela forma uma unidade, mas mantém a distinção. "Unidos, mas distintos, como soldados de pelotão" (Tota, 2000, pp. 192-3). Nós oferecemos certa resistência às ideias acabadas anglo-americanas de modernização que se confundem com americanização/americanismo.

A Ibero-América, para usar o conceito preferido de Richard Morse, em seu seminal *O Espelho de Próspero*, parece entender a nossa modernização de uma forma mais híbrida, mais complexa.

Os teóricos anglo-americanos da modernização sugerem, como afirmei acima, que a modernização deve ser entendida como uma variante da americanização, ou melhor, da anglo-americanização. Os Estados Unidos vistos, de uma forma ou de outra, como modelos a serem seguidos para combater o atraso.

O moderno como elevação do nível de vida para minimizar a distinção de classes, escrevia Edward Shils na década de 1950, processo que pode ser sintetizado numa política de industrialização (com ajuda do Estado), exaltação ao racionalismo, *expertise*, discurso que se difundiu no meio acadêmico: modernização se confunde com desenvolvimento (Gilman, 2003, pp. 1-3). Na verdade, era uma época de "hegemonia" do que se chamou de consenso liberal, isto é, uma base para um sistema comum de crenças que se solidificou com as vitórias na luta contra os nazistas. E foi nos anos do pós-guerra que o paradigma do consenso liberal se consolidou, difundindo um estilo de vida que incorporava a vida pacata da *suburbia* (Levittown), representada nos programas de rádio e televisão do tipo *Papai Sabe Tudo*.

A contracultura ficava isolada na academia, com Wright Mills, e na cultura de massas, com James Dean como um *outsider*

de Hollywood ou os *beats* de Jack Kerouac na literatura marginal. O ponto comum era a rejeição à propriedade e à complacência. E ainda havia os músicos heroinômanos do *bebop* que desafiavam a formalidade disciplinada das canções dançantes das *big-bands*.

Mas a maioria estava feliz com a América das possibilidades, com a estrutura da sociedade americana, considerada saudável e inquestionável. Tudo isso reforçado pela crença de que o capitalismo selvagem e brutal havia cedido lugar a um sistema verdadeiramente democrático e com oportunidades iguais para todos.

Pensava-se que a abundância e a democracia, ligadas à tecnologia e ao crescimento econômico, davam oportunidade a todos e, por isso mesmo, dissolviam o conflito de classes, transformando os *blue collars* numa numerosa classe média e deixando no esquecimento uma possível consciência operária. Qualquer problema social que pudesse aparecer seria resolvido racionalmente, com programas construídos por especialistas com *know-how* tecnológico necessário. A única ameaça era representada pelos comunistas (cf. Maland, 1990).

Esse consenso liberal estava adequado ao conceito de modernização de um Walt Rostow, que achava que o caminho para promover o progresso global seria guiado pelos EUA, ocupando o vácuo das velhas potências imperialistas europeias. O caminho certo para a modernização passava pela história anglo-americana. Como que concordando com Cascudo, havia ressalvas: para muitos teóricos mais sensíveis, a modernização não se dava por uma simples transposição. Não era aconselhável forçar o implante de democracias em sociedades arcaicas. As estruturas sociais de países subdesenvolvidos continuavam intactas com mudanças de governos e, às vezes, se transformavam em ditaduras e/ou governos militares em vez de adotarem o modelo anglo-americano de democracia (Latham, 2000, pp. 1-5).

Poderíamos fazer uma longa lista das obras sobre teorias da modernização produzidas nos Estados Unidos. No entanto, essas teorias não dão conta de explicar a modernização de países como o Brasil. O que significa modernização para nós não chega a ser exatamente a mesma coisa para os anglo-americanos.

Os próprios brasileiros passam um bom tempo de nossa história tentando entender essa situação paradoxal: ora defendíamos a sociedade tradicional, ora a modernidade a qualquer custo. Nossos teóricos da modernidade, com base em modelos ocidentais do liberalismo ou do marxismo, foram classificados por alguns estudiosos como americanistas e os que queriam manter uma modernização com raízes em nosso passado foram definidos como iberistas.

Nelson Rockefeller chegou perto de entender essa nossa situação pendular, ou bipolar, para abusar do termo da psiquiatria. Citamos no começo deste trabalho um encontro promovido por Rockefeller no Council on Foreign Relations. O *guest speaker* foi, como vimos, Adolf Berle. Quando Nelson o apresentou à plateia, lembrou que Berle foi embaixador no Brasil "quando o Brasil estava passando por um período de uma ditadura esclarecida para uma democracia" (Adolf, 1946).

Nelson usou a palavra "esclarecida" para explicar a ditadura de Getúlio Vargas. *Dotado de saber, de conhecimentos* é como um dicionário de português do Brasil explica a palavra. Já em um dicionário estadunidense,

a definição é mais abrangente: "proporcionar a capacidade intelectual e espiritual de discernir a verdadeira natureza das coisas"[4]. E acrescenta, usando as palavras de Thomas Jefferson, "esclarecendo-se o povo, a tirania desaparece". Aqui, parecia que o mecanismo se dava às avessas.

Em 1920, o pensador conservador brasileiro Oliveira Vianna escreveu que a singularidade brasileira tem raízes nas relações sociais, em especial no mundo agrário. Ele colocava-se numa posição de valorização do passado da história do país que o afastava da posição dos americanistas. Estes entendiam, por sua vez, o nosso passado como uma condenação, isto é, a herança portuguesa seria uma carga de pragas. Para os últimos, o despotismo encarna o atraso; para o iberista Vianna, seria uma característica de nossa formação histórica e social. Para ele,

"[...] uma história singular resultaria também numa democracia singular: 'o verdadeiro caminho da democracia no Brasil' estaria na democracia corporativa, regime de elaboração legislativa superior [...] ao atual baseado na famosa soberania das urnas, na democracia representativa [...]".

Na instigante interpretação de Luiz Werneck Vianna, a ordenação corporativa de Oliveira Vianna teria o mérito de, numa "larga operação" transformista, abrir caminho "ao moderno sem se subverter". Isto é, sem perder as características singulares da nossa história para o americanismo. O passado controlaria o moderno, "e em um processo de modernização, sob o controle social e político das forças da tradição, bloqueia a afirmação do moderno e da modernidade" (Vianna, 1997, p. 161).

O Plano Marshall para os pobres ou as dificuldades para se entender a modernização brasileira, usada no título deste texto, passam por obstáculos que dificultam a compreensão. Nosso "americanismo" se concentra numa política de "imitação" e de empréstimos das técnicas estadunidenses para acelerar a modernização. Nosso iberismo recusa algumas medidas do americanismo e outras opções "estrangeiras" como estranhas à nossa singularidade. Resumidamente, podemos dizer que a *intelligentsia* brasileira continua oscilando sem conseguir fazer uma fusão entre as diferentes interpretações dos americanistas e dos iberistas.

4 *"To give spiritual or intellectual insight to",* in *The American Heritage Dictionary of the English Language,* 2006.

BIBLIOGRAFIA

ADOLF, A. *Berle's Speech Before Council on Foreign Relations*, April 3, 1946. Collection Rockefeller Family. Record Group 4, Box 23A, Folder 150. RAC.

ANDRADE, Rômulo de Paula. "Contribuições para um Debate: a Antropologia do Desenvolvimento e a Valorização Econômica da Amazônia (1951-1955)", in *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 10, n. 16. Rio de Janeiro, jan.-jun./2015, pp. 53-72.

CARVALHO, José Murilo de. "A Utopia de Oliveira Vianna", in Elide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes (orgs.). *O Pensamento Político de Oliveira Vianna*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.

DA SILVA, Claiton. *De Agricultor a Farmer – Nelson Rockefeller e a Modernização da Agricultura no Brasil*. Curitiba, Editora Unicentro/ Editora UFPR, 2015.

GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future – Modernization Theory in the Cold War America*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2003.

LATHAM. Michael E. *Modernization as Ideology – American Social Science and "nation Building" in the Kennedy Era*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2000.

MALAND**,** Charles. "Dr. Strangelove (1964): Nightmare Comedy and the Ideology of Liberal Consensus", in *American Experiences*. 2end. ed., Vol. II, Randy Roberts & James S. Olson (eds.). Illinois/London, Scott, Foresman and Co. Glenview, 1990.

REICH, Cary. *The Life of Nelson A. Rockefeller – Worlds to Conquer 1908-1958*. New York, Doubleday, 1996.

ROCKEFELLER FAMILY COLLECTION. Record Group 4, Box 23A, Folder 150. Rockefeller Archive Center.

THE AMERICAN HERITAGE. Dictionary of the English Language. 4th ed. Boston, Houghton Mifflin, 2006.

TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo Sedutor. A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

VIANNA, Luís Werneck. "Americanistas e Iberistas: a Polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos", in *A Revolução Passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj, 1997.

Os *Contos* antes de *Sagarana*: desdobramentos da participação de Guimarães Rosa e Graciliano Ramos no Prêmio Humberto de Campos

Gustavo Milano e Thiago Mio Salla

Em 1936, a Livraria José Olympio Editora criou o Prêmio Humberto de Campos, que prometia ao vencedor a quantia de três contos de réis e a publicação imediata da obra vencedora. Era um concurso voltado ao gênero conto, batizado com esse nome para homenagear a figura do escritor maranhense Humberto de Campos (1886-1934), que havia estabelecido parcerias e aberto inúmeras portas para José Olympio, depois de a livraria-editora deste ter sido transferida para o Rio de Janeiro, no início de 1934 (Hallewell, 2005, pp. 436-9).

GUSTAVO MILANO é pós-graduando na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP.

THIAGO MIO SALLA é professor do curso de Editoração da ECA-USP.

Nas palavras de José Olympio, no processo de criação do prêmio, avultava também o desejo de servir à literatura brasileira, da qual ele se mostrava um sincero admirador:

"Basta notar que a nossa casa [a Livraria José Olympio Editora] é a única no Brasil onde a literatura brasileira é a grande base editorial, onde o número de traduções é menor que o de livros originais brasileiros. E, ainda mais, fizemos esse concurso visando a incentivar o gênero literário atualmente mais abandonado no Brasil: o conto" (Olympio, 1936, p. 5).

Da comissão julgadora dessa primeira edição do prêmio fizeram parte Peregrino Júnior, Prudente de Moraes Neto, Jorge Amado, Marques Rebelo e Arnaldo Tabaiá. O vencedor foi Telmo Vergara, com o seu *Cadeiras na Calçada* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1936), que obteve tal triunfo em meio a um conjunto de mais de oitenta inscritos. Apesar da promessa de ser anual, o prêmio teve apenas mais duas edições, separadas entre si por intervalos distintos: a segunda em 1938 e a terceira em 1942. Instabilidades políticas como a instauração do Estado Novo no Brasil, no início de 1937, e a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1939, inevitavelmente complicaram a renovação periódica do concurso.

Na segunda edição do prêmio, no entanto, dentre os inscritos, estava aquele que, em perspectiva diacrônica, seria o concorrente mais ilustre de todas as edições do referido concurso: João Guimarães Rosa, que, encoberto pelo criptônimo Viator, alcançou apenas a segunda colocação, com um volume intitulado tão somente *Contos*. Não havia formalmente um segundo colocado, mas ele ficou atrás de Luís Jardim, então ilustrador da Livraria José Olympio Editora. Este, valendo-se do pseudônimo Plácido Assunção, obteve, com o original *Maria Perigosa*, a preferência do júri, agora formado por Peregrino Júnior, Prudente de Moraes Neto, Marques Rebelo, tríade que esteve na edição inaugural da premiação, além de Dias da Costa e Graciliano Ramos.

Segundo a ata dessa segunda edição do Prêmio Humberto de Campos, datada de 2 de março de 1939, depois de sucessivos escrutínios, dos 63 trabalhos inicialmente inscritos restaram 17, em seguida nove, seis, quatro e, finalmente, os originais *Maria Perigosa* e *Contos*[1]. Entre os membros do júri, Graciliano Ramos e Dias Costa votaram no primeiro, ao passo que Prudente de Moraes Neto, e Marques Rebelo optaram pelo segundo. "Como o voto do sr. Peregrino Júnior poderia decidir o resultado final do concurso, pediu esse membro da comissão um prazo para ler o original nº 11 (*Contos*, de Viator), votando logo depois de terminada a leitura" (Ata da Reunião, 1939). Dois dias depois, Peregrino Júnior manifestou seu voto, "ficando assim o livro *Maria Perigosa*, de autoria do sr. Luís Jardim, vencedor do Prêmio Humberto de Campos de 1938" (Ata da Reunião, 1939).

Para além do texto frio da ata lavrada e assinada pelos jurados, conhecem-se ainda um depoimento de Marques Rebelo (1939)[2] e dois de Graciliano Ramos (1962, pp. 155-6 e 200-2), publicados logo após a divulgação

1 Soube-se, depois de divulgados os resultados, que entre os inscritos da segunda edição do prêmio estava também o futuro deputado federal, e posteriormente governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, com os contos de *Uma Luz Pequenina* (Villaça, 2001, p. 133), não obtentor de relevante apreço por parte dos jurados.

do vencedor, os três aparentemente informais, escritos e publicados pela livre iniciativa de cada um. Além desses, houve mais um artigo do autor de *A Estrela Sobe* (Rebelo, 1946) e outros dois do escritor alagoano (Ramos, 1962, pp. 249-52; 2012, pp. 179-184), nos quais são mencionadas as participações de ambos como jurados no referido certame. Em um deles, "Conversa de Bastidores", o romancista de *Vidas Secas* traz mais elementos a respeito da emaranhada votação:

"Houve discussão e briga. No dia do julgamento, eliminadas composições menos sólidas, ficamos horas no gabinete de Prudente de Moraes hesitando entre esse volume desigual [*Contos*, de Viator] e outro, *Maria Perigosa*, que não se elevava nem caía muito. Optei pelo segundo – e, em consequência, Marques Rebelo quis matar-me: gritou, espumou, fez um número excessivo de piruetas ferozes. Defendi-me com três armas: o doutor, a professora, as injeções antiofídicas. [...] Dias da Costa apoiou-me. Prudente de Moraes sustentou Marques. E Peregrino Júnior, transformado em fiel de balança, exigiu quarenta e oito horas para manifestar-se. Escolheu *Maria Perigosa* – e assim Luís Jardim obteve o prêmio Humberto de Campos em 1938" (Ramos, 1962, p. 250).

As "armas" mobilizadas por Graciliano estão, respectivamente, em três escritos de Viator que integram os *Contos*: "Uma História de Amor" (doutor), "Questões de Família" (professora) e "Bicho Mau" (injeções antiofídicas). No entanto, pouco ou nada se sabe, em termos de crítica literária e pesquisa acadêmica, sobre os dois primeiros textos, pois não chegaram a ser incluídos em outra obra, seja publicada em vida do autor, seja postumamente[3]. Não obstante isso, as críticas que tais composições receberam, ao integrarem o original *Contos*, tiveram papel angular para o aprimoramento de todo o restante do livro que viria a ser *Sagarana*.

CONTOS, DE VIATOR

Em carta a João Condé, Guimarães Rosa narra sucintamente o processo de produção dos textos que integraram os *Contos* e a inscrição de tal trabalho no Prêmio Humberto de Campos de 1938:

"Já pressentira que o livro, não podendo ser de poemas, teria de ser de novelas. E – sendo meu – uma série de histórias adultas da Carochinha, portanto. [...] Bem, resumindo: ficou resolvido que o livro se passaria no interior de Minas Gerais. E compor-se-ia de 12 novelas. Aqui, caro Condé, findava a

2 Nesse texto, publicado na revista *Dom Casmurro*, em 4 de março de 1939, Rebelo assinala que não havia sido feita a ata do concurso e que, caso ela viesse a ser produzida, não contaria com a sua assinatura. Entretanto, o documento que consta do fundo Livraria José Olympio Editora da Fundação Casa de Rui Barbosa foi lavrado dois dias antes da publicação do artigo do autor de *Oscarina* e nele se encontram as assinaturas de todos os membros do júri menos a dele.

3 Trata-se de composições ainda inéditas em livro que integram o Fundo João Guimarães Rosa do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (cf. JGR-M-01,01). Além desses dois textos, vale destacar que o posfácio "Porteira de Fim de Estrada", aposto ao fim do volume *Contos* submetido por Guimarães ao referido certame, traz importantes informações, sobretudo sobre o livro *Tutameia* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1967). A respeito do conto "Bicho Mau", há uma versão profundamente modificada dele que compõe a obra póstuma *Estas Estórias* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1969).

fase de premeditação. Restava agir. Então, passei horas de dias, fechado no quarto, cantando cantigas sertanejas, dialogando com vaqueiros de velha lembrança, 'revendo' paisagens da minha terra, e aboiando para um gado imenso. [...] Lá por novembro, contratei com uma datilógrafa a passagem a limpo. E, a 31 de dezembro de 1937, entreguei o original, às 5 e meia da tarde, na Livraria José Olympio. O título escolhido era 'Sezão'; mas, para melhor resguardar o anonimato, pespeguei no cartapácio, à última hora, este rótulo simples: 'Contos' (título provisório, a ser substituído) por Viator. Porque eu ia ter de começar longas viagens, logo após" (Rosa, 1999, pp. 377-9).

E, no posfácio "Porteira de Fim de Estrada" presente no referido volume, Rosa complementa dizendo que essas 12 histórias "foram começadas e acabadas no formoso ano de 1937, precisamente entre 20 de maio e 4 de dezembro" (Viator, 1937). Fica evidente nesse relato a aparente despreocupação do escritor mineiro, que parece inventar um pseudônimo e um título quaisquer, submetendo o seu original aparentemente sem muitas pretensões. Como aduz Cecília de Lara, "Guimarães Rosa afirma que se inscreveu [no Prêmio Humberto de Campos] para que sua obra fosse avaliada, visto que não possuía quase relações literárias" (Lara, 1996, p. 31). Os cenários pelos quais passou, os dramas que padeceu no sertão de Minas Gerais deixaram marcas indeléveis na sua fértil imaginação, e era preciso avaliar o valor artístico desse material bruto, pois o prêmio da Academia Brasileira de Letras que ganhara em 1936 com a sua primeira obra, o livro de poemas *Magma* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997), não era garantia de que, na prosa, o autor se sairia tão bem quanto na poesia.

Depois desse volume de poemas premiado, tratava-se de um movimento audacioso migrar tão rapidamente para a confecção de um livro de prosa. Diz ele que começou a escrever esses contos motivado pela saudade do interior de Minas Gerais, "lembranças e saudades de Cordisburgo e Itaguara me fizeram escrever *Sagarana*" (Coutinho, 1965), dirá. Essas 12 "histórias adultas da Carochinha" têm as suas raízes nessas duas cidades mineiras com cujas terra, fauna e população Rosa nutriu relações íntimas. Mais especificamente, ele assinala que alguns contos "pertencem" a Cordisburgo ("O Burrinho Pedrês"; "Corpo Fechado"; "A Hora e a Vez de Augusto Matraga"; "Minha Gente" e "Duelo") e outros ele "deve" a Itaguara ("A Volta do Marido Pródigo", "Sarapalha", "São Marcos" e "Conversa de Bois") (Borba, 1946). Mediante esse tipo de afirmação, o autor deixaria de se colocar no centro do processo narrativo: não seria ele, em princípio, o "dono" daquelas histórias, a única voz capaz de produzi-las. Não por acaso, tal estratégia argumentativa faria com que, em certo sentido, o artista se assemelhasse a um transmissor impessoal de dados da realidade, ainda que os selecionasse, elaborasse e os narrasse segundo sua própria cosmovisão.

Os *Contos* entregues para a avaliação do júri do Prêmio Humberto de Campos não se constituíam nos primeiros trabalhos em prosa que Guimarães Rosa tornava públicos. Entre 1929 e 1930, ele publicara na revista *O Cruzeiro*, sem recorrer a pseudônimos, três contos fantásticos, vencedores de concursos promovidos pelo mesmo periódico (Gama-Khalil, 2012, p. 144): "O Mistério

de Highmore Hall", de 7 de dezembro de 1929; "*Chronos Kai Anagke*", em português "Tempo e Destino", de 21 de junho de 1930; e "Caçadores de Camurça", de 12 de julho de 1930; além desses, assinou o conto "Makiné", publicado no suplemento dominical de *O Jornal*, em fevereiro de 1930. Esses quatro escritos, que juntos constituem a sua estreia na prosa literária, seriam compilados apenas em 2011, pela editora Nova Fronteira, no livro *Antes das Primeiras Estórias*. Desse modo, o original submetido ao certame não era a sua primeira aventura fora da poesia propriamente dita; contudo, era a primeira vez que Guimarães Rosa se punha a escrever um livro em prosa e o submetia a escritores e intelectuais de vulto.

Todavia, a extensão das peças recolhidas em *Contos* era, de certa maneira, inapropriada para o gênero conto, daí a grande surpresa do júri e da crítica ao topar com um "cartapácio de quinhentas páginas datilografadas" (Ramos, 2012, p. 180). Na citada "Carta a João Condé", como se viu, Rosa afirma que escrevera "12 novelas", e o confirma o juízo de Paulo Rónai:

"O gênero peculiar do autor é aliás a novela e não o conto. A maioria das narrativas reunidas no livro são novelas, menos por sua extensão relativamente grande do que pela existência, em cada uma delas, de vários episódios – ou 'sub-histórias', na expressão do escritor – aliás sempre bem concatenados e que se sucedem em ascensão gradativa. O gênero, em suas mãos, alcança flexibilidade notável, modifica-se conforme o assunto, adapta-se às exigências do enredo" (Rónai, 1946).

Em nenhum dos depoimentos dos membros do júri, entretanto, o gênero do original de Viator foi questionado. Se Rosa chegou a hesitar em inscrever num concurso de contos um livro composto, como ele próprio disse, de 12 novelas, não há registro disso. Mas o ato de pespegar o título "*Contos*" na capa do volume, em vez de "*Sezão*", pode ser entendido como um ajuste de última hora, uma tentativa de adequação ao gênero textual pressuposto pelo concurso, apesar de o autor ter dito que a finalidade da alteração era tão somente "resguardar o anonimato" (Rosa, 1999, p. 379).

JUÍZOS CRÍTICOS

Marques Rebelo incensou os *Contos*, de Viator. Depois de dizer que o volume tinha sido "intensamente escrito", vê nele "qualidades excepcionais, não só de contista, como de escritor propriamente. Conhecedor forte da vida brasileira, segurança absoluta na exposição dos seus ambientes, diálogo muito bem feito, elevação de ideias, bom gosto" (Rebelo, 1939). Seu entusiasmo por esse original foi tanto, que exigiu boas justificativas de quem discordara dele, ainda que não se observasse do outro lado uma veemência proporcional.

Surgiram, de fato, entre os membros do júri, dois grupos opostos, ambos com um líder à frente: Marques Rebelo apaixonadamente a favor de Viator e Graciliano Ramos aparentemente contra ele. Rebelo confessa, em discurso na Academia Brasileira de Letras, na chamada "Sessão de Saudade", realizada em 23 de novembro de 1967, que passou dois anos sem falar com Graciliano "por não ver um grande escritor reconhecer outro grande escritor pelo rabinho que punha de fora" (Villaça,

2001, p. 134), tal foi a indisposição gerada pela diferença de juízo.

Além dos depoimentos desses dois membros do júri, encontram-se apenas sumárias alusões a comentários de Prudente de Moraes Neto. Em artigo de 1939, Graciliano Ramos assinala: "Prudente de Moraes acha que ele [Viator] fez alguns dos melhores contos que existem em língua portuguesa" (Ramos, 1962, p. 156). De modo análogo, o jornalista Henrique Pongetti também menciona: "No livro de Viator, Prudente encontrou dois dos dez melhores contos brasileiros, conforme nos declarou" (Pongetti, 1946). E Marques Rebelo acrescenta: "Causou-me singular impressão este livro [*Contos*, de Viator], o mesmo acontecendo com o sr. Prudente de Moraes Neto" (Rebelo, 1939). Assim, mais do que um opaco voto a favor de *Contos*, o que poderia significar uma falta de melhor opção, o renomado crítico literário Prudente de Moraes Neto viu no autor em questão um exímio escritor, rasgando-lhe elogios antes mesmo de conhecer o criador encoberto pelo pseudônimo.

Outra grande figura da literatura brasileira do século XX, Graciliano Ramos, como se viu, votou de forma diferente. Nesse sentido, Cecília de Lara afirma que ele, como membro do júri da edição de 1938, "não soube reconhecer o talento do novato que se assinava 'Viator'" (Lara, 1996, p. 30). E a também pesquisadora Cássia dos Santos diz que essa edição do concurso "entrou para a história de nossa literatura por ter reunido, *em lados opostos*, talvez os dois mais importantes romancistas do século passado: Graciliano Ramos e Guimarães Rosa" (Santos, 2012, p. 117; grifo nosso). Com relação a esses pontos, é legítima a discordância.

Graciliano afirmou, em 1939, que:

"Em virtude da decisão do júri, muita gente supõe que o concorrente vencido seja um escritor de pequena valia. Injustiça: apesar dos contos ruins e de várias passagens de mau gosto, esse desconhecido é alguém de muita força" (Ramos, 1962, pp. 155-6).

Seu voto em prol de Luís Jardim – ou melhor, contra Viator, como prefere Graciliano Ramos – só se deu por conta de "dois contos e algumas páginas campanudas" (Ramos, 1962, p. 155). A narrativa "Conversa de Bois", por exemplo, foi considerada pelo escritor alagoano como "uma verdadeira maravilha" (Ramos, 1962, p. 156), o que enfraquece o posicionamento de quem interpretasse que, com esse voto, Graciliano estivesse dizendo não haver talento em Viator. Em seu depoimento, Ramos também apoiou a publicação do livro do autor desconhecido, tributou admiração a personagens como Joãozinho Bem-Bem, referiu-se ao autor como "um sujeito que sabe o que diz e observou tudo muito direito" (Ramos, 1962, p. 156); enfim, disse que "realmente a escolha [entre *Maria Perigosa* ou *Contos*] era bem difícil" (Ramos, 1962, p. 156).

Dois anos depois, em 1941, talvez movido por algum tipo de remorso e em atendimento a uma sugestão de José Olympio (Ramos, 1962, p. 251), Graciliano retoma o caso ocorrido e produz uma espécie de anúncio com o objetivo de saber o paradeiro do ainda desconhecido Viator. Antes de o romancista alagoano assinalar, ao final do texto, que "gratifica-se quem trouxer a esta redação o conto 'Conversa de Bois'" (Ramos, 2012, p. 182), ele rememora que, em *Contos*, "há coisas ótimas"; que o livro "sobe muito ou

desce demais, nunca sendo medíocre"; que "dos seus contos uns são melhores, outros são piores que os do escritor pernambucano [Luís Jardim]"; que nele há "o diálogo vivo, a descrição exata, a narrativa segura. Conhecimento perfeito do meio e dos assuntos tratados"; e que, "além de conhecer bem os homens e a terra, esse Viator é um animalista notável[4]" (Ramos, 2012, p. 181). Como se percebe, não faltaram elogios também de Graciliano Ramos ao concorrente de *Maria Perigosa*.

Para um autor disposto a retratar a vida no interior do país, era imprescindível, na visão do escritor alagoano, que tal literato adotasse uma postura crítica e tivesse verdadeiro conhecimento do ambiente e das pessoas de lá, não "confiando demais na imaginação, que [conforme se depreende, sobretudo, das crônicas do autor de *Caetés*] sempre leva à criação de produtos fantasiosos" (Salla, 2016, p. 165). Em conformidade com essa ênfase testemunhal, o ficcionista em questão também deveria conceder privilégio à observação na tessitura de uma nova dizibilidade sobre o espaço sertanejo, que, tendo em vista o efeito de real pretendido, procurasse se afirmar como uma espécie de documento. Se Graciliano Ramos utiliza esse pressuposto poético para realçar as qualidades de Viator, que se destacava por produzir narrativas "reais, nacionais e bárbaras" sem as falsidades costumeiras no trato do sertão (Ramos, 2012, p. 181), o romancista nordestino também se vale desse mesmo parâmetro avaliativo para repreender o autor dos *Contos*:

"Os amores piegas dum engenheiro com uma professorinha de grupo escolar, a morte inverossímil de um médico transformado, por desgostos excessivos, em trabalhador de enxada, algumas páginas de mau gosto que chegam à declamação, à propaganda, ao arrazoado. Numa delas quase nos avisa de que aquilo não é anúncio de soro antiofídico" (Ramos, 2012, p. 180).

De fato, quando se examina, por exemplo, o conto "Uma História de Amor" ("a morte inverossímil de um médico transformado, por desgostos excessivos, em trabalhador de enxada"), as ressalvas de Graciliano se mostram procedentes. A história é contada em primeira pessoa por um médico que então se encontrava num distante e pequeno arraial no interior de Minas. Em suas andanças pela região, o narrador-protagonista trava contato com José-Luiz, um capiau que lhe parecia diferente dos demais, cujo olhar sugeria que ele já "sofrera intelectualmente". Segundo o relato do fazendeiro Nhô-Virgílio, quando chegara para trabalhar em sua propriedade, José-Luiz não tinha calo nas mãos, fazendo "força para falar atrapalhado que nem a gente" (Viator, 1937). Na verdade, o nome verdadeiro de tal sujeito seria Adalberto Vafro, um médico que em função de uma desventura amorosa viera a enterrar-se vivo naqueles cafundós, "como um anacoreta sob os votos de pobreza, castidade e humildade" (Viator, 1937). Tal caráter postiço da personagem, que se autoimpõe como desterro, num gesto de suposto heroísmo, viver como um simples sertanejo, acabava por conferir certo caráter pitoresco e falso ao matuto,

4 Nesse sentido, Graciliano seria um dos primeiros a assinalar favoravelmente o parentesco das novelas de Rosa com certas produções do escritor inglês Rudyard Kipling, aproximação que marcaria, em 1946, a primeira recepção crítica de *Sagarana* (Bonomo, 2011, p. 37).

algo que contrariava as diretrizes literárias do autor de *S. Bernardo* quanto à representação literária dos homens do *hinterland* brasileiro (Ramos, 2012, p. 115).

Em 1944, quando Ramos e Rosa se conheceram pessoalmente, ambos estavam de acordo a respeito da má qualidade de três dos *Contos*: além de "Uma História de Amor", os também já mencionados "Bicho Mau" e "Questões de Família". Não se pode presumir, como ficou exposto, que Rosa tenha mandado apenas a porção mais cuidada de sua produção literária ao julgamento do Prêmio Humberto de Campos, nem um trabalho demoradamente burilado. Conforme declara o próprio Viator no posfácio aos *Contos* (*Sezão*), em se tratando da capina e da poda dos textos apresentados "muita moita má ainda era a ser foiçada" (Viator, 1937). Tal caráter ainda transitório da coletânea, e não uma suposta cegueira crítica de Graciliano naquele momento, parece estar na base do voto contrário que ela recebera do romancista alagoano. Para além das virtudes dos *Contos*, este último concedeu excessiva importância aos textos considerados ruins, que compunham somente um quarto da obra. O critério, pois, assumido por ele foi o da oscilação no que diz respeito à qualidade literária dos contos do volume, e não o mérito elevado de parte considerável do conjunto.

De fato, o escritor mineiro não esperava grandes aplausos ao seu original. Em 1938, como cônsul-adjunto, foi a Hamburgo, na Alemanha, onde ficou "por quatro anos e meio" (Coutinho, 1965), até 1942. De lá, sabendo do resultado desfavorável obtido pelos *Contos* no concurso, empreendeu a reformulação do conjunto de textos. Alguns relatos referentes a tal processo são mencionados no *Diário de Guerra*, que integra o Arquivo Henriqueta Lisboa do Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (Rosa, 1938-1941)[5]. Na altura de 1942, quando Brasil e Alemanha romperam relações diplomáticas, e Guimarães Rosa e outros funcionários do Itamaraty na Alemanha foram trocados por diplomatas alemães no Brasil, Rosa se aproxima do também diplomata Cícero Dias, a quem deu a ler os seus contos, recebendo deste ânimo para publicá-los (Perez, 1968, p. 31). De volta ao Rio, entrou em contato com Marques Rebelo para marcar um almoço, chamando também Prudente de Moraes Neto, que não pôde estar presente. No já citado discurso na ABL, Marques Rebelo relata o acontecimento:

"Desconfiado, [Rosa] passou-me uma sabatina em regra sobre a leitura do livro, como se eu não o tivesse lido e defendido. Acalmado, pediu-me conselhos, a que respondi ser muito humilde para aconselhar um escritor que se revelava daquela maneira superlativa, mas, usando da minha modesta experiência no trato literário, sugeria que ele cortasse uns dois contos, e fizesse em outros uns apuros que achava necessários para a melhor compreensão de certos trechos um tanto embolados, digamos bizantinos ou gongóricos. Respondeu-me que era sua intenção refazer o volume [...]" (Rebelo, 1968, p. 137).

5 Para este artigo, entretanto, consultou-se aquela que se imagina ser a cópia de tal documento presente no acervo João Guimarães Rosa do IEB/USP. Na entrada de 30 de maio de 1940 desse diário, por exemplo, em meio ao alerta de bombardeios na Alemanha em guerra, o escritor registra: "Estou trabalhando, corrigindo o último trecho de 'O Burrinho Pedrês'. Mugiram as sirenes. Alarme!" (Rosa, 1938-1941, p. 17).

Em 1941, Graciliano supõe que, após a derrota, o autor de *Contos* "amoitou-se, naturalmente indignado; maldizendo o júri, pelo menos parte dele, até certo ponto com razão. Nada mais precário que essas escolhas por sufrágio. Não existe um critério, há critérios, e isto ocasiona desordem" (Ramos, 2012, p. 180). Em uma coletânea de contos, é natural que haja disparidade no nível dos textos, que uns sejam melhores que outros. E como o prêmio vai para o conjunto deles, pode-se criar uma divisão entre os membros do júri, separando-se aqueles que têm receio de rejeitar bons trabalhos daqueles que se recusam a votar num livro manchado com alguns erros. Foi isso o que aconteceu na segunda edição do Prêmio Humberto de Campos, pois também Marques Rebelo apontou falhas no livro de Viator, apesar de ter votado nele e de o ter defendido energicamente.

A reestruturação de um material tão extenso e escrito já havia alguns anos durou, como disse Rosa, "cinco meses de reflexão e de lucidez" (Rosa, 1999, p. 379), ou, como disse em outro momento, "escrevi em sete meses e retoquei-o em quatro" (Coutinho, 1965). Em oposição aos "sete meses de exaltação, de deslumbramento" da escrita, a reescrita se baseou num trabalho mais consciente e sistemático, já assimilada a experiência do fracasso no concurso. E é confiando nos conselhos de Marques Rebelo – cujas dicas ecoavam os juízos críticos de Graciliano Ramos, inclusive com a supressão dos mesmos textos, a qual foi feita efetivamente pelo escritor mineiro – que Rosa emendou *Contos*.

O lançamento da primeira edição de *Sagarana* pela Editora Universal, em 1946, produziu elogios mais ou menos efusivos, por parte da crítica (Martins, 1946; Candido, 1946, pp. 7-8; Rego, 1946; Grieco, 1946; Torres, 1946; Milliet, 1946), até que recebeu o que Sônia van Dijck Lima chama de o "batismo crítico, ministrado por Álvaro Lins" (Lima, 2002, p. 197):

"De repente, chega-nos o volume, e é uma grande obra que amplia o território cultural de uma literatura, que lhe acrescenta alguma coisa de novo e insubstituível, ao mesmo tempo que um nome de escritor, até ontem ignorado do público, penetra ruidosamente na vida literária para ocupar desde logo um dos seus primeiros lugares. O livro é *Sagarana* e o escritor é o sr. J. Guimarães Rosa" (Lins, 1946, p. 2).

Com a publicação de *Sagarana*, Graciliano Ramos e Marques Rebelo também se pronunciaram na imprensa (Rebelo, 1946; Ramos, 1962, pp. 249-52), recepcionando de modo francamente favorável o novo lançamento. Em entrevista datada de 1946, o jornalista Ascendino Leite fala que João Guimarães Rosa está "hoje situado, por opinião unânime dos críticos, no plano em que se encontram os grandes escritores deste país" (Leite, 1946, p. 3). Assim, ele entrava no cânone para nunca mais de lá sair.

Desse lugar de destaque, Rosa não deixou de manifestar, ainda que na esfera íntima, admiração e gratidão a Graciliano, tal como se pode observar nas palavras por ele apostas na folha de rosto do exemplar da primeira edição de *Sagarana* com que o artista mineiro presenteia o romancista alagoano, bem como num cartão de visita que acompanha tal volume:

"Ao Graciliano Ramos, grande e amigo – 'Seu Joãozinho Bem-Bem' da nossa litera-

tura –, com a admiração e a amizade do Guimarães Rosa, Rio, 21/04/1946 [folha de rosto de *Sagarana*].
Mais um abraço grato, do Guimarães Rosa, 22/04/1946 [cartão de visita]".

Não por acaso, nessa dedicatória que consta do referido exemplar, Rosa aproxima Graciliano de Joãozinho Bem-Bem, temido personagem do conto "A Hora e a Vez de Augusto Matraga" que morre em duelo juntamente com o protagonista da história. Em todas as ocasiões em que se manifestou a respeito dos *Contos*, de Viator, o autor de *Vidas Secas*, em meio às críticas, externava sua admiração, sobretudo, por seu Joãozinho Bem-Bem, "figura notável, dessas que se conservam na memória do leitor" (Ramos, 1962, p. 250).

* * *

Desse modo, tendo em vista o percurso trilhado até aqui, fica claro que não se pode supor que o livro de 1937 fosse fazer o mesmo sucesso que o de 1946. E não exclusivamente pela mudança na recepção, que num caso foi restrita aos membros do júri e noutro já esteve disponível a um público ampliado. *Contos* e *Sagarana* não são o mesmo livro. E as críticas de Graciliano Ramos, que de certa maneira foram acolhidas ou reverberaram nas avaliações de outros membros do júri da segunda edição do Prêmio Humberto de Campos, mostraram-se valiosas para a reformulação feita por João Guimarães Rosa. A supressão do posfácio e de três dos 12 contos, somada às mudanças sofridas em outros textos, impede que se suponha um erro de julgamento por parte dos jurados contrários à vitória dos *Contos*, que supostamente não teriam reconhecido um novo gênio das letras; do mesmo modo que não se observa a recusa deles em relação ao autor, o qual não opôs resistência alguma às correções propostas, antes acatou-as agradecido, aproveitando a oportunidade para limar o que lhe parecia imperfeito. Supõe-se que o conjunto da obra de Guimarães Rosa poderia não ter a mesma dimensão se a sua primeira coletânea de contos não fosse *Sagarana*, mas sim *Contos*; e quem mais ajudou nesse processo de aprimoramento, fazendo ecoar as primeiras críticas ao volume, não foi senão Graciliano Ramos.

BIBLIOGRAFIA

ATA DA REUNIÃO de julgamento do Prêmio Humberto de Campos de 1938. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa. Fundo Livraria José Olympio Editora. Subsérie: Comissão Editorial. Dossiê: Prêmio de Contos Humberto de Campos, LJOE.ADM.CED. CET.11, 2/mar./1939.

BONOMO, Daniel Reizinger. "No Surgimento de *Sagarana*", in *Opiniães: Revista dos Alunos de Literatura Brasileira*, n. 3. São Paulo, 2001, pp. 33-46.

BORBA, José César. "Histórias de Itaguara e Cordisburgo", in *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19/maio/1946.

CANDIDO, Antonio. "*Sagarana*", in *O Jornal*. Rio de Janeiro, 21/jul./1946, pp. 7-8.

COUTINHO, Maria da Graça de Faria. *Entrevista com Guimarães Rosa*. Colégio Brasileiro de Almeida, jun./1965.

GAMA-KHALIL, Marisa Martins. "A Literatura Fantástica de Guimarães Rosa Antes das *Primeiras Estórias*", in *Revista Olho d'Água*, n. 4. São José do Rio Preto, 2012, pp. 141-56.

GRIECO, Agripino. "*Sagarana*", in *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26/abr./1946.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. 2ª ed. ver. e ampl. São Paulo, Edusp, 2005.

JARDIM, Luís. *Maria Perigosa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

LARA, Cecília de. "Rosa por Rosa: Memória e Criação", in *Revista do IEB*, n. 41. São Paulo, 1996.

LEITE, Ascendino. "Arte e Céu, Países de Primeira Necessidade", in *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26/maio/1946.

LIMA, Sônia van Dijck. "O Livro que Saiu do Cânone", in *Revista da Anpoll*, n. 13. São Paulo, Humanitas/FFLCH-Universidade de São Paulo/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, jul.-dez./2002, pp. 195-216.

LINS, Álvaro. "Uma Grande Estreia", in *Correio da Manhã* (Jornal de Crítica). Rio de Janeiro, 12/abr./1946, p. 2.

MARTINS, Wilson. "*Sagarana*", in *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 29/jul./1946.

MILLIET, Sérgio. "*Sagarana*", in *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 19/maio/1946.

OLYMPIO, José. "Para Estimular o Trabalho dos Jovens 'Conteurs' Brasileiros: Origem, Significação e Utilidade do Prêmio 'Humberto de Campos'", in *Diário de Pernambuco*. Pernambuco, 17/maio/1936, p. 5.

PEREZ, Renard. "Perfil de João Guimarães Rosa", in *Em Memória de João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

PONGETTI, Henrique. "Cara ou Coroa: Saúva nos Loureiros", in *O Globo*. Rio de Janeiro, 8/maio/1946.

RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1962.

_____. *Garranchos*. Organização de Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro, Record, 2012.

REBELO, Marques. "Depoimento: O Prêmio Humberto de Campos", in *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, 4/mar./1939.

_____. "*Sagarana*", in *A Manhã*. Rio de Janeiro, 28/abr./1946.

_____. "Discurso na Sessão de Saudade", in *Em Memória de João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

REGO, José Lins do. "*Sagarana*". *O Globo*. Rio de Janeiro, 10/maio/1946.
RÓNAI, Paulo. "A Arte de Contar em *Sagarana*", in *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 14/jul./1946.
ROSA, João Guimarães. *Antes das Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2011.
_____. "Carta a João Condé", in *A Manhã*. Rio de Janeiro, 21/jul./1946.
_____. *Diário de Guerra*. São Paulo, Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). Acervo: João Guimarães Rosa. Código de ref.: JGR-EO-21, 1938-1941.
_____. *Estas Estórias*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
_____. *Magma*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
_____. *Sagarana*. Rio de Janeiro, Universal, 1946.
ROSA, Vilma Guimarães. *Relembramentos: João Guimarães Rosa, Meu Pai*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
SALLA, Thiago Mio. *Graciliano Ramos e a* Cultura Política*: Mediação Editorial e Construção do Sentido*. São Paulo, Edusp, 2016.
SANTOS, Cássia dos. "Um Concurso e Dois Autores: Anotações sobre a Concepção de Escrita de Graciliano Ramos", in *Revista da Anpoll*, n. 33. Brasília, jul.-dez./2012, pp. 115-33.
TORRES, João Camilo de Oliveira. "*Sagarana*", in *O Diário*. Minas Gerais, 7/jun./1946.
VIATOR [João Guimarães Rosa]. *Sezão* (*Contos*). São Paulo, Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). Acervo: João Guimarães Rosa. Código de ref.: JGR-M-01,01, 1937.
VILLAÇA, Antônio Carlos. *José Olympio: O Descobridor de Escritores*. Rio de Janeiro, Thex, 2001.

Doença de Chagas – mais de 100 anos depois de sua cientificamente brilhante descoberta, há poucas razões para se comemorar?

J. Antonio Marin-Neto

Constitui proeza científica singular na história da medicina a divulgação, em 1909, pelo médico brasileiro Carlos Chagas (1879-1934), de sua notável descoberta nos sertões de Minas Gerais. Descreveu ele, em detalhes clínicos, a fase aguda de nova entidade mórbida, causada por inédita espécie de parasito, o *Trypanosoma cruzi*, que isolara no sangue humano e no de outros mamíferos. E também identificou o ciclo fundamental de sua transmissão vetorial naquelas paragens, que incluía a

J. ANTONIO MARIN-NETO é professor titular de Cardiologia da Universidade de São Paulo e diretor da Unidade de Cardiologia Intervencionista do Hospital das Clínicas da FMRP-USP.

peculiar participação de inseto hematófago abundante na região, o famigerado "chupança", ou "barbeiro" (por preferir a face para picar), como era conhecido, entre outras sinonímias (Chagas, 1909).

NADA DE NOVO SOB O SOL? OU UM PASSADO INTANGÍVEL?

Como a corroborar a sabedoria proverbialmente derivada do milenar *Eclesiastes*[1], a recuperação de material genético do *T. cruzi* em múmia andina pré-colombiana atesta que essa parasitose já afetava o ser humano há pelo menos 9 mil anos (Aufderheide et al., 2004).

Também é verossímil a possibilidade de ter Charles Darwin sido acometido pela tripanossomíase americana[2], em vista de sua realística descrição de ter sido picado pelo vetor hematófago e de período imediato de doença febril subsequente – quando passou pelo território sul-americano em 1835, durante a épica viagem do HMS Beagle, que levaria à monumental elaboração da teoria da seleção natural e da consequente origem das espécies – e também de sintomas gerais e gastrointestinais, contraídos em fases posteriores de sua vida[3].

Mais desconcertante é o ocorrido exatos dez anos antes da descoberta de Carlos Chagas, conforme relato documental recente por pesquisadores norte-americanos, que inclusive hipoteticamente reivindicam para aquele episódio a origem do termo *kissing bug* aplicável ao inseto hematófago (Garcia et al., 2015). De fato, eles constataram relatos múltiplos durante o ano de 1899, em diversos jornais de várias cidades nos EUA, de ocorrência repentina de ataques a centenas de humanos por *kissing bugs*. Embora se associasse a inúmeros sintomas, causando muitas hospitalizações e mesmo provocando alguns óbitos, aparentemente o surto microepidêmico assim desencadeado desvaneceu-se de forma tão inopinada quanto aquela como surgira. E mesmo ocasionando, em alguns locais do território norte-americano, verdadeira histeria coletiva, esse intrigantemente plausível capítulo da trajetória nosológica da doença de Chagas perdeu-se na incerta penumbra da história[4].

Se me fosse concedida liberdade de parafrasear o genial escritor baiano João Ubaldo Ribeiro, quando afirmava, em seu idiossincrático *Viva o Povo Brasileiro*, que o "problema da Verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias", eu diria que esse é também o problema da História, essa preciosa e incomparável ciência da intelectualidade humana. Porquanto é necessário remontar ao passado, mas sempre com base apenas em evidências elusivas (*histórias*) ligadas aos presumíveis *fatos*, que, contudo, não mais são passíveis de se testemunharem diretamente, como ocorrências propriamente ditas.

1 "[…] que foi é o que há de ser; e o que se fez, isso se tornará a fazer; nada há, pois, novo debaixo do Sol" (*Eclesiastes* 1:9).

2 Hipótese formulada, entre outros, por Clóvis Bühler Vieira, quando professor de Gastroenterologia da FMRP-USP, em 1965.

3 Embora o tema seja controverso, para breve revisão das evidências que subsidiariam esta hipótese, ver Bernstein (1984).

4 Para detalhes da relação de notícias veiculadas nos jornais da época, ver Garcia et al. (2015).

UM CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO EM CONSTANTE TRANSIÇÃO – AINDA UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA, ESPECIALMENTE NA AMÉRICA LATINA, MAS NÃO MAIS SOMENTE NELA

A doença de Chagas constitui a terceira entidade nosológica com maior expressão populacional de cunho global entre as moléstias infecciosas tropicais, após a malária e a esquistossomose. E, especificamente no hemisfério ocidental, representa a moléstia de maior sobrecarga médico-social entre as parasitoses humanas, como consequência direta de sua elevada morbimortalidade. Assim, é responsável por sete vezes mais anos de vida perdidos, ajustados para os inúmeros agravos incapacitantes de saúde sofridos antes da morte, em comparação com a malária (WHO, 2015). Por sua característica de antropozoonose, dispondo de amplo reservatório de animais infectados, além do ser humano – e de extensa gama de vetores –, é virtualmente impossível erradicá-la completamente.

Ainda endêmica em praticamente todo o subcontinente latino-americano, é justificadamente classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como moléstia negligenciada (Marin-Neto et al., 2014). Também é reflexo natural direto das condições precárias de educação, saneamento, habitação e baixa renda econômica em que vivem os estimados 70 milhões ainda expostos ao risco de infecção pelo agente causal, o *Trypanosoma cruzi*. Este aspecto perverso de sua epidemiologia é ilustrado pelo eloquente contraste entre a expressiva redução do número estimado de pessoas atualmente infectadas – de 30 milhões em 1990 para cerca de 7 milhões em 2010 – e a escassa diminuição, de apenas 30%, quanto ao número de indivíduos ainda expostos ao risco de infecção – de 100 milhões em 1990 para cerca de 70 milhões em 2010 (Rassi Jr. et al., 2010).

Esse grave cenário geral, por si bastante desalentador, tornou-se, em décadas recentes, ainda mais sombrio, em razão de sérios desdobramentos epidemiológicos. Desde 2006 havia-se testemunhado ganho inequívoco com o controle da transmissão da doença pelo principal vetor domiciliado até então no Brasil, o *Triatoma infestans*. Isso era fruto de mais de 20 anos de programa sistemático e centralizado de campanhas inseticidas ocasionadas pela iniciativa do Cone Sul. Entretanto, vive-se atualmente séria ameaça à sustentabilidade desse controle, em razão do enfraquecimento das ações descentralizadas de vigilância sanitária, que, em muitos locais do território nacional, passaram a um controle municipal claramente inadequado e insuficiente[5].

Há também o problema atual de inúmeros vetores – alguns já domiciliados e outros silvestres, mas com grande potencial de adaptação ao contato com o ser humano –, que são altamente infectados em território boliviano e que podem devassar as fronteiras brasileiras. E ainda se constata hoje nítido recrudescimento da transmissão vetorial da doença na região amazônica (Valente et al., 1998; Coura et al., 2002; Aguilar et al., 2007), onde o deflorestamento indiscriminado de vastas áreas geográficas

5 Entrevista com José Rodrigues Coura, por Katia Machado, in *Radis, Comunicação em Saúde*, 81, maio de 2009, pp. 20-1.

ensejou o contato de seres humanos com novos insetos hematófagos infectados pelo *T. cruzi*, que se tornam rapidamente domiciliados nas pobres e precárias moradias. O professor Rodrigues Coura, pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz, muito apropriadamente rotulou a Amazônia como "a última fronteira da doença de Chagas". Pois há ampla e munificente documentação, inclusive em 2015 e 2016, de numerosos surtos microepidêmicos de infecção aguda pelo *T. cruzi* especialmente no Pará, Ilha de Marajó, Acre, Amazonas e outros estados. Muito oportunamente, desde 2013 existe relato detalhado dessas ocorrências em várias localidades do Pará, elaborado pelas professoras da Universidade Federal do Pará Dilma S. M. de Souza e Maria Rita C. Monteiro, na forma de um manual de recomendações para o diagnóstico, tratamento e seguimento ambulatorial de portadores da doença de Chagas.

Essa nova inflexão epidemiológica assume requintes de crueldade sociológica, quando se considera que em anos recentes a transmissão da doença passou a ocorrer – talvez predominantemente – sob nova forma, pela ingestão de cargas volumosas de parasitos, quando alimentos – como os baseados em açaí, preparados sem condições higiênicas adequadas – se contaminam pela maceração conjunta de restos ou mesmo de insetos transmissores inteiros (Coura et al., 2006). Essa forma de transmissão oral da doença reveste-se de maior gravidade, porquanto a carga parasitária recebida é muito maior do que quando a contaminação se relaciona à picada do inseto, e também por ser a mucosa do trato digestório superior muito permeável ao parasito. Por conta desses fatores, em alguns surtos microepidêmicos a fase aguda da doença associou-se a não negligível taxa de mortalidade. Típica expressão da precária inclusão social vigente, essa forma de transmissão oral seria passível de controle mais efetivo, se medidas educacionais de incentivo a uma melhor higienização dos alimentos forem implementadas.

Todavia, o mais conspícuo aspecto dessa atual fase de transição epidemiológica liga-se à emigração de milhões de latino-americanos, cronicamente infectados, para países mais afluentes economicamente (Schmunis, 2007). Dessa maneira, somente nos EUA estima-se a presença de pelo menos 300 mil portadores da doença de Chagas (Bern et al., 2007; 2009). O mesmo fenômeno se registra em quase todos os países europeus (Guerri-Guttenberg, 2008; Gascon et al., 2009; DiGirolamo et al., 2016) – com destaque para a Espanha, onde 60 a 80 milhões de infectados se estima ali viverem –, no Japão e na Austrália. Um efeito paradoxal bem-vindo desse alastramento dos indivíduos vitimados pela doença de Chagas reside em renovado interesse por suas proteiformes manifestações e na consequente demanda por soluções médicas e sociais. Assim, a Espanha e os Estados Unidos congregam atualmente vários centros de pesquisa em torno do problema. Isso tem potencial para eventualmente retirar a doença do rol das mais negligenciadas entre as de cunho tropical. Em contexto francamente desanimador, havendo até hoje somente dois agentes farmacológicos comprovadamente tripanossomicidas disponibilizados para uso clínico, já há cerca de 40 anos, são auspiciosas as iniciativas correntes testando fármacos novos e promissores – fosravuconazol, fexinidazol – em confronto com o clássico benznidazol ou a ele associados, conforme pesquisas

em andamento sob patrocínio de programas em órgãos como o DNDi (Drugs for Neglected Diseases initiative), ligado à OMS (DNDi Chagas Disease Programme, 2017). Em aditamento, trabalhos recentes têm sido publicados sobre pesquisas já concluídas em humanos tratados com tripanossomicidas novos, infelizmente com resultados inferiores aos obtidos com o comparador fundamental, o benznidazol (Molina et al., 2014; Morillo et al., 2017). Embora tais estudos sejam ainda de alcance clínico bastante limitado, traduzem perspectivas encorajadoras no sentido de prover o campo das investigações sobre a doença de Chagas de iniciativas muito valiosas.

NÃO HÁ PADRÃO-OURO PARA COMPROVAÇÃO ETIOLÓGICA DA INFECÇÃO CRÔNICA PELO *T. CRUZI*. MAS... E QUANDO ESSA COMPROVAÇÃO SURPREENDENTEMENTE FALHA?

Em decorrência da escassa parasitemia, a comprovação do diagnóstico etiológico não se faz habitualmente por técnicas diretas de detecção do *T. cruzi* (intacto ou de seus componentes) em portadores da doença de Chagas em sua fase crônica. Em vez disso, diversos métodos diagnósticos são baseados na detecção de anticorpos circulantes contra o agente causal. Persiste alguma controvérsia quanto à relativa eficácia de cada um desses métodos, em termos de sensibilidade (a real capacidade de detectar, sendo o resultado positivo, todos os casos verdadeiros) e de especificidade (o especular poder do método em não gerar falsos resultados positivos quando a infecção não estiver presente). Essa multiplicidade de recursos acaba por desembocar na ausência de um método que seja unanimamente aceito como padrão-ouro, e enseja a desconfortável sensação espelhada ironicamente pelo aforismo popular: quando há muitos, não há nenhum…

A despeito da limitação apontada acima, de forma geral admite-se que os exames que empregam atualmente essas técnicas sorológicas sejam superiores, por exemplo, ao tradicional método baseado em fixação de complemento, de Guerrero e Machado, que tão relevante papel histórico desempenhou para o conhecimento da doença de Chagas. Em apoio direto a esse conceito pode-se aduzir a evidência do efetivo controle da transmissão por via transfusional, quando esses testes sorológicos passaram a ser compulsoriamente realizados em bancos de sangue, especialmente na esteira do controle da transmissão do HIV, a partir da década de 1980.

Entretanto, aspecto preocupante, de percepção recente e ainda obscuro é a falha em detectar com provas sorológicas a evidência da infecção crônica pelo *T. cruzi* em casos altamente suspeitos dessa condição. Isso tem sido verificado com frequência alarmante em indivíduos com antecedentes epidemiológicos francamente compatíveis com a possibilidade de terem sido infectados muitos anos antes, pois residiam em vivendas onde abundavam os insetos transmissores, às vezes tendo familiares com diagnóstico de doença de Chagas comprovado ou suspeito por morte súbita precoce. Mais significativamente, o exame clínico desses indivíduos indicava a presença de alterações cardíacas muito sugestivas desse diagnóstico, às vezes incluindo-se o virtualmente patognomônico aneurisma da

ponta. Contudo, a prova sorológica da infecção pelo *T. cruzi* em vários desses casos mostrava-se consistentemente negativa.

Há poucos anos relatamos, durante congresso internacional, o encontro de algumas dezenas de casos sucessivos com essas características, a partir de amostra populacional de pacientes que nos foram encaminhados para realização de cateterismo cardíaco diagnóstico e coronariografia, entre 1º de julho de 2011 e 31 de dezembro de 2012, pois eram todos portadores de dor precordial suficientemente intensa e iterativa, para demandar a realização desses exames (Pavão et al., 2013). Caracteristicamente, não havia obstruções coronárias significativas, mas encontravam-se as típicas alterações de contratilidade ventricular regional, um sinal inequívoco ligado à etiologia da doença de Chagas. Estranhamente, de 65 pacientes, incluindo 28 em que o aneurisma de ponta foi detectado, apenas 11 (17%) tiveram a etiologia da infecção tripanossomótica confirmada por teste de imunofluorescência positiva para anticorpos contra o parasito. Em nossa instituição, esse tipo de situação também tem sido constatado pelo professor Ricardo Brandt de Oliveira, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) daUSP, que se dedica ao estudo de alterações de etiologia da doença de Chagas em órgãos do sistema digestório. O professor Brandt de Oliveira tem observado diversos pacientes, portadores de graus variáveis de esofagopatia e/ou colopatia, sem a correspondente comprovação de um teste sorológico positivo.

O contexto dessa dissociação diagnóstica entre as evidências clínicas da doença de Chagas e a negatividade da sorologia específica, que deveria corroborar o diagnóstico, é especialmente preocupante quando se considera que, de acordo com as normas vigentes, inclusive pela OMS, uma prova sorológica negativa seria suficiente para se descartar o diagnóstico etiológico, mesmo em indivíduos com alto grau de suspeição da doença. Sendo assim, esses indivíduos são habitualmente credenciados para doação sanguínea ou de órgãos sólidos e, com esses resultados falsamente negativos da sorologia, tornam-se potenciais transmissores da infecção pelo *T. cruzi*. Há cerca de dez anos relatamos o caso surpreendente de paciente receptora de um transplante hepático, realizado pela equipe do professor Orlando Castro e Silva da FMRP-USP, paciente esta que, dez meses depois, desenvolveu um quadro muito grave de fase aguda da doença de Chagas. A intensa miocardite, comprovada por biópsia do coração, que efetuamos como recurso derradeiro, com a paciente em estado tóxico-infeccioso grave, quase *in extremis*, para corroborar um diagnóstico que era considerado improvável, dado que tanto a paciente receptora como o doador do fígado haviam testado negativamente para a doença de Chagas, revelou a presença no tecido cardíaco de incontáveis parasitos em plena multiplicação tissular (Souza et al., 2008). Embora a infecção aguda fosse prontamente debelada por medicamento anti-*T. cruzi*, com recuperação clínica praticamente completa pouco tempo após, o coração, testado por exames de imagem, não teve restabelecimento total. Persistiu sequela que, provavelmente, viria a ter ligação com o óbito súbito da paciente, ocorrido já em fins de 2016, como me foi relatado pelo dr. Ajith Sankarankutty, da equipe responsável pelo seguimento tardio dos pacientes transplantados hepáticos. Informação adicional colhida em retrospecto referia que, tendo o mesmo doador hepático

à nossa paciente sido fonte de dois rins para transplante, em um dos receptores desses órgãos também se verificou fase aguda da infecção tripanossomótica. Isso corrobora, ainda que de forma circunstancial, que o doador dos três órgãos transplantados era um portador de sorologia falsamente negativa para a doença de Chagas.

É oportuno salientar que pacientes recebendo transplante de orgãos infectados pelo *T. cruzi*, como a paciente descrita, são especialmente vulneráveis à instalação de fase aguda da doença de Chagas, pois, para se evitar a rejeição do órgão, são tratados com regimes terapêuticos imunossupressores, que facilitam a multiplicação do *T. cruzi*.

Não há ainda explicação concreta para esse tipo de hiato diagnóstico. É possível que ocorra simplesmente erro técnico na execução do exame sorológico – "*kit* reacional de má qualidade", por exemplo –, mas essa prosaica explicação é improvável para muitos casos. Poderia estar a ocorrer inibição da reação detectora dos anticorpos dirigidos contra o agente etiológico, por substâncias presentes no sangue dos indivíduos testados? Na década de 1980, tornou-se popular o rumor envolvendo o chamado "pó de Catanduva", que, se não me falha a memória, seria alegadamente dotado de propriedades negativadoras dos testes para detectar a doença de Chagas em humanos. Ou talvez se trate de real ausência ou paucidade relativa de anticorpos, possivelmente em decorrência de a infecção já ter sido de fato erradicada (pacientes tratados com tripanossomicidas em passado remoto?). Se essa última hipótese se mostrasse confiável, seria necessário admitir que ou a doença já havia progredido bastante antes de o agente etiológico ter sido erradicado ou, alternativa menos plausível, que as consequências clínicas pudessem se instalar mesmo na ausência do *T. cruzi* nos tecidos do organismo humano. Mas essa noção deve ser abordada em maior detalhe, em outro ponto ulterior neste texto, e também se indigita aqui a necessidade de aprofundarem-se pesquisas direcionadas ao esclarecimento desses aspectos ominosos da exteriorização da doença de Chagas.

AVANÇOS QUANTO À COMPREENSÃO E AO MANEJO CLÍNICO DE PORTADORES DA DOENÇA DE CHAGAS

Registrou-se progresso sensível nas útimas décadas, quanto à concepção e ao manejo clínico dos pacientes portadores da infecção crônica por *T. cruzi*, e cursando com as variadas formas e estágios evolutivos da doença de Chagas. Excepcional conquista foi a formulação do escore de Rassi para se estratificar o risco de sobrevir o óbito em portadores da cardiopatia da doença de Chagas, com base em características clínicas e laboratoriais simples (Rassi Jr. et al., 2006). De especial realce é também a compreensão atual de que àquele indivíduo com a chamada *forma indeterminada* da doença – sem sintomas ou sinais físicos da moléstia e com exames simples, como o eletrocardiograma e os radiológicos de esôfago e cólon, dentro da normalidade – deva ser dispensado apenas um acompanhamento sem qualquer estigmatização médica ou social. Afinal, diversos estudos de evolução espontânea a longo prazo evidenciaram que esses indivíduos têm expectativa de vida comparável à dos de mesma faixa etária, não infectados pelo *T. cruzi*. Portanto, enquanto permanecerem com a forma indeterminada requerem ape-

nas seguimento anual ou mesmo bianual, repetindo-se o eletrocardiograma simples, mas não se devendo impor qualquer restrição para atividades físicas ou intelectuais, inclusive em profissões com responsabilidade social mais diferenciada, como condutores de veículos públicos ou pilotagem de aviões, por exemplo (Marin-Neto et al., 2010).

O acentuado sentido humanístico dessa mentalidade e conduta médica vem sendo preconizado há bastante tempo, entre outros, pelo professor Wilson Oliveira Jr., de Recife, e foi ratificada recentemente quando publicamos o *Primeiro Consenso Latino-Americano para o Diagnóstico e Tratamento da Cardiopatia Chagásica* e o *Segundo Consenso sobre a Doença de Chagas*, editados respectivamente por Andrade et al. e Dias et al.

A ETIOPATOGENIA DA CARDIOPATIA CRÔNICA DA DOENÇA DE CHAGAS: ESFINGE QUE CONTINUA A DEVORAR PORQUE AINDA NÃO A DECIFRAMOS POR COMPLETO

Em sua fase crônica, a cardiomiopatia constitui a mais frequente e mais grave das manifestações da doença de Chagas, sendo responsável por relevante morbimortalidade, especialmente em muitos países da América Latina. Sua patogênese continua a ser incompletamente compreendida, mas admite-se que pelo menos quatro mecanismos participem da gênese das extensas e intensas alterações cardíacas nessa forma da doença: os distúrbios do sistema nervoso autônomo e da microcirculação coronariana devem contribuir como mecanismos ancilares para o aparecimento da disfunção cardiovascular, mas são as alterações inflamatórias diretamente ligadas à persistência parasitária e as consequentes reações imunológicas adversas surperimpostas que são hoje consideradas essencialmente responsáveis pelas lesões da cardiomiopatia crônica (Marin-Neto et al., 2007).

A fisiopatologia relacionada às reações imunológicas na fase crônica da doença de Chagas é extremamente complexa e assume caráter de verdadeira "espada de dois gumes" quanto à gênese das lesões cardíacas (Rassi Jr. et al., 2017). Assim é que, inegavelmente, existem respostas protetoras do sistema imunológico do hospedeiro que contribuem para conter a multiplicação parasitária em níveis mínimos; isso é evidenciado pela constatação de que em condições que deprimem a atividade do sistema imunológico (e. g. quando há coinfecção pelo vírus causando a Aids ou na vigência de imunodepressão iatrogênica em indivíduos transplantados de órgãos) ocorre intensificação da parasitemia, do parasitismo tissular e das alterações inflamatórias a ele associadas. Em contraposição a esses efeitos protetores, acumularam-se evidências, tanto em modelos experimentais de infecção pelo *T. cruzi* como também na doença de Chagas humana, de que a inflamação miocárdica apresenta nítida feição de real agressão de base imunológica aos tecidos. Tais evidências são compatíveis com a possibilidade de que para a etiopatogênese da cardiopatia da doença de Chagas concorra um estado de desequilíbrio imunológico em que linhagens celulares pró-inflamatórias sejam preferentemente ativadas, em detrimento de linhagens celulares efetoras de mecanismos regulatórios que inibiriam a inflamação tissular (Dutra et al., 2008). Ainda nesse contexto, relatos recentes expõem a noção de que esse desequilíbrio imunológico possa

ter sua base em polimorfismos genéticos do hospedeiro humano infectado pelo *T. cruzi*. (Cunha-Neto & Chevillard, 2014). De acordo com essa hipótese, aí poderia estar uma pista plausível para se desvendar o enigma de por que somente 30%-40% dos humanos infectados cronicamente desenvolvem a doença de Chagas propriamente dita (isto é, seriam geneticamente suscetíveis), enquanto os demais persistem por toda a vida com a forma indeterminada, isto é, sem manifestações clinicamente evidenciáveis (Rassi Jr. et al., 2017).

Já a teoria da persistência parasitária como o fator patogenético crucial para instalação e recrudescimento progressivo das lesões miocárdicas crônicas está apoiada firmemente em vários indícios: 1) contrariamente aos estudos que empregam técnicas histológicas convencionais, pesquisas em material humano de biópsias endomiocárdicas e de necrópsias com métodos imuno-histoquímicos ou baseados em PCR (Polymerase Chain Reaction) permitiram detectar material parasitário nitidamente associado aos infiltrados inflamatórios (Higuchi et al., 1993; Bellotti et al., 1996); 2) o material genético do *T. cruzi* pode ser consistentemente detectado no tecido miocárdico de indivíduos portadores da cardiomiopatia da doença de Chagas, mas não usualmente no daqueles sorologicamente positivos mas sem manifestações clínicas cardíacas (Jones et al., 1992); 3) em animais de experimentação a intensidade do parasitismo tissular correlaciona-se nitidamente com o recrudescimento das alterações inflamatórias causando morte celular (Zhang & Tarleton, 1999); também em modelos experimentais o tratamento com diversos agentes tripanossomicidas, mesmo sem erradicar o parasito, atenua as manifestações inflamatórias (Andrade et al., 1991; Garcia et al., 2005; Bahia et al., 2012).

E SE (ENQUANTO) NÃO SE COMPROVA IRRETORQUIVELMENTE A TEORIA DA PERSISTÊNCIA PARASITÁRIA COMO MECANISMO PATOGENÉTICO PRIMÁRIO E ESSENCIAL, COMO FICAM OS INDIVÍDUOS AFLIGIDOS PELA INFECÇÃO COM O *T. CRUZI* ?

Com embasamento nos indícios e evidências acima expostos, atualmente muitos pesquisadores convergem para um consenso tácito de que a persistência parasitária seja o fator-chave causador da miocardite crônica, de baixa intensidade mas virtualmente incessante, acarretando progressiva destruição do músculo cardíaco e sua substituição por tecido inerte, sem capacidade contrátil, de fibras colágenas. Esse conceito havia sido negligenciado por muito tempo em função de teorias patogenéticas como a neurogênica e a da autoimunidade da cardiomiopatia da doença de Chagas. Em essência, com esse consenso recuperou-se a noção de que não somente em sua fase aguda, mas também na fase crônica, a doença de Chagas e a cardiomiopatia por ela causada se comportam como real entidade infecciosa, em que o parasito não é efetiva e inteiramente debelado, apesar da proteiforme resposta imunológica defensiva do organismo humano, mas persiste incessantemente causando inflamação e reação imune adversa.

O corolário da teoria patogenética da persistência parasitária consiste na hipótese de que o tratamento tripanossomicida possa alterar, de forma benéfica, o curso da doença

de Chagas em sua fase crônica. Em outros termos, que se pudesse, com esse tratamento etiológico, evitar ou ao menos minimizar a progressão das lesões miocárdicas. De fato, experiências pioneiras nesse campo de investigações davam alento a essa expectativa, porém de forma muito limitada, pelas diminutas amostras populacionais testadas, e, principalmente, pelo fato de os estudos serem quase sempre apenas observacionais, sem real capacidade de fornecer prova científica sobre o alcance do tratamento, mesmo congregados em meta-análises após revisões sistemáticas da literatura (Villar et al., 2002; Villar et al., 2014).

A partir de uma visita ao Brasil, em 2002, do professor Salim Yusuf, chefe do Departamento de Cardiologia da McMaster University, no Canadá, e um dos três cientistas mais citados em todos os tempos na área de cardiologia, por suas pesquisas de largo alcance em múltiplos contextos de tratamento de inúmeras afecções cardiovasculares (mas não de doença de Chagas), encetamos os trabalhos de montagem de um estudo multicêntrico, internacional, com real capacidade de prover resposta àquele desafio: em 3 mil indivíduos cronicamente infectados pelo *T. cruzi* e já portadores de cardiomiopatia da doença de Chagas, de forma duplo-mascarada (sem conhecimento pelo paciente e por seu médico responsável), os efeitos do tratamento com o melhor (longe de ideal, contudo) remédio tripanossomicida, o benznidazol, seriam cotejados com os do placebo (preparação desprovida de ação farmacológica efetiva). Para tal comparação o estudo deveria prosseguir por cerca de cinco anos, em média, de acompanhamento dos indivíduos arrolados, com rigorosa monitorização das eventuais complicações temíveis da doença, como a insuficiência cardíaca, a necessidade de se recorrer ao implante de marcapassos, ao transplante cardíaco e a própria morte. O protocolo do estudo, inicialmente elaborado pelo professor Anis Rassi e pelo dr. Anis Rassi Jr., embasado em seu estudo prévio de cerca de 420 pacientes seguidos por quase nove anos (Rassi Jr. et al., 2006), considerava a razoável possibilidade de se obter redução absoluta da ordem de 6% (redução relativa de 20%, a partir do estimado para o grupo-controle com 30% em cinco anos) na incidência daqueles desfechos graves, no grupo efetivamente tratado com benznidazol, em comparação ao grupo-controle recebendo apenas o placebo (Marin-Neto et al., 2008).

Esse estudo, mundialmente conhecido pelo acrônimo Benefit, teve o recrutamento iniciado com o primeiro paciente inserido em novembro de 2004, em nossa instituição, em que o investigador principal, dr. André Schmidt, foi responsável pelo arrolamento de 260 indivíduos com cardiopatia da doença de Chagas. O recrutamento desenvolveu-se penosamente e só terminou em novembro de 2011, envolvendo 49 centros de pesquisa em cinco países latino-americanos: 1.358 pacientes arrolados no Brasil, 559 na Argentina, 502 na Colômbia, 357 na Bolívia e 78 em El Salvador. Ao cabo de um período de seguimento médio de 4-5 anos os resultados não evidenciaram que o tratamento com o benznidazol reduzisse a incidência dos graves desfechos clínicos observados, comparativamente ao verificado no grupo-controle, tratado com placebo (Morillo et al., 2015).

Em face de tais resultados do estudo Benefit, uma primeira e óbvia conclusão é de que a hipótese essencial não se confirmou: ou seja, para pacientes já cardiopatas, com o perfil dos recrutados no estudo, o regi-

me terapêutico empregado à base do melhor (embora não ideal) tripanossomicida clinicamente disponível não se mostrou benéfico e não se conseguiu evitar as mais graves consequências do processo patológico da doença de Chagas. Mas, então, significaria isso também que a teoria patogenética da persistência parasitária, postulada como mecanismo essencial para as lesões cardíacas nessa doença, deveria ser revogada? Seria tentador para alguns pesquisadores assim concluir, até pelo fato de que o tripanossomicida foi eficaz em reduzir a carga parasitária, pelo menos quanto à sua detecção no sangue circulante. Mas, certamente, a resposta àquela indagação deve ser negativa e a teoria não deve ser revogada. São múltiplas as razões a embasar esta convicta assertiva, que podem ser encontradas quando se considera o contexto amplo do estudo Benefit, suas limitações e características metodológicas, e seu alcance científico pleno.

Em primeiro lugar, o estudo pode ser perfeitamente válido e seus resultados neutros estarem a espelhar simples e fidedignamente que, nesse estágio de cardiopatia já estabelecida, o tratamento tripanossomicida não mais seria eficaz e as lesões miocárdicas presentes, sendo irreversíveis, já condicionariam os desfechos; portanto o remédio estaria chegando tardiamente. Se esta conclusão for verdadeira, por que não teríamos optado por realizar o estudo com indivíduos portadores da forma indeterminada da doença de Chagas, supostamente antes de as lesões cardíacas mais ominosas se estabelecerem? A objeção a essa alternativa de estudo é que ela simplesmente seria inexequível em uma doença com história natural tão longa, do ponto de vista logístico, pois seria necessário acompanhar por 3-5 décadas vários milhares de indivíduos com a forma indeterminada, para se poder averiguar o efeito do tratamento etiológico sobre as tardias manifestações e complicações da cardiopatia.

Em segundo lugar, diversas circunstâncias e condições inapropriadas que ocorreram durante o estudo podem ter contribuído para impedir que um eventual real benefício do tratamento tripanossomicida em nossos pacientes fosse detectado. Assim, o protocolo originalmente concebido foi alterado para estender-se a faixa etária amostral, o que pode ter "diluído" o número de desfechos causalmente atribuíveis à doença de Chagas entre os mais idosos. Em alguns países como a Argentina e a Bolívia a taxa de eventos em ambos os grupos situou-se em níveis alarmantemente baixos se comparada com a verificada, por exemplo, no Brasil; no conjunto geral dos países, a taxa de eventos observada no grupo-controle (recebendo placebo) foi inferior à divisada no protocolo original, e o estudo pode ter sido vitimado por carência de poder estatístico para detectar eventual diferença entre os grupos. Embora habitualmente o processo da randomização, aliado ao vultoso número amostral, assegure que os dois grupos de um estudo sejam adequadamente balanceados quanto às demais características influentes sobre o desfecho, surpreendentemente, no caso de nosso estudo Benefit, de seis características determinantes de mau prognóstico pelo escore de Rassi (Rassi Jr. et al., 2007), cinco eram mais frequentes no grupo tratado com o tripanossomicida do que no grupo testemunho, tratado com placebo. Mas, infelizmente, não se reportou qualquer ajuste para tais diferenças basilares (Morillo et al., 2015).

Em terceiro lugar, deve ser enfatizado que, embora a definição do desfecho composto primário englobando vários eventos adversos seja usualmente defensável, para doença de decurso tão protraído como a doença de Chagas, na qual vários deles podem se suceder, o método de análise baseado na ocorrência do primeiro evento pode ter sido inadequado para os propósitos do estudo. E, de fato, embora sem atingir-se a significância estatística, praticamente todos os componentes do desfecho composto tiveram sua incidência reduzida no grupo tratado ativamente, em comparação com o que se observou no grupo-controle (Morillo et al., 2015). Ademais, um evento adverso dos mais significativos clinicamente, a internação por insuficiência cardíaca, ocorreu menos no grupo tratado do que no controle, mas não foi incorporada ao desfecho composto primário do estudo (Rassi et al., 2017).

Finalmente, os resultados do estudo Benefit, como publicados em primeira instância, necessitam de mais criteriosa análise quanto à diversidade geográfica encontrada, em especial atentando-se para a possibilidade de variantes nos subtipos parasitários geneticamente determinados influírem na suscetibilidade do *T. cruzi* ao tratamento tripanossomicida com o benznidazol e, por conseguinte, também afetarem diferenciadamente os desfechos clínicos observados nos países participantes do estudo. Nesse sentido, no Brasil, onde o TcII é mais prevalente (Zingales et al., 2014), os resultados do estudo mostraram acentuada tendência a atingir-se a significância estatística ($p = 0.06$) para a redução relativa de 15% (4,4% em termos absolutos) no desfecho composto primário. Isto, embora não possa ser tomado como prova científica, permite levantar a hipótese de que para a população brasileira de indivíduos cronicamente infectados pelo *T. cruzi*, mesmo já cardiopatas, o tratamento etiológico ainda consiga conferir certo grau de benefício (Rassi et al., 2017).

Essa interpretação dos resultados do estudo Benefit obviamente é sujeita à crítica de constituir apenas análise de subgrupo, por isso induz somente à geração de hipótese a ser testada em estudo específico. Infelizmente, não há no momento perspectiva de que isso seja viável científica e economicamente. Portanto, cientistas e especialmente médicos que lidam com indivíduos cronicamente infectados pelo *T. cruzi*, no Brasil, estão hoje confrontados com o dilema: tratar ou não seus pacientes cardiopatas com o benznidazol? Haverá seguramente pesquisadores e médicos não propensos a adotar a conduta de tratar, com a justificativa de que, enquanto não se dispuser de mais evidência de benefício, será preferível não adotar um recurso terapêutico sem eficácia comprovada e não desprovido de efeitos colaterais sérios (ainda que o estudo Benefit tenha, como subproduto, demonstrado serem eles menos graves do que se supunha). Entretanto, para os pacientes brasileiros com cardiopatia em fases ainda não avançadas, acredito que seja plausível oferecer a opção de um tratamento tripanossomicida durando apenas 2-3 meses, na forma de uma decisão compartilhada (por médico e paciente). À luz dos presentes conhecimentos, não é possível condenar, seja quem adote a conduta, seja quem a rejeite[6]. Há, tão somente, a chance de acerto

6 "Ciência e Humanismo, Ainda É Possível Conciliar?", in *Jornal da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista*, ano XV (3), 2012, pp. 16-9.

versus o risco de erro de conduta, como é típico de situações em que não há ainda evidências conclusivas sobre a conduta terapêutica (lembrando que a ausência de prova, nessas circunstâncias, não é prova da inexistência de um benefício plausível). Assim, creio que, como expusemos anteriormente, o risco de cometer-se o erro beta (deixar de adotar conduta que futuramente se demonstre benéfica) é menos aceitável do que o risco do erro alfa (adotar conduta que no futuro se comprove ineficaz) (Marin-Neto et al., 2014). E, finalmente, conforme exposto em nossa publicação original do estudo, os presentes resultados não deverão desviar os pesquisadores envolvidos da missão de investigar novos agentes tripanossomicidas, com protocolos mais efetivos e menos sujeitos a efeitos colaterais indesejáveis (Morillo et al., 2015).

CARLOS CHAGAS – MARCADO PELA ANTEVISÃO DA TRAGÉDIA SOCIAL QUE DESCORTINOU?

Sabe-se que Carlos Chagas desapareceu precocemente por morte súbita aos 55 anos de idade, após período final de vida repassada de grande amargura, segundo depoimentos de familiares e amigos próximos. E é bem provável que essa amargura decorresse das vicissitudes ligadas à negação, por alguns médicos e acadêmicos contemporâneos, de aspectos da conquista científica que tão penosa e competentemente havia amealhado. Isso deve ter-lhe causado grande infortúnio, talvez o gatilho adicional para morte súbita em tabagista inveterado que era. Mas é também plausível que sua grande perspicácia humanística lhe tenha propiciado a antevisão do tragicamente real significado social da moléstia que revelara ao mundo, por afligir literalmente milhões de indivíduos desvalidos em vastas áreas do território brasileiro. Em acerbo contraste com a negativa de parte da comunidade acadêmica em aceitar a própria existência da entidade mórbida, possivelmente Carlos Chagas pressentisse o caráter de tragédia nacional que se desvendava a partir de sua descoberta, e que se desenrola em múltiplos atos e capítulos deploráveis socialmente até hoje.

Há alguns anos, em entrevista com o dr. Marcelo Queiroga, então presidente da Sociedade Brasileira de Hemodinânica e Cardiologia Intervencionista, tracei rápido paralelo entre os retratos fotográficos e psicológicos de Carlos Chagas e de Euclides da Cunha[7]. Com destaque, além dos portentosos bigodes pretos que então ostentavam, para o similar aspecto fisionômico de ambos, trigueiros, sempre muito graves, circunspectos e austeros, em todas as fotografias e pinturas que vi desses geniais brasileiros[8]. Eu havia comentado essas semelhanças com várias pessoas e solicitado que me notificassem sobre qualquer documento de Carlos Chagas rindo ou aparentando alguma alegria. Finalmente, em 11 de março de 2010 o professor Anis Rassi enviou-me de Goiânia foto em que Chagas esboça meio-

7 Euclides da Cunha, fotografado em sua última residência, em Copacabana, em 1909, conforme aparece no livro de Roberto Ventura, *Retrato Interrompido da vida de Euclides da Cunha*, organizado por Mário Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana (São Paulo, Companhia das Letras, 2003).

8 Gravura de Carlos Chagas, publicada na *Revista da Semana*, em 15 de dezembro de 1923, conforme aparece na página 162 do livro *Carlos Chagas, Um Cientista do Brasil*, editado por Simone Petraglia Kropf e Aline Lopes de Lacerda (Rio de Janeiro, Fiocruz, 2009).

-sorriso[9], quase um esgar, escaneada a partir do ricamente ilustrado livro editado pelas historiadoras Simone P. Kropf e Aline L. de Lacerda, *Carlos Chagas, um Cientista do Brasil*. É oportuno assinalar que no mesmo ano de 1909, enquanto Carlos Chagas despontava para o mundo científico por sua brilhante descoberta, Euclides da Cunha, já reconhecido e famoso literariamente, era miseravelmente vitimado por outra tragédia de clássicos contornos gregos, assassinado por causa de drama familiar com desfecho que certamente lhe pareceu inevitável sem seu derradeiro e desatinado encontro com a morte. Há numerosos indícios de ter Euclides, como talvez Carlos Chagas, sido marcado para sempre pela visão presencial da apocalíptica tragédia de Canudos, da qual documentou os últimos e pungentes atos e que depois denunciou – em seu grande livro *Os Sertões*, narrado à guisa de verdadeira epopeia às avessas – como verdadeira loucura e crime de uma nacionalidade[10].

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, H. M. et al. "Chagas Disease in the Amazon Region", in *Mem*órias do *Instituto Oswaldo Cruz*, v. 102, suppl. 1, October 2007, pp. 47-56.

ANDRADE, J. P. et al. "I Diretriz Latino-Americana para o Diagnóstico e Tratamento da Cardiopatia Chagásica", in *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 97, n. 2, suppl. 3. Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2011, pp. 1-48.

AUFDERHEIDE, A. C. et al. "A 9,000-Year Record of Chagas Disease", in *Procedings of the National Academy of Sciences of the United States of America,* v. 101, n. 7, 2004, February 17, pp. 2.034-9.

BELLOTTI, G. et al. "In Vivo Detection of Trypanosoma Cruzi Antigens in Hearts of Patients With Chronic Chagas'heart Disease", in *American Heart Journal,* v. 131, 1996, pp. 301-7.

BERN, C.; MONTGOMERY, S. P. "An Estimate of the Burden of Chagas Disease in the United States", in *Clinical Infectious Disease*, v. 49, 2009, pp. 52-4.

BERN, C. et al. "Evaluation and Treatment of Chagas Disease in the United States: A Systematic Review", in *JAMA,* v. 298, n. 18, Nov. 14 2007, pp. 2.171-81.

BERNSTEIN, R. E. "Darwin's Illness: Chagas'disease Resurgens", in *Journal of the Royal Society of Medicine*, v. 77, July 1984, pp. 608-9.

BÜHLER-VIEIRA, C. "Theory About Darwin Having Chagas Disease", in *Revista Brasileira de Medicina*, v. 24, n. 9, September 1967, pp. 782-4.

CHAGAS, C. "Nova Tripanozomiase Humana. Estudos sobre a Morfolojia e o Ciclo Evolutivo de *Schizotrypanum cruzi* n. gen., n. sp., Ajente Etiolojico de Nova Entidade Morbida do Homen", in *Mem*órias do *Instituto Oswaldo Cruz,* v. 1, 1909, pp. 159-218.

9 Carlos Chagas com um meio-sorriso, em março de 1929, durante recepção a grupo de cirurgiões norte-americanos, em Manguinhos, conforme aparece na página 200 do livro citado acima.

10 "É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades…" (Euclydes da Cunha. *Os Sertões – Campanha de Canudos*. 3a ed. corrigida. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1905, p. 614).

COURA, J. R. et al. "Emerging Chagas Disease in Amazonian Brazil", in *Trends in Parasitology*, v. 8, 2002, pp. 171-6.

COURA, J.R. "Transmissão da infecção chagásica por via oral na história natural da doença de Chagas", in *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 39, supl. IV, 2006, pp. 113-7.

CUNHA-NETO, E.; CHEVILLARD, C. "Chagas Disease Cardiomyopathy: Immunopathology and Genetics", in *Mediators of Inflammation* 2014: 683230.

DIAS, J. C. et al. "2nd Brazilian Consensus on Chagas Disease, 2015", in *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 49, suppl. 1, dezembro 2016, pp. 3-60.

DI GIROLAMO, C. et al. "Chagas Disease in a Non-Endemic Country: A Multidisciplinary Research, Bologna, Italy", in *Journal of Immigrant and Minority Health*, v. 18, n. 3, June 2016, pp. 616-23.

DUTRA, W. O.; GOLLOB, K. J. "Current Concepts in Immunoregulation and Pathology of Human Chagas Disease", in *Current Opinion in Infectious Disease,* v. 21, n. 3, 2008, pp. 287-92.

GARCIA, M. N. et al. "The 1899 United States Kissing Bug Epidemic", in *PLoS Neglected Tropical Diseases*, v. 9, n. 12, editorial e0004117, 2015.

GASCON, J.; BERN, C.; PINAZO, M. J. "Chagas Disease in Spain, the United States and Other Non-Endemic Countries", in *Acta Tropica,* v. 115, n. 1-2, 2010, Jul.-Aug., pp. 22-7.

GUERRI-GUTTENBERG, R. A. et al. "Chagas Cardiomyopathy: Europe Is Not Spared!", in *European Heart Journal,* v. 29, 2008, pp. 2.587-91.

HIGUCHI, M. L. et al. "Correlation Between *T. cruzi* Parasitism and Myocardial Inflammatory Infiltrate in Human Chronic Chagasic Myocarditis: Light Microscopy and Immunohistochemical Findings", in *Cardiovascular Pathology,* v. 2, 1993, pp. 101-6.

JONES, E. M. et al. "A *Trypanosoma cruzi* DNA Sequence Amplified from Inflammatory Lesions in Human Chagasic Cardiomyopathy", in *Transactions of the Association of American Physicians*, v. 105, 1992, pp. 182-9.

KROPF, S. P.; LACERDA, A. L. *Carlos Chagas, um Cientista do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FioCruz, 2009.

MACHADO, K. "Entrevista com José Rodrigues Coura: Faltam Herdeiros", in *RADIS, Comunicação em Saúde*, v. 81, maio de 2009, pp. 20-1.

MARIN-NETO, J. A. et al. "Pathogenesis of Chronic Chagas Heart Disease", in *Circulation,* v. 115, n. 9, 2007, Mar. 6, pp. 1.109-23.

_____. Investigators. "Rationale and Design of a Randomized Placebo-Controlled Trial Assessing the Effects of Etiologic Treatment in Chagas'cardiomyopathy: the BENznidazole Evaluation For Interrupting Trypanosomiasis (BENEFIT)", in *American Heart Journal*, v. 156, 2008, pp. 37-43.

_____. "Chagas Heart Disease", in *Evidence-based Cardiology.* S.Yusuf; J. A. Cairns; A. J. Camm; E. L. Fallen; B. J. Gersh (eds.). 3rd edn. London: BMJ Books, 2010, pp. 823-41.

_____. "Doença de Chagas: Moléstia Negligenciada", in *Tratado de Prevenção Cardiovascular. Um Desafio Global*. J. P. Andrade; D. K. Arnett; F. J. Pinto (eds.). 1ª ed. São Paulo, Atheneu, 2014, pp. 111-27.

MOLINA, I. et al. "Benznidazole and Posaconazole in Eliminating Parasites in Asymptomatic *T. Cruzi* Carriers: The STOP-CHAGAS Trial", in *Journal of the American College of Cardiology*, v. 69, n. 8, 2017, Feb. 28, pp. 939-47.

MORAES DE SOUZA, D. S.; COSTA-MONTEIRO, M. R. C. "Manual de Recomendações para Diagnóstico, Tratamento e Seguimento Ambulatorial de Portadores de Doença de Chagas", in *Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará*. 1ª ed. Belém, s.d.

MORILLO, C. A. et al. "Randomized Trial of Benznidazole for Chronic Chagas'cardiomyopathy", in *New England Journal of Medicine*, v. 373, n. 14, 2015, October 1, pp. 1.295-306.

OLIVEIRA J. R. W. "Depression and Quality of Life in Chagas Patients", in *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical,* v. 39, suppl. 3, 2006, pp. 130-2.

PAVÃO, R. B. et al. "Standard Sorologic Screening Underestimates the Prevalence of Chagas Disease in Patients Referred to Cardiac Catheterization Because of Chest Pain", in *XXIV Congreso Inter-Americano de Cardiologia*. Buenos Aires, 18-20/10/2013.

RASSI JR., A. et al. "Development and Validation of a Risk Score for Predicting Death in Chagas'heart Disease", in *New England Journal of Medicine*, v. 355, n. 8, 2006, August 24, pp. 799-808.

RASSI JR., A.; RASSI, A.; MARIN-NETO, J. A. "Chagas Disease", in *Lancet*, v. 375, 2010, p. 1.388-402.

RASSI JR., A.; MARIN-NETO, J. A.; RASSI, A. "Chronic Chagas Cardiomyopathy: A Review of the Main Pathogenic Mechanisms and the Efficacy of Aetiological Treatment Following the BENznidazole Evaluation for Interrupting Trypanosomiasis (BENEFIT) Trial", in *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 112, n. 3, 2017, pp. 224-35.

RIBEIRO, J. U. *Viva o Povo Brasileiro.* 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2005.

R&D Status February 2017: DND*i* Chagas disease programme**.** Published 15 February 2017.

SÁNCHEZ-MONTALVÁ, A.; VIDAL, X.; PAHISSA, A. "Randomized Trial of Posaconazole and Benznidazole for Chronic Chagas'disease", in *New England Journal of Medicine,* v. 370, n. 20, May 2014, pp. 1.899-908.

SCHMUNIS, G. A. "Epidemiology of Chagas Disease in Non-Endemic Countries: The Role of International Migration", in *Mem*órias do *Instituto Oswaldo Cruz*, v. 102, suppl. 1, 2007, pp. 75-85.

SOUZA, F. F. et al. "Acute Chagasic Myocardiopathy After Orthotopic Liver Transplantation with Donor and Recipient Serologically Negative for *Trypanosoma cruzi*: A Case Report", in *Transplantation Proceedings*, v. 40, n. 3, April 2008, pp. 875-8.

VALENTE, S. A. S. et al. "Considerations on the epidemiology of Chagas disease in the Brazilian Amazon", in *Mem*órias do *Instituto Oswaldo Cruz*, v. 94, suppl. 1, 1999, pp. 395-8.

VILLAR, J. C. et al. "Trypanocidal Drugs for Chronic Asymptomatic *Trypanosoma cruzi* Infection", in *Cochrane Database System Review,* v. 1, 2002, CD003463.

_____. "Trypanocidal Drugs for Chronic Asymptomatic *Trypanosoma cruzi* Infection", in *Cochrane Database System Review* v. 5, 2014, CD003463.

WHO 2015. "Global Health Estimates". Disponível em: http://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/en.

ZINGALES, B. et al. "Drugs for Neglected Disease Initiative, Chagas Clinical Research Platform Meeting 2014. Drug Discovery for Chagas Disease Should Consider *Trypanosoma cruzi* Strain Diversity", in *Mem*órias do *Instituto Oswaldo Cruz*, v. 109, pp. 828-33.

ZHANG, L.; TARLETON, R. L. "Parasite Persistence Correlates with Disease Severity and localization in Chronic Chagas'disease", in *Journal of Infectious Diseases*, v. 180, 1999, pp. 480-6.

arte

Arte sobre foto de Roberta Rosseto

O Pavilhão Japonês de São Paulo

Kengo Kuma

Tradução Japan House

Durante o ano de 1954, foi realizada a comemoração do IV Centenário de São Paulo, evento que celebrava os 400 anos da história da cidade. O líder do projeto foi o gênio do Modernismo, o arquiteto brasileiro mundialmente renomado Oscar Niemeyer (1907-2012). Suas obras podiam ser vistas nos 1.800 km^2 da área total do Parque Ibirapuera.

Ao mesmo tempo, o arquiteto de estilo japonês Sutemi Horiguchi (1895-1984) ficou responsável pela construção do Pavilhão Japonês. De um lado, esculturas de concreto; do outro, delicadas estruturas de madeira. Um contraste extremo, até então nunca imaginado. A arquitetura de madeira do Pavilhão Japonês possui os toques distintos de Horiguchi e foi inspirada no Palácio de Katsura. Entre as várias obras que criou, essa foi uma das mais minuciosas. As finas colunas de madeira que dão suporte ao edifício têm um alto nível de perfeição e a delicada decoração interna parece tocar uma música sensível. Uma arquitetura totalmente oposta às formas radicais, livres e maciças utilizadas por Niemeyer em suas obras. Um contraste quase que intencional poderia ser notado.

É claro que Horiguchi tinha visto o projeto de Niemeyer. Também sabia quem ele era e conhecia o estilo de suas obras. O que e como Horiguchi pensou ao desenvolver o desenho do Pavilhão Japonês? Por que tamanho contraste foi necessário?

Para essa resposta, é preciso primeiro pensar sobre o significado da arquitetura moderna no Japão. A arquitetura moderna no Japão está profundamente ligada a catástrofes, principalmente o Grande Terremoto de Kanto e a Segunda Guerra Mundial. Devido a estas duas tragédias que devastaram cidades, o Japão deixou de ser um país de "cidades de madeira" para tornar-se uma "metrópole de concreto". Essa mudança foi conduzida como objetivo nacional e serviu para enriquecer a indústria da construção, além de ser base do desenvolvimento econômico do Japão no período pós-guerra. A arquitetura moderna que nasceu no início do século XX, na Europa Ocidental, serviu de padrão para as cidades japonesas construídas em concreto. A história da arquitetura japonesa

KENGO KUMA é arquiteto e responsável pelo edifício da Japan House São Paulo. Assina também, entre outros projetos, o novo Estádio Olímpico de Tóquio para 2020 e o Museu Nezu, em Tóquio, dedicado à arte japonesa pré-moderna.

Roberta Rosseto

Roberta Rosseto

no século XX pode ser resumida por esse objetivo nacional, o qual tanto o governo quanto as empresas privadas se esforçaram para concretizar.

Dentro dessa grande tendência, o arquiteto Horiguchi estava em uma situação inusitada. Na verdade, ele estava muito à frente de seu tempo. Em 1920, quando Horiguchi estudava arquitetura na Universidade de Tóquio, formou um grupo de seis amigos chamado Grupo de Arquitetura Separatista. Em julho, promoveu o evento "Primeira Exposição do Grupo de Arquitetura Separatista do Japão", na loja de departamentos Shirokiya, e lançou o livro *Declaração e Obras do Grupo de Arquitetura Separatista* pela Editora Iwanami Shoten.

Aqui, devemos dar atenção ao ano, era 1920. O Grande Terremoto de Kanto ocorreu três anos depois, em setembro de 1923. O nome do grupo foi inspirado no movimento separatista de Viena, que nasceu no final do século XIX, e foi o primeiro movimento relacionado à arquitetura moderna no Japão. Foi o momento em que surgiu uma jovem estrela: um estudante da Universidade de Tóquio se tornou, repentinamente, o personagem principal da arquitetura japonesa. Foi, é claro, uma consagração muito mais rápida que a de Kunio Maekawa (1905-1986) ou a de Kenzo Tange (1913-2005), arquitetos que representam a arquitetura moderna japonesa.

O ponto mais marcante é o fato de ter acontecido antes do Grande Terremoto de Kanto. Após essa grande catástrofe, a arquitetura japonesa negou a construção em madeira, iniciando a construção das cidades em concreto. A introdução do *design*

avançado da arquitetura europeia e o pensamento negativo em relação à construção em madeira andaram juntos formando a base principal da arquitetura japonesa no século XX. O Modernismo e a tragédia combinados ao mesmo tempo definiram o rumo da arquitetura japonesa. Não só marcaram a rota da arquitetura como também configuraram a direção da sociedade. Foi por causa dessa tragédia que se tornou possível a construção das cidades em concreto, movendo e acelerando a engenharia civil da nação. Tange e Maekawa lideraram esse curso abrindo uma nova era na arquitetura.

Por outro lado, Horiguchi queimou a largada antes de o Grande Terremoto de Kanto dar o apito. Não só declarou o movimento separatista (1920) como também elaborou e apresentou uma casa de madeira chamada Shiensou em 1926. Shiensou era uma arquitetura estranha após o Grande Terremoto de Tóquio, quando o Modernismo se tornou a base principal. Um telhado pontiagudo feito de palha montado em uma construção de madeira. Uma casa no estilo rústico, com gosto antiquado.

Horiguchi foi influenciado pelo *design* da Escola de Amsterdã, que criou um grande impacto na arquitetura europeia entre os anos de 1910 e 1920. A Escola de Amsterdã pode ser classificada como um grupo de arquitetura moderna que, após 1930, foi a base do Modernismo. Porém, é totalmente contra as caixas de concreto. A caixa de concreto do Modernismo liderada por Le Corbusier e Ludwig Mies van der Rohe era um *design* ótimo para a sociedade industrial, que tinha como conceito básico a produção e o con-

Roberta Rosseto

Roberta Rosseto

Fotos: Roberta Rosseto

sumo de massa. A Escola de Amsterdã parecia criticar essa racionalidade criada pela sociedade. Assim, podemos considerar que tanto Horiguchi como a Escola de Amsterdã queimaram a largada. Ou então, saltaram para um lugar onde não havia água.

Horiguchi era prematuro, sensível e orgulhoso. Por isso queimou a largada e ficou solto no ar. O maior feito de Horiguchi é de não ter mudado para a arquitetura de concreto. Ele escolheu a arquitetura de madeira, com a qual trabalhou até o final. Assim, estudou minuciosamente a arquitetura tradicional japonesa. Sabia que, sem a tradição, a arquitetura de madeira não passa de uma antiguidade e que não conseguiria sobreviver na era do concreto. Nesse sentido, a vida de Horiguchi pode ser comparada tanto a uma tragédia quanto a uma comédia.

O destino fez com que Horiguchi, o arquiteto solto no ar, projetasse o Pavilhão Japonês dentro da exposição liderada por Oscar Niemeyer, o líder do Modernismo em concreto. Existe uma tragicomédia maior que essa?

É possível imaginar a agonia de Horiguchi em São Paulo. Como reagir a esse paradoxo? Aceitar ou não esse trabalho? Horiguchi escreveu: "Não tinha coragem para projetar algo perto daquela obra tão vivaz de Niemeyer. [...] Durante duas semanas fiquei pensando em como recusar este trabalho que não tinha capacidade de concluir".

Mas no final aceitou o trabalho em São Paulo. Como Dom Quixote, Horiguchi decidiu desafiar Niemeyer com uma "ultrapassada" arquitetura de madeira. O Pavilhão Japonês de São Paulo pode ser considerado o Dom Quixote do século XX.

Roberta Rosseto

Roberta Rosseto

Roberta Rosseto

Roberta Rosseto

É uma história heroica que alcança o coração das pessoas.

Como Dom Quixote desafiou o concreto? O Dom Quixote do século XX escolheu o jardim como arma. Horiguchi é conhecido por separar minuciosamente o jardim de estilo japonês do jardim abstrato do Modernismo. Ele protegeu a delicada arquitetura de madeira com um jardim. Sua obra principal, chamada *Okadatei* (1933), é uma estrutura de madeira baseada na arte japonesa, que une harmonicamente a arquitetura moderna com um jardim ocidental abstrato. Horiguchi sabia que, para que o Dom Quixote de madeira pudesse lidar com o modernismo de igual para igual, o jardim era um fator essencial.

Projetou minuciosamente o jardim do projeto de São Paulo. Ele tentou proteger o Dom Quixote do jardim da brutalidade do concreto. Horiguchi deu um suspiro de alívio quando soube que o Pavilhão Japonês estava protegido por árvores de eucalipto ao seu redor. Não bastando o jardim de eucalipto para afastar a energia de Niemeyer, criou ainda um jardim de água para concluir o isolamento. O *design* principal do Pavilhão Japonês de São Paulo é baseado no jardim de água.

Muitos falam que o Pavilhão Japonês de São Paulo é uma cópia do Palácio de Katsura, mas eu não penso assim. A proporção dos pilares flutuantes pode parecer com as do Shingoten (Novo Palácio) de Katsura, mas o Novo Palácio não flutua sobre a água. Na obra *Okadatei*, os jardins orientais e ocidentais estão separados pela água. Para Horiguchi, a água é uma substância conclusiva. A proporção da arquitetura é um

Roberta Rosseto

Roberta Rosseto

Roberta Rosseto

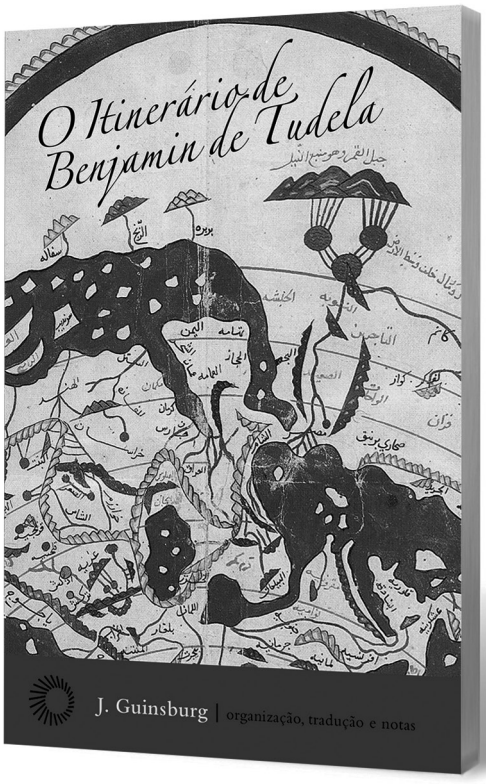
problema secundário. Por isso, na obra de São Paulo pode ser notada uma forma de niilismo. O personagem principal é a água, e a arquitetura em si não é mais do que um enfeite. A arquitetura da exposição, apenas uma espécie de obra para a festa, aumenta ainda mais o niilismo.

Por bem ou por mal, defrontando um oponente invencível como Niemeyer, Horiguchi trabalhou minuciosamente no isolamento usando o jardim, ajudando Dom Quixote a avançar até onde foi possível. O método de Horiguchi conseguiu progredir e alcançar um ponto elevado graças ao encontro com São Paulo.

É nessa parte que eu sinto muito mais que uma coincidência. O método de Niemeyer evoluiu graças ao Brasil e às necessidades do local. Se ele estivesse na Europa, talvez não fosse possível ter criado traços arquitetônicos com tanta liberdade. E foi nesta terra distante e livre chamada Brasil que, de forma um pouco brutal, as obras de madeira e concreto se encontraram. Foi o encontro desta tensão no Pavilhão Japonês de São Paulo que criou uma arquitetura de madeira única e especial.

A superfície da água criada por Horiguchi agora está coberta por um plástico branco à prova d'água, criando um lago muito estranho. Sem os traços japoneses, não dá vontade de chamar de jardim. Mas levando em conta que o lago foi usado para efetuar o isolamento, acho que não há um modo melhor de desconexão. O lago não é mais um jardim oriental, nem ocidental. Está flutuando no espaço. Porém, vendo este lago branco e estranho, acho que se adapta muito bem a Horiguchi, um Dom Quixote prematuro, que queimou a largada.

livros



Os primórdios da geografia como ciência

Magali Gomes Nogueira

***O Itinerário de Benjamin de Tudela*, de J. Guinsburg, São Paulo, Perspectiva, 2017, 160 pp.**

A publicação de *O Itinerário de Benjamin de Tudela*, a primeira em português, vem diminuir a enorme lacuna existente no Brasil em relação à edição crítica de textos medievais, principalmente no que toca à produção hebraica relacionada com a construção da representação do espaço medieval e o desenho do mapa-múndi tal como o conhecemos hoje. O histórico desta publicação tem como fonte principal um texto manuscrito, datado do início do século XIII, com introdução que identifica o autor como Benjamin de Tudela, atualmente em arquivo do Museu Britânico, base das primeiras edições impressas do texto: a de 1543, feita em Constantinopla por Eliezer Ben Gerschon, e a de 1575, em hebraico, pela oficina de Christophori Plantini, em Antuérpia que irá alcançar grande sucesso de vendas principalmente pela beleza de suas ilustrações. A edição que ora J. Guinsburg apresenta e traduz para o público brasileiro realiza uma síntese entre as notas e comentários da publicação em alemão de A. Asher, 1840 e 1841, que traduz e publica a edição flamenga acima mencionada, e a de Marcus N. Adler, que, em 1907, a reedita com atualizações para a língua inglesa.

Em sua edição, Asher, preocupado com a história das ciências, apresenta o texto de Benjamin como elemento importante para a história da geografia medieval, pois possibilita "resgatar uma concepção de espaço construída por relatos de viajantes"[1], entendendo por viajantes todos os que se locomoviam entre o Oriente e o Ocidente, seja com propósitos religiosos, comerciais ou de conquista e observação, movimentos bastante entrelaçados nos séculos XII e XIII. Adler, por sua vez, prioriza a questão reli-

1 As citações deste parágrafo foram retiradas da apresentação que J. Guinsburg faz da obra em sua edição.

MAGALI GOMES NOGUEIRA é doutora pelo Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

giosa e apresenta o texto como sendo fruto da "luta entre o Crescente e a Cruz", entendendo, porém, este movimento entre árabes e latinos como responsável pelo avanço científico ocorrido no período que classifica como "Idade de Ouro da produção hebraica medieval" pela tradução e atualização do conhecimento herdado dos antigos. Guinsburg, acompanhando Asher, destaca o importante papel das "crônicas dos viajantes que desenharam no mundo medieval o mapa-múndi das terras conhecidas", destacando o caráter tanto literário como científico dessa produção tão comum ao período.

Sem dúvida, outro exemplar famoso deste gênero é o *Itinerário de Peutinger*[2], também conhecido como *Tabula Peutinger*, construído e constantemente atualizado durante os séculos de expansão do Império Romano, com uma função prática de visualizar os territórios dominados e o estabelecimento de estradas e novas cidades que ampliassem as possibilidades de domínio, administração e integração comercial entre as partes do império. Sua importância se mantém ao longo de toda a Idade Média, como comprovam as constantes cópias e atualizações.

Ambos os itinerários, realizados praticamente no mesmo espaço geográfico, separados por um tempo de mil anos, contribuíram de formas diferentes e complementares para o desenho do mapa-múndi medieval. Benjamin descreve, estabelece distâncias, limites e medidas: dias de jornada, às vezes jornadas marítimas, quadrantes, metros cúbicos, parassangas (medida persa), milhas, geralmente quando associadas à circunferência de territórios, entendidos estes como reinos e/ou conjunto de cidades sob a mesma soberania. O segundo, dentro de alguma lógica projetista, coloca em um suporte plano ícones e imagens visualizando fatos e lendas em uma situação solucionada geometricamente a partir de medidas, limites e acidentes geográficos como montanhas, golfos e rios, estabelecendo relevos, moradias e economias. Por entre as imagens, episódios retirados dos diários ajudam a compor o espaço geográfico concebido pelos desenhistas do mundo medieval.

Os diários usados para compor o *Itinerário de Peutinger* foram coletados durante um longo período entre os séculos II a.C. e II d.C., período em que Estrabão também está compondo sua *Geografia*, que, por sua vez, será a base da *Geografia* de Ptolomeu, no século II d.C. E que, após as intervenções árabes do século IX, reaparece atualizado no final da Idade Média como *Itinerário Pictum* (*Itinerário Ilustrado*). Ptolomeu, quando recebeu a *Geografia* de Estrabão, reclamou da diversidade e imprecisão das medidas, da não consideração quanto a se o dia de jornada foi feito em terreno plano ou montanhoso. Essa dificuldade levará Ptolomeu a reforçar o uso da geometria como método e medida unificadora para a confecção de suas "imagens da Terra": reduzidas a uma circunferência de 360º, quadriculadas em latitude e longitude, os locais terrestres assinalados de acordo com as medições astronômicas convertidas em graus. Para ele, este seria o papel da geografia, que, aliada à corografia, com seus desenhos parciais e descrições culturais, comerciais e religiosas dos habitantes locais, completa a imagem do mundo conhecido. A união da palavra

2 *Tabula Peutingeriana*. Mais de seis metros de comprimento por 30 cm de largura. A *Tabula* que conhecemos é uma cópia feita em 1265 de um original romano que sofreu muitos acréscimos ao longo dos séculos.

com a imagem criando coerência entre o experimentado e o transmitido.

Os diários, por sua vez, possuem diferenças de enfoque de acordo com a especialidade de seu autor. Os diários de bordo do período em que Benjamin realizou sua viagem, por exemplo, ficaram conhecidos como *Diários Portulanos*, por marcarem as distâncias entre portos, produtos que entram e saem dos navios, acidentes e incidentes possíveis durante a viagem e pela formação de um vocabulário novo, resultado de produtos e palavras inexistentes no vocábulo do autor do diário, provavelmente um sábio que se guiará pelas estrelas e por elas conduzirá o trajeto. O trabalho de comprovação das localizações e das distâncias entre os pontos selecionados extrapola as condições de descrição dos viajantes em geral e entra para a área das ciências naturais de então – a astronomia, a matemática, a geometria –, criando a necessidade de que as viagens fossem acompanhadas por estudiosos que pudessem ler instrumentos astronômicos e realizar conversões matemáticas, conforme determina o método ptolomaico.

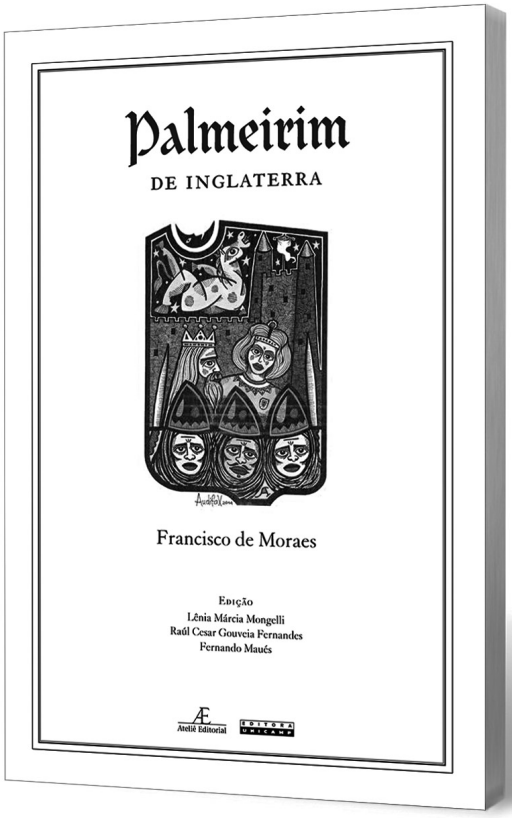
Essa produção literária deixou fértil material das e para as comunidades de saber. Benjamin produziu um texto relatando o que viu e ouviu durante o período em que esteve fora de casa, por volta de 1159 a 1173. Pertencente a uma comunidade judaica, seus relatos têm sentido particularmente especial para a compreensão das atividades exercidas pelos componentes dessa comunidade espalhados por toda a Europa ocidental, adentrando no mundo asiático que, segundo ele, começava em Chipre. Vários pontos poderiam ser destacados desta narrativa para corroborar a afirmação de que os diários contribuíram para a apreensão e produção da "imagem do mundo", como, por exemplo, o contato que Benjamin teve com Abraham Ibn Ezra, importante rabino do século XII, também de Tudela, que, após anos discutindo os fundamentos hebraicos, parte em viagem com o objetivo de atualizar tábuas e refazer medições astronômicas. Juntamente com estudiosos latinos do norte da França e das Ilhas Britânicas, realiza traduções de obras de Aristóteles e de Ptolomeu, acrescidas das observações dos estudiosos de Bagdá, escritas em árabe ou hebraico. É importante destacar que esse estudioso hebreu, em seu texto *El Libro de los Fundamentos de las Tablas Astronómicas*[3], menciona a *Geografia* de Ptolomeu, cita dela coordenadas de algumas cidades e mostra a necessidade de sua correção a partir da utilização de instrumentos mais precisos, para obter uma imagem mais realista das terras conhecidas, comprovando a utilização dessa obra pelos estudiosos da época, bem antes da tradução de Jacob Angeli da Scarpia, feita em 1406.

O material produzido por esse grupo de estudiosos dos séculos XII e XIII, revisando as tábuas astronômicas anteriores, encontra-se documentado, no século XIV, em mãos da comunidade judaica produtora de uma "imagem do mundo" convencionalmente conhecida como *padrão portulano*, na verdade, o globo rendilhado em 32 direções, o que permitiria uma precisão maior na localização dos pontos terrestres e territórios, utilizando-se das ciências naturais, além de vários dados extraídos dos

3 R. Abraham Ibn Ezra. *El Libro de los Fundamentos de las Tablas Astronómicas*. Edição crítica, introdução e notas de José María Millás Vallicrosa. Madri/Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1947.

diários quanto às pessoas que povoam as regiões mapeadas. Essa produção cartográfica, que expande a "imagem do mundo" em direção ao Atlântico, tem, entre seus exemplares, o *Manuscrito Espagnol 30*, o famoso *Atlas Catalão*, do judeu maiorquino Cresques Abraham. O diário de Benjamin corrobora a história dessa produção na medida em que atesta a presença da família Benevistes na cidade de Posquieres, no Sul da França, juntamente com Ibn Ezra. Essa família, provavelmente expulsa de Paris no final do século XI, se deslocará em direção à Maiorca, compondo a família de Cresques Abraham. Sem dúvida, o *Itinerário* contribuiu de forma decisiva para a apreensão de uma concepção de mundo cuja imagem é composta ptolomaicamente, buscando uma precisão matemática aliada a dados socioeconômicos e culturais de suas gentes. Um retrato o mais próximo possível da realidade, tendência humanista que começa a se impor à sociedade medieval.

A edição do texto de Benjamin de Tudela contribui para a compreensão dos primórdios da geografia como ciência, antes da expansão marítima, por isso mesmo teria sido importante incluir mapas produzidos contemporaneamente às peregrinações de Tudela. A utilização de imagens não referentes ao período e a não catalogação correta delas, por vezes, criam uma fantasia histórica que não corresponde à realidade geográfica medieval.



Um livro de cavalarias

Isabel Almeida

***Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Moraes, edição de Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués, São Paulo, Ateliê/Editora Unicamp, 2016, 744 pp.**

Editar, hoje, uma narrativa quinhentista como *Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Moraes (c. 1500-c. 1572), exige uma fina consciência do que se pretende com tal iniciativa: a que público(s) se destina? Quais as metas a atingir? Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués – os responsáveis pela publicação aqui recenseada – não se demoram a explicitar uma resposta para esses quesitos, mas tornam evidente que os consideraram, seja nas opções tomadas, seja no conciso anúncio do seu propósito maior: "[...] não se tratando de edição crítica, o trabalho de estabelecimento do texto foi norteado pelo objetivo de apresentar uma versão fidedigna e acessível da obra, tal qual ela se apresenta na edição de 1567 [...], a versão mais difundida" (p. 54).

O volume agora dado à estampa há-de interessar a leitores especializados e a curiosos decididos a ousar o primeiro contacto com um livro de cavalarias. A uns e outros se oferece uma edição cuidada – enriquecida por ilustrações e precedida de um claro preâmbulo –, bem como uma bibliografia, um glossário, índices e até uma genealogia dos Palmeirins. Sem caírem na tentação de reduzir a extensa obra de Francisco de Moraes a uma antologia breve, os editores facultam um *Palmeirim de Inglaterra* integral e fornecem estimulantes pistas para a sua fruição.

Quem percorrer o preâmbulo, vê-lo-á recortado em quatro secções: "O Ciclo dos Palmeirins", "Informações Biográficas", "Introdução" (subdividida em mais quatro pontos: "De que Servem Livros de Cavalarias Fingidas?", "Da Utilidade dos Livros de Cavalarias Fingidas", "'Verdades' de 'Fingimentos' no *Palmeirim de Inglaterra*", "Quando o 'Fingimento' se Eleva à Mais Pura 'Ver-

---

Neste texto foi mantida a ortografia vigente em Portugal.

ISABEL ALMEIDA é professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

dade'…") e "Esta Edição". Não custa perceber o rumo seguido.

Preocupação fundamental foi enquadrar a obra de Moraes, lembrando que ela é parte de uma tradição de raízes medievas, com franca afirmação (reforçada pela imprensa) no século XVI. *Palmeirim de Inglaterra* – notam os editores – surge num contexto de florescimento dos ciclos fundados com *Amadís de Gaula* e *Palmerín de Oliva*. Essa proliferação começa por sobressair em território castelhano, mas, como argutamente fazem crer os editores, o fenómeno revela-se tão complexo quanto fecundo: *Palmeirim de Inglaterra*, quarto título dos Palmeirins, "desconsidera por completo as alterações sugeridas no *Platir*" (p. 11), o terceiro da mesma linhagem, e vincula-se aos dois primeiros, *maxime* a *Primaleón*? Afinal, bem poderá ter sido o auto vicentino de *Don Duardos* – recriação selecta de *Primaleón* – a despertar a atenção de Francisco de Moraes para esse segundo livro do ciclo dos Palmeirins. Resta concluir: o sucesso das histórias fabulosas superou fronteiras – genológicas e políticas.

Em "Informações Biográficas", vai sendo traçado o retrato de Moraes, autor moldado em ambientes palacianos, ao serviço da família real ou da alta nobreza. Na verdade, mais do que um conjunto de dados, procura-se aí desenhar um percurso, assinalar relações e destacar experiências. Cientes das dificuldades próprias da pesquisa em documentos do século XVI, onde coexistem homónimos nem sempre destrinçáveis, os editores retêm o que é inequívoco e fazem avultar etapas como as estadas diplomáticas na corte de França, a respeito da qual Moraes escreveu e para a qual enviou notícias. Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués não esquecem a investigação já desenvolvida por estudiosos como António Dias Miguel, Aurelio Vargas Díaz-Toledo ou Margarida Alpalhão, e recordam cartas de Moraes, com seus relatos miúdos de festas extraordinárias ou de um quotidiano faustoso.

Proceder deste modo, *i.e.*, contemplar, além do livro de cavalarias, diferentes géneros cultivados pelo autor (cartas, um discurso autobiográfico designado "Desculpa de Uns Amores" e ainda três diálogos), traz benefícios: permite identificar interlocutores e patrocinadores (com relevo para D. Leonor de Áustria e sua filha, a Infanta D. Maria), lançando luz sobre redes de sociabilidade e correspondências a distância; permite apurar subtis e significativas conexões entre textos distintos (por exemplo, de acordo com os editores, a matéria que constitui o cerne da "Desculpa" "externa-se" na misoginia flagrante em *Palmeirim de Inglaterra*); permite, enfim, abarcando um todo, reconhecer nele certa diversidade.

Asseveram os editores que, nos diálogos (só postumamente impressos, em 1624), Moraes "envereda para uma outra direção: a dos colóquios entre pessoas que discorrem sobre diversos temas […] para abordar assuntos polêmicos" (p. 19). Sem dúvida. No entanto, apetece interrogar: trata-se, de facto, de "uma outra direção"? Este caminho não foi engenhosamente aberto na própria narrativa de *Palmeirim de Inglaterra*, em cujo capítulo 106, por exemplo, se acha um embrionário colóquio entre um cavaleiro e um ermitão?

Que o género – livro de cavalarias – merece ponderada reflexão, mostra-o nitidamente a "Introdução", ao apontar o carácter controverso dessas obras, que arrastavam consigo um antiquíssimo problema: a definição de "falso" e "verdadeiro", indissoluvelmente as-

sociada ao debate sobre os conceitos de história e de ficção – debate aceso e melindroso numa época em que as fábulas cavaleirescas fingiam ser história e a história acolhia em si traços ficcionais. "Tempos cavaleirosos" (p. 33), "séculos 'heroicos'" (p. 29) – enfatizam os editores, buscando, em sínteses panorâmicas, comparar o mundo medievo e o renascentista, para melhor precisarem cada um. Assim, advertem: Amadises e Palmeirins teriam, num século XVI que foi ainda de conquistas e descobertas, "uma função didático-pedagógica" (p. 33). A ficção, com todas as suas maravilhas, possuía uma verosimilhança que a justificava, e *Palmeirim de Inglaterra* – sublinham – entra nesse jogo ambíguo. Também Moraes apresentou a narrativa como traslado de uma velha "crónica", de origem ignota. E também ele a compôs de maneira a, por meio da representação de fantasias, excessos, desejos e lutas, projectar questões e modelos actuantes.

Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués não querem, na "Introdução", resumir o texto de Moraes. Aplicam-se, sim, por um lado, a fazer sobressair grandes eixos da fábula e recursos típicos das narrativas cavaleirescas (desde as peripécias que ensombram o nascimento do *primus inter pares* até ao conflito entre cristãos e "inimigos da Fé" – p. 36); por outro lado, salientam uma qualidade que distingue o autor: a sua destreza na imitação de padrões estabelecidos ou no engendramento de marcas singulares. *V.g.*, é "na contramão do paradigma" (p. 46), "sob uma óptica […] a que não é estranha a noção de alteridade posta em voga pelo expansionismo marítimo" (p. 46) – vincam os editores – que Moraes concebe figuras como as gigantas Arlança e Colambar, atribuindo-lhes trágicas paixões; é "à margem das convenções e da estereotipia" (p. 50) que constrói um Floriano do Deserto – o gémeo "rebelde" (p. 51) de Palmeirim, capaz de um "grito de liberdade" (p. 51) que, em finais de Quinhentos, já não seria facilmente tolerado.

A presente edição não dá conta do que foi, em 1592, a censura infligida ao texto de Moraes. É pena. O leitor teria mais uma razão para apreciar este trabalho, produzido com irrepreensível empenho e manifesto rigor. Cientes da fortuna editorial de *Palmeirim de Inglaterra*, Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués preferiram concentrar-se no texto impresso em 1567, tendo embora em conta a descoberta, propalada por Margarida Alpalhão, de uma edição hipoteticamente anterior – porventura a *editio princeps*, de c. 1544.

Qualquer empresa suscita discussão (os editores sabem-no melhor que ninguém). Poderemos pensar que alguns dos critérios de modernização e regularização ortográfica foram demasiado audazes. Converter "vertude" em "virtude" ou "ingres" em "inglês"; elidir a oscilação entre formas como "emparar" e "amparar" são saltos que a história da língua não aconselha. Apagar a separação de "partes" da narrativa e renumerar capítulos tão pouco parece necessário ou vantajoso. Reparos desse teor, porém, não diminuem o mérito da obra realizada.

Francisco de Moraes, se os documentos não nos enganam, terá navegado por mar até Ceuta e até França. A longa travessia do Atlântico, só a sua narrativa a fez. Sorte dos livros. Pleno de sabedoria e de graça, *Palmeirim de Inglaterra* continua a ser fascinante. A edição levada a cabo por Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués aí está para o provar.

A **REVISTA USP** RECOMENDA A SEUS COLABORADORES QUE ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO COM AS NORMAS ABAIXO:

1. Texto com, no máximo, 30.000 caracteres. Textos maiores devem ter a aprovação prévia da redação e do Conselho Editorial. O artigo deve ser enviado por *e-mail* (revisusp@edu.usp.br).

2. O autor deve mandar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensine e/ou pesquise, sua área de trabalho e principais publicações.

3. Referências bibliográficas devem ser colocadas no texto (sobrenome do autor, ano, página). Os outros dados da publicação devem ser colocados na bibliografia. As notas de rodapé destinam-se a informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no texto.

4. Todos os textos devem conter resumo/*abstract* (com, no máximo, mil caracteres) e palavras-chave/*keywords* (com, no máximo, cinco palavras).

5. Textos enviados espontaneamente devem ser inéditos no país. Dados a público previamente, sob forma de palestra, comunicação, etc., deve-se informar em nota à parte. Os artigos serão examinados pelo Conselho Editorial, sendo que a Revista não se responsabiliza pela devolução dos não aprovados ou mesmo pela comunicação aos autores.

6. O autor pode enviar/indicar sugestões de ilustração para seu texto. As fotos devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas.

7. Para receber os exemplares da Revista a que tem direito, o colaborador deve enviar número de telefone, *e-mail* e endereço.

assine

Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em seu setor. Multidisciplinar e sem preconceitos, a **revistausp** não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo, é aberta a todas as tendências.

Para adquirir uma assinatura anual da **revistausp** (4 edições), basta enviar um cheque cruzado e nominal ou depósito em conta (Banco do Brasil - agência 7009-2; c/c 130404-6) em nome da Superintendência de Comunicação Social/USP, CNPJ 63.025.530/0053-35, no valor de R$ 70,00 (+ frete). Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R$ 60,00 (+ frete). O preço da revista avulsa é R$ 20,00 (+ frete). Enviar comprovante de depósito, incluindo o valor do frete, para mariacat@usp.br, juntamente com os dados do assinante (nome/razão social, nome fantasia, CNPJ ou CPF, endereço, Inscrição Estadual/Municipal, telefone, *e-mail* para envio da nota fiscal).

http://jornal.usp.br/revista-usp
revisusp@edu.usp.br
(11) 3091-4403

Nosso *site* pode ser acessado por celular utilizando-se o QR Code que consta na contracapa da revista.

A **Revista USP**, publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social da USP, vem sendo editada desde 1989, mantendo sempre a mesma estrutura. A cada número, além da relação dos Dossiês aqui apresentada, temos as seções Textos, Livros e Arte. Abaixo, os números ainda disponíveis.

6 Europa Central

7 Tecnologias

33 Aids

39 Rumos da Universidade

47 Alternativas para o Século XXI

50 Revista Cinquenta

51 Saúde

54 *Os Sertões*: Cem Anos

55 Revolução Virtual

62 Cosmologia

64 Brasil Rural

65 20 Anos de Redemocratização

66 Ano Internacional da Física

72 Ar/Fogo

73 Financiamento da Pesquisa no Brasil

76 Pensando o Futuro: Ciências Exatas

78 Gestão e Política na Universidade Pública

80 Bibliotecas Digitais/ Bibliotecas Virtuais

83 Nabuco e a República

84 Vinte Anos da Queda do Muro

85 Balanço da Crise Mundial

86 Cibercultura

87 Música Brasileira

88 Humor na Mídia

89 Ciência, Tecnologia e Inovação

90 *Marketing* Político

91 Catástrofes

92 Redes Sociais

93 Caminhos do Desenvolvimento

94 Semana de Arte Moderna

95 Desafios do Pré-sal

96 Alcoolismo

97 Computação em Nuvem

98 Memória

99 Futebol

100 Educação

101 Justiça Brasileira

102 Metrópoles

103 Clima

104 Energia Elétrica

105 Universidade em Movimento

106 Crise Hídrica

107 Saúde Urbana

108 Jogos Olímpicos

109 Democracia na América Latina

110 Ética e Sociedade

111 Música Popular Brasileira na USP

112 Americanistas

113 Amazônia Azul

114 Interculturalidades

Já está programado o próximo volume: nº 116 – Pós-Verdade e Jornalismo

---

Você pode acessar todas as edições da *Revista USP* no Portal de Revistas da USP:
www.revistas.usp.br/revusp/